



**Universidade Federal de Uberlândia**  
**Instituto de Ciências Sociais - INCIS**  
**Prof. Dr. Aldo Duran Gil**

**Tese**

**ESTADO DEPENDENTE, CAPITALISMO E DEMOCRACIA NA**  
**AMÉRICA LATINA**  
**OS CASOS DA VENEZUELA E BOLÍVIA PÓS-1999**

**Uberlândia, agosto de 2021**

ALDO DURAN GIL

Tese para Promoção da Classe de Professor Associado IV para Classe de Professor Titular da Carreira de Magistério Superior na Universidade Federal de Uberlândia, conforme Resolução N° 03/2017, do Conselho Diretor.

Uberlândia, agosto de 2021

*À minha mãe Mercedes, guerreira e lutadora que nos deu a vida (in memorian)*  
*A meu pai Ceferino, ex-dirigente do PCB na Bolívia (in memorian)*  
*Aos meus irmãos Evy e Ernesto (in memorian)*  
*Ao professor Octávio Ianni – UNICAMP (in memorian)*  
*Ao professor Reginaldo Carmelo Corrêa de Moraes – UNICAMP (in memorian)*  
*Ao professor Antônio Ricardo Michelotto – UFU (in memorian)*

*Para minha querida filha Larissa Valentina Lima Duran*

## **Agradecimentos**

Quero agradecer a muitas pessoas que contribuíram, de uma ou de outra forma, para desenvolver minha carreira docente e acadêmica na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no âmbito do antigo Departamento de Ciências Sociais (DECIS) e no atual Instituto de Ciências Sociais (INCIS). Especialmente agradeço:

Principalmente a minha mãe, por ter me dado a vida e o cuidado zeloso na educação de todas as filhas e filhos, especialmente na minha educação e o incentivo permanente para continuar estudando.

À minha querida filha Larissa Valentina, pela sua constante paixão e admiração pelo papai.

A meu irmão Vladimir, que foi um amigo em todo momento e sua preocupação comigo.

Às minhas irmãs Fanny, sempre preocupada comigo, igual que minha mãe, que veio me visitar em Uberlândia, e Guilhermina, por sua solidariedade constante.

Aos meus irmãos Celso Alberto, Egaly e Adolfo Carlos pelo apoio constante, principalmente a Adolfo Carlos, que veio me visitar em Uberlândia.

Aos meus sobrinhos (as) Ingrid Fabíola, Daniel, Erick, Pimpa, William, Neco, Pinina, Tony e Paul, pelo apoio e respeito, principalmente a Erick que veio em auxílio a Uberlândia quando estive internado na clínica.

Aos meus amigos Nilva e Edson, um casal maravilhoso e profundamente solidário.

À Bethânia, pelo apoio e grande amizade.

Aos ex-orientandos do curso de mestrado no PPGCS/UFU, Solange, Fernanda, Gustavo (Birú), Danilo, Augusto e Adilson, pelo incentivo, apoio e solidariedade constantes.

Ao Agnaldo, pelo companheirismo e solidariedade.

À Paula, ex-orientanda do curso de graduação em Ciências Sociais, pelo carinho e amizade.

Aos colegas Fabiane e Cilson, pela amizade, carinho, apoio e solidariedade em todo momento na UFU, principalmente a Fabiane que participou na comissão de avaliação da promoção funcional para professor Titular, pela disposição de participar da Comissão Especial, como presidente, para Professor Titular, e pela sua grande solidariedade e apoio quando fui Coordenador de Graduação *Pro Tempore*.

Ao camarada Diego, colega e amigo, parceiro de lutas, e pela aceitação de ser presidente da comissão de avaliação promoção funcional para professor Titular.

À colega Eliane, pela amizade e por ter também participado na comissão de avaliação promoção funcional para professor Titular.

Aos colegas e camaradas Eliel Machado (UEL), Danilo Enrico Martuscelli (UFFS) e Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUC/SP), amigos de longa data e parceria acadêmica.

Às (os) colegas do INCIS, Mariana, Maria Lúcia, Patrícia, Petean, Moacir e Márcio pela solidariedade e apoio.

Às (s) colegas Mônica e Elisabeth, pelo carinho, apoio e grande solidariedade comigo nos momentos difíceis quando fui Coordenador de Graduação *Pro Tempore*.

Ao professor Antônio Ricardo Michelotto pela sua extrema solidariedade e apoio nos momentos difíceis quando fui Coordenador de Graduação *Pro Tempore*.

Aos colegas José Carlos Gomes da Silva (UFU/UNIFESP) e Paulo Roberto Albieri Nery (UFU) pela amizade e grande solidariedade e apoio nos momentos difíceis quando fui Coordenador de Graduação *Pro Tempore*. Um agradecimento especial a José Carlos pela disponibilidade de participar como suplente na Comissão Especial de Professor Titular.

Ao professor Décio Saes, pela sua grande amizade, solidariedade e incentivo à pesquisa sobre o Estado burguês e sobre América Latina, pelas as agradáveis conversas sobre diversos assuntos teóricos e empíricos, que foram de grande inspiração teórica, que me ajudaram muito nas minhas pesquisas; pela grata parceria de atividades acadêmicas no âmbito do PPGCS/UFU, do Grupo de Pesquisa Estado e Capitalismo na América Latina e do Núcleo de Estudos Marxistas sobre América Latina (NEMARX-AL) da UFU desde 2006.

Ao professor Ricardo Musse, pela amizade e supervisão do Pós-Doutorado na USP.

Ao professor Shiguenoli Myamoto (UNICAMP) pela amizade e principalmente pela disponibilidade de participar na Comissão Especial para Professor Titular.

Ao professor Héctor Luis Saint Pierre (UNESP) pela disposição de participar na Comissão Especial para Professor Titular e pela sua grande compreensão e amizade.

Ao professor Paulo Roberto Neves Costa (UFPR), pela amizade e principalmente pela disponibilidade de participar na Comissão Especial para Professor Titular.

Ao professor Carlos Alberto Lucena (UFU) pela amizade e disponibilidade de participar como suplente na Comissão Especial para Professor Titular.

Ao camarada e amigo professor Luciano Martorano, por seu apoio, solidariedade e parceria de atividades acadêmicas na UFU.

Aos colegas Vivian Urquidi e Wagner Iglecias do PROLAM/USP, pela amizade e convite para participar em bancas e atividades acadêmicas desse Programa.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Estado e Capitalismo na América Latina e do Núcleo de Estudos Marxistas sobre América Latina (NEMARX-AL), pelo trabalho e as atividades ao longo desses anos.

À Jacqueline e Edvandra, pela amizade e prontidão de resolução de aspectos burocráticos no INCIS/UFU.

À Eunice e Camila, pela paciência comigo na secretaria do INCIS.

Aos demais técnicos do INCIS, Henrique do PPGCS, Thiago e, especialmente Lourival (Lola) da COCIS, pela amizade e solidariedade nos momentos difíceis que atravessei quando fui Coordenador de Graduação *Pro Tempore*.

À editora da UNICAMP, pelo obséquio de várias coletâneas e livros muito importantes para meu acervo pessoal e para o NEMARX-AL/UFU.

Enfim, a muitas outras pessoas e instituições que contribuíram, de uma ou de outra forma, na minha carreira acadêmica no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão na UFU.

*É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento do real.*

**Karl Marx, *O Capital*, Vol, I.**

*[...] se é verdade que Marx defendeu, ao menos para o modo de produção capitalista, a tese do primado da contradição sobre os contrários, quer dizer, da luta de classes sobre as classes, portanto o primado do antagonismo das classes sobre as classes, é, portanto, esse próprio antagonismo que deve ser o objeto da “análise concreta da situação concreta”*

**Louis Althusser, *O que’ do ‘Que fazer?’***

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO UM</b> .....	12
Debate sobre as principais teorias do Estado capitalista aplicadas à periferia do capitalismo .....	12
1. Sobre a questão do Estado – problemáticas teóricas.....	12
1.1 Problemática I .....	12
1.1.1 O debate alemão .....	26
1.1.2 István Mészáros e David Harvey .....	27
1.1.2.1 István Mészáros.....	28
1.1.2.2 David Harvey .....	31
1.2 Problemática II: principais análises sobre o Estado capitalista periférico .....	53
1.2.1 Uma proposta de análise alternativa.....	61
<b>CAPÍTULO DOIS</b> .....	76
Caráter da relação Estado dependente, capitalismo e democracia na Venezuela e Bolívia pós-1999 .....	76
2.1 Estado dependente, democracia e economias de enclave mineiro .....	76
2.2 Estado, capitalismo e democracia: o caso boliviano sob o governo Morales .....	93
2.2.1 Política econômica e expansão da indústria mineiro-extrativa .....	104
<b>CONCLUSÃO</b> .....	120
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	122

## INTRODUÇÃO

Esta Tese é produto da pesquisa sobre a temática *Estado dependente, desenvolvimento capitalista e democracia na América Latina*, com foco em dois países: Venezuela, sob os governos Chávez e Maduro (1999 em diante) e Bolívia, sob o governo Morales (2006 em diante). Aproveitamos parte da pesquisa realizada no Pós-Doutorado realizado em 2015 no Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e que complementamos com estudos feitos nos anos posteriores.

O texto está dividido em dois capítulos. O primeiro analisa o Estado dependente e suas problemáticas teóricas correlatas, buscando evidenciar a inexistência de teoria de Estado definida ou uma teoria marxista de Estado definida. A esse respeito, apresentamos uma análise alternativa sobre o Estado dependente para ser aplicada na América Latina. Já o segundo capítulo apresenta uma análise sobre o caráter da relação Estado, capitalismo e democracia na Venezuela e Bolívia pós-1999. Buscamos, aqui, caracterizar essa relação nesses dois países que apresentam variantes de capitalismo de Estado. Desde já salientamos que o texto apresentado não tem a pretensão de esgotar os assuntos abordados, tendo um caráter um tanto provisório, cujo aprofundamento teórico e analítico, em alguns casos, fica para serem elaborados em outro momento.<sup>1</sup>

Partimos das seguintes hipóteses:

- 1) Não existe uma teoria definida de Estado dependente, muito menos uma teoria definida no campo marxista; porém, pode-se utilizar a teoria do poder político e de Estado marxista proposta por Poulantzas em *Poder politique et classes sociales* (1968) e redefinida pelo conceito de Estado burguês elaborado por Saes (1985, 1998c, 2001), o qual pode ser aplicado aos Estados dependentes na periferia do capitalismo;
- 2) Na Venezuela e na Bolívia pós-1999 emergem como variantes de capitalismo de Estado, cuja relação entre economia dependente e democracia política é sobredeterminada dialeticamente pelo caráter dessa variante de Estado, tendo um relativo avanço em relação ao Estado dependente na fase do capitalismo neoliberal, porém apresentam problemas constitutivos não desprezíveis que devem ser analisados criticamente.

---

<sup>1</sup> Os eventuais erros teóricos e empíricos, bem como a não menção de textos, artigos e livros recentes sobre os assuntos aqui abordados, são de minha inteira responsabilidade.

Evidentemente, na fase atual do capitalismo neoliberal, seria sempre preferível o apoio à emergência e consolidação do capitalismo de Estado, favorável às grandes majorias sociais que poderia evoluir numa luta que desague na instauração do Estado socialista e democracia socialista. Contudo, tais experiências concretas (Venezuela um tanto mais avançada em relação a Bolívia) podem envolver as fases de desenvolvimento do capitalismo privado ou experiências retardatárias de desenvolvimento capitalista periférico, ou então funcionar como meras economias de enclave capitalista de novo tipo (neorentismo petrolífero, neoextrativismo mineiro/gasífero/litífero e petrolífero, etc.).

## CAPÍTULO UM

### DEBATE SOBRE AS PRINCIPAIS TEORIAS DO ESTADO CAPITALISTA APLICADAS À PERIFERIA DO CAPITALISMO

#### 1. Sobre a questão do Estado Capitalista – problemáticas teóricas

Neste capítulo desenvolvemos uma análise crítica sobre duas problemáticas importantes correlatas. A primeira aborda as diversas teorias do Estado no campo do marxismo e fora dele. Já a segunda centra-se na questão do Estado periférico ou dependente com o intuito mostrar se existe um conceito ou teoria definida relativa a esse tipo de Estado.

##### 1.1 Problemática I

No campo do marxismo, nomeadamente sobre a questão do Estado, é sobejamente conhecido que depois de Marx, Engels e Lenin, o autor que mais influenciou os estudos sobre o Estado é Gramsci, considerado por Anderson (1989) um dos maiores representantes do “marxismo ocidental”. Embora não tenha uma teoria definida sobre o Estado capitalista nem sobre a burocracia estatal, o autor forneceu um conjunto de elementos analíticos importantes para pensar o papel do Estado e a hegemonia nas sociedades capitalistas ocidentais no século XX (ANDERSON, 1976). Os elementos analíticos sobre o papel do Estado podem se condensar nas ideias relativas ao “Estado ampliado” e basicamente na concepção de hegemonia predominante: Estado = sociedade política + sociedade civil = hegemonia revestida de coerção; e que se compatibilizaria com a estratégia de luta revolucionária no ocidente, separando Oriente e Ocidente. Nessas observações Gramsci estaria defendendo a tese da separação entre Estado e a sociedade civil, um dos problemas caros aos autores marxistas clássicos, por se tratar de uma problemática hegeliana.

Os elementos esparsos sobre o Estado foram elaborados num corpo teórico mais compacto por Buci-Glucksmann no seu livro *Gramsci et l'Etat. Pour une théorie matérialiste de la philosophie* (1975), produto da sua tese de doutorado defendida em 1974 na França. A rigor, as teses sobre o *Estado ampliado* ou *integral* e sobre a *hegemonia*, que em Gramsci aparecem esparsos e difusos, ganham maior sistematicidade e repercussão no mundo acadêmico e político a partir do trabalho dessa autora. Entretanto, Anderson (1976) demonstrou oscilações e contradições dos conceitos de Estado e hegemonia em Gramsci,

mesmo considerando certa coerência e sistematicidade das teses de Buci-Glucksmann sobre o Estado nesse autor.

Por outro lado, alguns autores antes de Anderson, como Gruppi (1978, 1980), tendem a sugerir certa consistência ou não contradição nas formulações gramscianas sobre o Estado e a hegemonia.<sup>2</sup> Já Coutinho (1979, 1985, 1986) se empenha em defender, na trilha de Gruppi e Carrillo (1979), que não existiriam contradições sobre esses temas em Gramsci, possuindo este autor uma teoria compacta.

O contexto teórico do momento (década de 1970) revela o impacto da primeira obra de Poulantzas no campo do marxismo, sobretudo, a elaboração de uma teoria marxista do Estado em *Pouvoir politique et classes sociales* publicada em 1968. Teoria sistemática e definida que faltava ao marxismo, conforme o próprio Poulantzas sustenta no debate com Miliband (POULANTZAS & MILIBAND, 1975; HOLLOWAY & PICCIOTTO, 1979). Influenciada pelo grupo althusseriano (marxismo estruturalista que propõe a uma teoria marxista da história), cujo ponto mais alto da sua produção é do período 1960-1970 (releitura crítica da obra de Marx e elaboração dos conceitos formação social, modo de produção, transição de um modo de produção a outro, a política e o político, bem como discussão de temas como epistemologia, humanismo, ideologia, entre outros),<sup>3</sup> Poulantzas propõe uma “teoria regional do político” no modo de produção capitalista para desvendar o papel do Estado. Tal teoria teve, na acepção de Saes, pelo menos, dois pontos cruciais de elevado teor científico:

- 1) Elaboração do conceito de estrutura jurídico-política (Estado)<sup>4</sup>, delimitando seu lugar e sua função na totalidade social capitalista e especificando seu conteúdo no modo de produção capitalista;
- 2) Caracterização da relação entre Estado capitalista e as classes dominantes, qualificando o papel simultaneamente organizador e unificador que esse Estado desempenha em relação às classes dominantes, e de cujo exercício tem como resultado a constituição de um “bloco no poder” (SAES, 1998b, p. 47).

O conceito de estrutura jurídico-política capitalista – que faz parte da teoria regional do político no modo de produção capitalista – se apresenta, em Poulantzas na obra de 1968,

---

<sup>2</sup> Sobre essa problemática, ver Lima (2013).

<sup>3</sup> Sobre o avanço no debate suscitado pelo grupo althusseriano e seu impacto no Brasil, ver Saes (1998a).

<sup>4</sup> Embora Althusser e o grupo althusseriano não elaboraram de modo explícito e sistemático o conceito de estrutura, o que não implica segundo Saes, a inexistência de tal conceito, podendo seu sentido prático ser extraído do conjunto das obras do grupo (SAES, 2014b). Isso explicaria o motivo de Poulantzas não apresentar sistematicamente o conceito de estrutura em *Pouvoir politique et classes sociales*.

como um sistema articulado de quatro conceitos: direito capitalista, burocratismo, efeito de isolamento e efeito da representação da unidade - sendo este último o elo mais fraco desse sistema (SAES, 1998b, p. 51). Em relação à autonomia relativa do Estado, objeto de inúmeras críticas por autores no campo marxista como fora dele e do seu silenciamento crônico, Saes sustenta que Poulantzas não elaborou um conceito ou uma abordagem sistemática por se tratar tão-somente de um assunto, porém de elevada importância que perpassa a obra.

Nesse sentido, o Estado é entendido como *estrutura* permanente que faz parte da totalidade social nas sociedades divididas em classes. Mais especificamente, o Estado é qualificado como estrutura jurídico-política no modo de produção em geral e no modo de produção capitalista em particular. Entretanto, Poulantzas não apresenta um conceito de estrutura ao longo da obra, ficando o assunto subentendido de acordo com o tratamento dado pelo grupo althusseriano a essa problemática na trilha do Marx (a estrutura é invisível ou opaca, podendo ser desvendada mediante trabalho científico), dando margem a intensificação da enxurrada de críticas contra o autor.

Mas o que é, afinal, estrutura? Conforme Saes (1998b), Poulantzas teria formulado tal conceito, não na obra de 1968, mas em outro trabalho anterior e preparatório daquela: *Preliminaires à l'étude de l'hégémonie dans l'État*, publicado originalmente em dois números da revista *Les Temps Modernes* em 1965 (nº 234, novembro, e nº 235, dezembro respectivamente). Assim, nesse trabalho o autor formula que “o caráter *propriamente político* do Estado capitalista se manifesta [...] através do caráter de universalidade assumido por um conjunto particular de valores que constituem os fatores objetivos de estruturação [...]”.<sup>5</sup>

Percebe-se assim que o entendimento do conceito de estrutura em Poulantzas como conjunto de valores pressupõe o funcionamento *articulado* das estruturas na totalidade social (econômica, política). Ou por outra, *o jogo combinado da articulação das estruturas na totalidade social* tem como *efeito* um “conjunto de valores que regulam e enquadram de modo durável as práticas sociais de um certo tipo (econômicas, políticas)” (SAES, 1998b, p. 48). Logo, a estrutura jurídico-política capitalista “consiste particularmente num conjunto de valores que, não obstante o fato de se concretizarem de modo articulado, devem ser classificadas em espécies diferentes conforme a dimensão da prática política que é por eles regulada e enquadrada” (idem). Em suma,

Pertencem a uma primeira espécie aqueles valores que regulam e enquadram as práticas econômicas e as relações sociais por elas condicionadas (por exemplo as

---

<sup>5</sup> Poulantzas, apud Saes (1998b, p. 48, nota de rodapé 2). O sublinhado é do autor e a tradução é do Saes, baseado na edição *Repères*, Collections “Dialectiques – interventions” (Paris: Maspéro, 1980, p. 49).

relações familiares): são os *valores jurídicos capitalistas*, ou o *direito capitalista*. Pertencem a uma segunda espécie aqueles valores que regulam e enquadram as relações entre os agentes funcionalmente encarregados de regular e enquadrar as práticas econômicas e as relações sociais por elas condicionadas: são os *valores burocráticos capitalistas*, ou o *burocratismo* (SAES, 1998b, pp. 48-49; grifo nosso).

Em seguida, o autor passa a explicitar (SAES, 1998b, pp. 49-50) a especificidade tanto dos valores do direito capitalista quanto dos valores burocráticos capitalistas, para logo identificar os efeitos político-ideológicos produzidos pela estrutura jurídico-política capitalista sobre os agentes da produção. Essa era justamente proposta de análise sobre o Estado da corrente política althusseriana, representada no terreno da Ciência Política por Poulantzas na obra de 1968.

Num trabalho posterior, Saes explica novamente o salto qualitativo da análise sobre o poder político (= poder de Estado) do grupo althusseriano:

Com a corrente althusseriana, emergente nos anos 60, a pesquisa marxista sobre a especificidade de cada tipo histórico de Estado assume um novo rumo, sem desconsiderar evidentemente a importância, para a análise política, da identificação da classe proprietária/exploradora que exerce o poder de Estado. Para essa corrente teórica – representada no terreno da Ciência Política por Nicos Poulantzas - , a tarefa fundamental na análise do Estado seria a caracterização da *estrutura* subjacente à instituição estatal em cada tipo histórico de sociedade, bem como dos *efeitos* produzidos sobre os agentes por essa estrutura (ou por outra, a *função* que corresponderia essa estrutura). Tal estrutura – nomeada “estrutura jurídico-política pelos althusserianos – consistiria num conjunto de valores, suscetível de ser analiticamente descomposto em dois segmentos: de um lado, os valores que regulam e enquadram, de modo durável, as práticas econômicas e as relações sociais por ela condicionadas (como as familiares); de outro lado, os valores que inspiram, de modo também durável, a própria atividade e a organização interna dos agentes funcionais encarregados de regular e enquadrar as relações econômicas e sociais. Os valores do primeiro segmento seriam os jurídicos; isto é, os valores contidos no direito aplicado às relações econômicas e sociais pelo aparelho de Estado. Os valores do segundo segmento seriam aqueles imperantes na organização interna do aparelho de Estado. Esse conjunto de valores – sejam os do primeiro tipo, sejam os do segundo tipo – produziria efeitos ideológicos sobre os agentes econômicos e os agentes estatais, estabelecendo assim *limites* para a orientação ideológica das práticas de uns e de outros. É deste modo – ou seja, produzindo efeitos ideológicos sobre os agentes econômicos e os agentes estatais - , que a estrutura jurídico-política desempenharia a função de manter a coesão de um tipo histórico qualquer de sociedade de classes (SAES, 1999, pp. 109-110; grifo do autor).

Saes sustentou que a tarefa fundamental no estudo sobre o Estado seria “a caracterização da *estrutura* subjacente à instituição estatal em cada tipo histórico de sociedade, bem como os *efeitos* produzidos sobre os agentes por essa estrutura (ou por outra: a função a que corresponderia essa estrutura)” (SAES, 1999, p. 109; grifo do autor).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Logo o autor explicita a estrutura (SAES, 1999, pp. 109-110) – nomeada pelos althusserianos como estrutura jurídico-política - como conjunto de valores, tal como aparece no artigo supracitado (SAES, 1998b). Em relação

Depois de propor uma solução teórica aos problemas sobre a quantidade de estruturas e instâncias que compõem a totalidade social teorizados pelo grupo althusseriano, e ao abordar as “Estruturas, instituições e aparelhos”, Saes sustenta:

Passemos agora à análise do tipo de relação que se trava entre cada estrutura e os agentes envolvidos nas práticas sociais que lhe correspondem. Na verdade, as estruturas não são transparentes (isto é, são opacas) para os agentes. Estes são movidos inconscientemente, em sua prática, pelas estruturas; e concretizam certos valores, de cunho ideológico, tendo porém a impressão de estar seguindo outras regras, aparentes e formalizadas. Os valores estruturais são portanto recobertos, na prática social cotidiana, por regras institucionais; o que equivale a dizer que toda estrutura é regularmente ocultada por uma instituição.

As organizações materiais e humanas que padronizam os diferentes tipos de atividade social são os Aparelhos, cujo motor é a estrutura oculta, e cuja superfície é o aspecto regimental ou institucional. Um aparelho (seja o econômico, seja o jurídico-político) é portanto um sistema de organização da prática social, onde regras institucionais se sobrepõem a valores estruturais, ocultando-os. O trabalho do pesquisador marxista, na análise dos aparelhos, consiste justamente em descobrir as estruturas subjacentes à realidade institucional (SAES, 2014b, pp. 6-7).

Entretanto, sabemos que nas suas últimas obras, Poulantzas abandonou essa teoria (a concepção de Estado como estrutura) e passou a defender a concepção de Estado como *relação*<sup>7</sup> – isto é, condensação material de relações de força -, significando, em concordância com Saes (1998b, 1998c), um retrocesso teórico. Se adotarmos a análise da ruptura epistemológica aplicada por Althusser (1979) a Marx, pode-se identificar três Poulantzas ao longo da sua trajetória acadêmica: a fase estruturalista de *Pouvoir politique et classes sociales* (1968), um tratado político que dá um salto qualitativo na formulação de uma teoria marxista do Estado definida; a fase intermediária (1970 a 1974), de relativo abandono dessa teoria, porém ainda utilizando conceitos como *bloco no poder* e *hegemonia* na análise sobre o fascismo e regimes ditatoriais e sobre as classes sociais na mundialização do capital (*Fascismo e ditadura*, de 1970, *As classes sociais no capitalismo contemporâneo*, de 1974); e a fase última (1975 a 1979), de completo abandono da sua teoria do Estado proposto na

---

à questão de saber quantas estruturas são fundamentais que compõe a totalidade social (sistema binário: duas estruturas; sistema trinitário: três estruturas), Saes oferece uma crítica ao grupo althusseriano, evidenciando suas oscilações, impasses teóricos e contradições, e, ao mesmo tempo fornece uma solução teórica no âmbito da teoria althusseriana sobre o materialismo histórico: seria mais conveniente, chegando próximo do real, trabalhar com duas estruturas (sistema binário), a econômica e a política. A ideologia está repartida em toda parte, no todo social, não sendo uma estrutura propriamente dita (1994, 1998a, 2014b, 2016).

<sup>7</sup> Enquanto relação social (= o capital como relação social), o Estado se relacionaria com tudo e com nada ao mesmo tempo, sendo reflexo da estrutura econômica, um mero epifenômeno, ou “como um reflexo retardado das transformações das relações de produção” (SAES, 1998c, p. 22), deixando o Estado ter um papel crucial autônomo na criação de condições de reprodução das relações de produção capitalistas, “obstaculizando a consideração do Estado como objeto relativamente autônomo de análise” (SAES, 1985, p. 21). O conceito relacional de Estado do último Poulantzas vai ser sobrestimado e sobrevalorado por Jessop (1985, 2002, 2006, 2009a) e Hirsch (2005, 2007a, 2007b, 2010). Ver também: Demirovic; Hirsch; Jessop (2002).

primeira obra, já expressada em *A crise das ditaduras* de 1975 e, sobretudo, estampado no livro *L'Etat, le pouvoir, le socialisme* (1978). Nesta obra o autor passa a defender uma teoria diferente do Estado, abandonando completamente sua teoria elaborada na obra de 1968, sendo o Estado conceituado como relacional ou condensação material de relações de força, uma homologia em relação ao funcionamento do capital, revelando influências do conceito de poder de Foucault (concepção relacional de poder) da década de 1970<sup>8</sup>, de Deleuze e do “eurocomunismo de esquerda”, sobretudo da linha de Pietro Ingrao, do Partido Comunista Italiano (PCI).<sup>9</sup>

Sabemos que o próprio Miliband (1978), na sua obra *Marxismo e Política* publicada em 1976, também passou a adotar a postura do eurocomunismo de esquerda ao defender a via de transição pacífica ao socialismo através da luta parlamentar (a estratégia da ditadura do proletariado, destruição do Estado burguês estariam superados). Como o Estado capitalista é um instrumento de dominação da classe dominante, instrumento esse que seria controlado pela elite estatal no contexto de funcionamento do sistema estatal (MILIBAND, 1972), agora (último quartel da década de 1970), ele passa a “organizar a reforma” sem a qual o capitalismo não sobreviveria; e o faz justamente por possuir “autonomia relativa” (concordando com o último Poulantzas sobre o assunto).

Voltando à questão da mudança teórica (retrocesso) em Poulantzas, nos distanciamos de Motta (2009) e Codato (2011) em relação aos critérios de classificação das fases pelo qual

---

<sup>8</sup> A nosso ver, trata-se do Foucault da fase anarquista relativa aos cursos que proferiu no Collège de France entre 1970-1979, que revela o abandono do comunismo, e cujas obras mais representativas no Brasil são: *Vigiar e punir* (2009) e *Microfísica do poder* (2012); embora a obra *L'Archéologie du savoir* seja publicada em 1969, já reflete robusta influência de Nietzsche e não do marxismo estruturalista. Sabemos que Foucault era mais estruturalista que Althusser no último quartel da década de 1960, patenteada na sua obra *Le mots e les choses* em 1966 (ver FOUCAULT, 2007). Já o período 1980-84 refletiria, a despeito da grande erudição do autor no tratamento dos assuntos abordados, uma postura abertamente liberal, basicamente excluindo a questão do socialismo e elaborando propostas de análise que remetem à ética da sociedade clássica antiga (dos gregos e romanos): cuidado de si e para si ou governo de si e dos outros etc. Fazemos essa observação para destacar que a ruptura epistemológica proposta por Althusser admite também a involução da postura acadêmica e política de qualquer autor na história – isto é, não como se dera em Marx, que passou de uma postura liberal, liberal crítica, anarquista e finalmente comunista, rompendo sucessivamente com as posturas anteriores. O caso de Foucault ilustra também o caso de Poulantzas.

<sup>9</sup> O livro começa a ser preparado com base nos artigos escritos entre 1975 e 1977, conforme Jessop (2006), Martin (2008) e Keucheyan (2013), tendo influência teórica diversa (a nosso ver eclética), de autores tais como Sartre, Foucault e Deleuze, entre outros. Contudo, basta citar duas referências do próprio autor. A primeira diz respeito ao artigo “The Capitalist State: a reply to Miliband and Laclau” (POULANTZAS, 1976) - publicada em português pela *Crítica Marxista*, nº 27, 2008; e a entrevista do autor a H. Weber (em *Critique Communiste*, nº 16, junho, 1977) e publicada no Brasil quatro anos depois do lançamento de sua última obra: “Entrevista com Nicos Poulantzas: o Estado e a transição ao socialismo” (POULANTZAS & WEBER, 1982). Nesses dois textos o autor já demonstra sua mudança teórica e a defesa do eurocomunismo de esquerda. Enfim, as posteriores declarações de Poulantzas a obra de 1978 não faz outra coisa senão confirmar essa mudança teórica e essa tomada de posição política, tornando-se ociosa sua verificação.

atravessou o autor. Nossa classificação/periodização se baseia no critério da ruptura epistemológica althusseriana aplicado ao autor.

Motta reproduz e defende a tese de Martin (2008) segundo a qual a originalidade do trabalho de Poulantzas sobre o Estado residiria nas intensas mudanças de paradigma teórico de acordo com o contexto histórico, tais paradigmas estando em constante desenvolvimento e permanecendo atuais e pertinentes (MOTTA, 2009, pp. 222, 226).

Já Codato sugere uma classificação das fases de Poulantzas, não com base na *ruptura epistemológica*, e sim com o critério de classificação do “paralelismo” entre a teoria do Estado e a postura da política socialista imposta pelo autor no momento histórico conjuntural – isto é, a classificação de cada versão dos conceitos de Estado capitalista corresponderia a um contexto intelectual e político em função de uma problemática teórica particular e em razão de uma estratégia política (CODATO, 2011, pp. 100, 104). Logo, existiriam três fases em Poulantzas: a obra de 1968, entendida como ortodoxa (Estado como estrutura); a do *Fascismo e ditadura* de 1970 (Estado como aparelho); e a de *O Estado, o poder, o socialismo* de 1978 (Estado como relação). Todavia, na primeira e segunda fases existiriam textos de transição articulando dois conceitos de Estado: na primeira Estado como estrutura e aparelho; na segunda Estado como aparelho e relação (CODATO, idem; Cf. Quadro I da p. 101 e págs. seg.). Em conclusão, os diversos Poulantzas revelariam “sucessivos ajustes” na teoria do Estado em relação às oportunidades reais de transformação social diante das contínuas mudanças da realidade histórica e da luta pelo socialismo, ajustes esses qualificados como giro de objeto de pesquisa e, por conseguinte, como novo método de pesquisa do marxismo enquanto “ciência social” (CODATO, 2011, pp. 121-122).<sup>10</sup>

A rigor, trata-se, da reprodução sobretudo das teses de Jessop (1998, 2006, 2008, 2009a, 2009b), e que são esquematizadas por Martin (2008), reproduzidas por Codato e Motta. Sabemos que Jessop é atualmente um dos mais importantes defensores do conceito relacional do Estado e da teoria da regulação - na linha de Hirsch (2007a, 2007b), porém este autor busca solucionar alguns déficit dessa teoria em relação ao Estado capitalista<sup>11</sup>. Na sua

---

<sup>10</sup> Mesmo que mencione a periodização (de três Poulantzas) defendida pelo “professor Saes” - como diz Codato (2011, p. 95, nota 66) - no curso “Teoria do Estado II” em 1985 no IFCH-UNICAMP (texto policopiado) e cite vagamente um artigo dele (SAES, 1998b), Codato chega a uma conclusão completamente diferente às de Saes. (CODATO; PERISSINOTO, 2011).

<sup>11</sup> Contudo, mesmo tentando solucionar as lacunas ou deficiências da teoria do Estado no paradigma regulacionista (inclusão da teoria institucionalista e neoinstitucionalista), Hirsch não consegue se desvencilhar (igual que Offe) da problemática do Estado como derivação da forma valor, permanecendo num esquema economicista sobre o papel do Estado capitalista (ver: HIRSCH, 2005, 2007a, 2007b; DEMIROVIC; HIRSCH; JESSOP, 2002).

obra *El futuro del Estado* (2008)<sup>12</sup>, o autor revela o uso de um marco teórico demasiado eclético para explicar o funcionamento do Estado contemporâneo: além da teoria regulacionista, os sistemas autopoiéticos de Luhmann, se apoia também nas concepções de Gramsci e Poulantzas (Estado ampliado ou integral) – que entendem o Estado como relação social, se aproximando do conceito de poder de Weber e Foucault (Cf. também MONEDERO, 2008).<sup>13</sup>

Por outro lado, as teses de Jessop são reproduzidas por Motta via Martin e novamente esquematizadas por Codato, porém com o seguinte agravante: a defesa de uma explicação funcionalista, de cunho neoinstitucionalista; cujo objetivo precípuo seria ocultar, de fato, a ruptura epistemológica em Poulantzas e sua evidente involução e contradições em relação à problemática analisada em *Pouvoir politique et classes sociales*.

Nesse sentido, tanto Motta como Codato<sup>14</sup> revelam ampla influência das interpretações de Martin (2008), que defende a tese segundo a qual as diversas fases de Poulantzas em relação à teoria do Estado capitalista evidenciarão uma mudança positiva contínua de paradigma com adaptação ao momento histórico presente. Mais especificamente, a oscilação conceitual, constante mudança de paradigma ou sucessivos ajustes teóricos não são vistos como rupturas epistemológicas que denotam contradições, involuções e ecletismo teórico, mas sim como originalidade e, sobretudo, como virtude científica. Com efeito, estamos diante da tentativa de defesa aberta do último Poulantzas que sustenta que a obra mais importante e de maturidade seria *L'Etat, le pouvoir, le socialisme* (1978), uma concepção positiva de mudança de fluxo contínua e ascendente.<sup>15</sup>

A última obra de Poulantzas revela, conforme salientamos, a tomada de posição política do autor em favor do “eurocomunismo de esquerda”. Por volta de 1969-70 em diante, nosso autor revela ter grande admiração das análises de Gramsci sobre o Estado e a hegemonia, sobretudo das concepções relativas ao Estado ampliado, mesmo que na obra de

---

<sup>12</sup> A obra original foi publicada em 2002: *The Future of The Capitalist State*.

<sup>13</sup> Nas conferências proferidas por García Linera e Jessop na Bolívia em 2014 sobre as “teorias estratégicas del Estado”, os autores ratificam a teoria relacional do Estado. A exposição do último autor segue o esquema do livro *El futuro del Estado* (2008). Todavia, durante o evento a mesa informou o lançamento do livro de Jessop intitulado *La teoría relacional del Estado*, uma coletânea de artigos sobre o assunto escritos pelo autor em diversos momentos. Já García Linera agrega, na sua exposição, a importância do Estado entendido como correlação de forças para estudar a dominação e a hegemonia (tese de Poulantzas de 1978). Ver: Álvaro García Linera y Robert (Bob) Jessop, vídeo publicado em 7/11/ 2014.

<sup>14</sup> É curioso que Codato não menciona no seu texto a resenha de Motta (2009) sobre o livro de Martin (2008).

<sup>15</sup> Nada novo em relação aos ataques feitos à obra de Poulantzas de 1968 por autores brasileiros em diversos níveis, como por exemplo, F. H. Cardoso e C. N. Coutinho. A permanente desqualificação dessa obra e a sobrevalorização da última obra de Poulantzas é constante nesses autores.

1968 ele seja um crítico ferrenho desses temas gramscianos (tratamento demasiado amplo e abusivo da problemática da hegemonia, o historicismo, a questão do sujeito etc.).

Nossa hipótese – embora polêmica - é a de que as concepções sobre o Estado ampliado em Gramsci deram suporte teórico à corrente política “eurocomunista”. Sabe-se que o eurocomunismo é um movimento político nascido em 1977 e encabeçado pelos PCs italiano, espanhol e francês (dirigidos por E. Berlinguer, S. Carrillo e G. Marchais, respectivamente) que defende a estratégia da transição ao socialismo pela via democrática. Amplamente identificado com a tradição social-democrata, que a partir de 1956 (no contexto do XX Congresso PCUS, Krushev denuncia os excessos e erros do stalinismo) rompe definitivamente com o marxismo, o eurocomunismo propõe ao movimento operário a estratégia de luta na Europa ocidental diante das sequelas do stalinismo e, por conseguinte, do fracasso do denominado “socialismo real” (então União Soviética e demais países da Europa oriental) e das dificuldades de realização de uma revolução socialista, ao estilo soviético, nos países capitalistas avançados – isto é, a luta pela passagem gradual e pacífica ao socialismo via eleitoral (Cf. RILEY, 2012). O que significava, por um lado, a defesa da “democracia como valor universal” (frase de Berlinguer) e a aposta nas reformas socioeconômicas e políticas para democratizar a sociedade e o Estado e construir o socialismo; e por outro, o abandono da estratégia de luta marxista-leninista de destruição do Estado burguês ou estratégia revolucionária (violenta) estampada na concepção de ditadura do proletariado.

Não tendo um programa original e se distanciando tanto da URSS e do marxismo-leninismo como da socialdemocracia europeia, que na década de 1970 esta não se reconhecia socialista mas liberal, o eurocomunismo de esquerda cai numa política contraditória ao defender as teses da transição pacífica ao socialismo e a busca permanente da colaboração de classe (como se dera no caso do governo Allende no Chile), passando a disputar os mesmos campos eleitorais da socialdemocracia e se aproximando cada vez mais de sua orientação teórica (Cf. MARINI, 1979, que comenta alguns desses aspectos mencionados).

Labriola, Gramsci e Togliatti seriam os principais precursores do eurocomunismo. E seus divulgadores seriam os secretários gerais dos PCs dos países indicados, especialmente Carrillo e sua obra *Eurocomunismo y Estado* (1977). Este sustenta que o eurocomunismo não renega a revolução, simplesmente aposta na reforma enquanto tática, num contexto de enorme dificuldade de realização da revolução em países capitalistas. O que remete principalmente a Gramsci<sup>16</sup> e Togliatti. Grande representante da III Internacional, dirigente do PCI e figura

---

<sup>16</sup> Um estudo importante que aborda indiretamente a estratégia gramsciana da guerra de posições, em detrimento da guerra de movimento, oferece Saint-Pierre (2000): para o autor, Gramsci estaria defendendo a estratégia da

controversa, Togliatti defenderá abertamente (tanto na Terceira Conferência realizada em Moscou em 1957, como nos seus escritos posteriores até sua morte em 1964) o reformismo e gradualismo na luta pelo socialismo pela via democrática, destacando o nexos entre democracia e socialismo (SPRIANO, 1991).

A digressão sobre o eurocomunismo teve o objetivo de sugerir a articulação entre o conceito de Estado ampliado e as concepções sobre o Estado em Poulantzas de *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*. Pensamos que o estalido do movimento estudantil francês em maio de 1968, a revolução cultural chinesa, a crítica contra o stalinismo na URSS, bem como a luta contra o colonialismo no Terceiro Mundo influenciaram enormemente os militantes comunistas e marxistas de todas as correntes, principalmente do marxismo italiano (de influência predominantemente gramsciana) e do marxismo inglês, a tal ponto de a maioria ter mudado de posição política e teórica, como é o caso de Poulantzas e de outros integrantes do grupo althusseriano que, a partir desse ano, a maioria entra em franco declínio e debandada de seus representantes. É nesse contexto histórico (que se estende ao longo dos anos 1970) que parecem se fortalecer as concepções do Estado ampliado e as posturas teórico-políticas dos autores precursores do eurocomunismo de esquerda, embora temos o cuidado de não reduzir a produção gramsciana ao eurocomunismo.<sup>17</sup>

É o caso de Buci-Glucksmann que, conforme já foi salientado, produz um trabalho significativo, mesmo com suas limitações e contradições: *Gramsci et l'Etat* (1975) – influenciada pela obra do primeiro Poulantzas (empenho na rigurosidade teórica, uso de terminologia poulantziana como “bloco no poder”, etc.).

Entretanto, Poulantzas sofre também influências, direta e indiretamente, de Gramsci através do trabalho de Buci-Glucksmann. Duas observações se impõem aqui. A primeira diz respeito à homenagem feita por esta autora na coletânea *La Gauche, le pouvoir, le socialisme: hommage à Nicos Poulantzas* (1983), em reconhecimento ao salto qualitativo que Poulantzas

---

luta democrática (social-democracia) como a via mais eficiente para superar o capitalismo no ocidente, uma espécie de desarmamento das massas trabalhadoras e populares organizadas na luta contra o capital, defendendo um reformismo aberto.

<sup>17</sup> Contudo, nossa suspeita é enorme sobre a postura de Gramsci, no período do *Cadernos do Cárcere*, em relação à defesa da estratégia democrática na transição ao socialismo. Sabemos que o autor passou a defender as posturas da ala direita do PCI sobre a estratégia eleitoral: a conquista da maioria dos votos pelos trabalhadores no pleito nacional significava, para esta corrente no interior do partido, a possibilidade real de conquista do poder governamental. Essa estratégia eleitoral passa a ser denominada hegemonia em Gramsci, ou seja, a transformação de um assunto no plano conjuntural (domínio eleitoral) em teoria no plano da democracia política (hegemonia). Essa questão foi sugerida pelo Prof. Décio Saes em uma conversa pessoal que tivemos, junto com um grupo de discentes, por ocasião da visita dele à UFU em 2017, no âmbito das atividades acadêmicas, a convite do Grupo de Pesquisa Estado e Capitalismo na América Latina e do Núcleo de Estudos Marxistas sobre América Latina (NEMARX-AL). Mais especificamente, o assunto é uma mera hipótese, cuja pesquisa histórica deve ser desenvolvida e verificada posteriormente.

teria dado em *L'Etat, le pouvoir, le socialisme*, ao se aproximar da concepção do Estado ampliado em Gramsci e da defesa do eurocomunismo de esquerda. É nessa direção que também Jessop (2008, 2009) aponta a inclusão da obra de Poulantzas de 1978 e de Buciu-Glucksmann como desenvolvimento ulterior do conceito gramsciano de Estado ampliado ou integral. Trata-se de uma empreitada que, conforme já salientamos ao comentar o trabalho de Martin (2008), busca depurar a fase estruturalista de Poulantzas e Althusser, compatibilizando as posições do último Poulantzas com uma espécie de volta ou aproximação a Gramsci: em relação ao primeiro, através do conceito relacional de Estado<sup>18</sup>; e em relação ao segundo – curiosamente - através do “materialismo aleatório” do último Althusser (na sua fase demencial), sem avaliar o conteúdo e suas consequências teóricas das formulações deste autor. Sabemos que os manuscritos sobre o materialismo aleatório nunca foram autorizados pelo próprio autor (quando estava vivo e na sua fase demencial) para publicação. Eles foram publicados em 1994 (por oportunismo, status etc.) pós-morte pelo sobrinho de Althusser.<sup>19</sup>

A segunda observação diz respeito aos aparelhos privados de hegemonia em Gramsci. Lembremos que na primeira fase do debate entre Poulantzas e Miliband, o primeiro defende sua teoria pautada na problemática do Estado como estrutura e seus desdobramentos em temas correlatos (definição do objeto de estudo, conceito de Estado capitalista, teoria das classes dominantes na acepção da hegemonia, burocracia, burocratismo, funcionamento do capitalismo, etc.). Ao mesmo tempo, Poulantzas insere no debate uma problemática gramsciana não abordada em *Pouvoir politique et classes sociales*: a discussão sobre os

---

<sup>18</sup> Na conferência proferida na Universidade da Sorbonne de Paris, no âmbito do “Coloquio Internacional dedicado à obra de Nicos Poulantzas: um marxismo para o século XXI”, realizado em 16 de janeiro de 2015, García Linera defende justamente as teses do último Poulantzas. Ver: Garcia Linera (2015). A conferência também foi publicada no site rebellion.org em 19/2/2015 (<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=195607>).

<sup>19</sup> Trata-se do manuscrito de 1982 intitulado *Le courant souterain du matérialisme de la rencontre* (1994), publicado na coletânea em dois tomos, cujos textos foram reunidos e apresentados por François Matheron. A coletânea reúne uma miscelânea de textos dispersos escritos entre 1946 e 1986. Inclusive, um texto importante que foi publicado e divulgado, *La querelle de l'humanisme*, de 1967, aparece no Tomo II. A nosso ver, o texto (e outros semelhantes) expressa um aberto ecletismo teórico, defende um materialismo idealista e nega a produção do grupo althusseriano (e do próprio autor) baseado no materialismo histórico, jogando por terra a produção científica e a experiência política da corrente marxista estruturalista, o que revela a fase demente do autor. Todavia, o próprio apresentador da coletânea (Matheron) reconhece (nas págs. 533-536) o caráter repetitivo, estranho, aleatório e difuso dos textos sobre o materialismo do encontro, dificultando sua compreensão, justamente pelo fato de Althusser ter confessado, na redação dos manuscritos, que teria saído de uma “prova terrível de três anos” (em alusão ao período que ele ficou em recuperação na clínica Soisy-sur-Seine). Contudo, o apresentador alimenta a ilusão de superar as dificuldades da leitura e avançar no descobrimento da “verdade” contidas nesses manuscritos. Na Europa o texto ganhou ampla repercussão positiva através de divulgadores entusiastas (como Matheron) que acreditam que o Althusser desta última fase (ora, o autor estava demente ou vivia em recuperação permanente) teria ressuscitado ou reconstruído o materialismo histórico proposto por Marx. No Brasil a revista *Crítica Marxista* publicou dois artigos (o de Althusser no nº 20, 2005) e o de outro autor que faz apologia a esse tipo de materialismo (no nº 23, 2006). Uma crítica posterior ao “materialismo do encontro” foi feita por Saes em “A corrente althusseriana e o desenvolvimento do materialismo histórico” (2014b).

aparelhos repressivo e ideológico de Estado, um assunto “contrabandeado”, por assim dizer, ou carta em baixo da manga que, no mínimo, parece curioso. A rigor, o que ocorre é a influência da abordagem sobre o Estado feita por Althusser em *Aparelhos ideológicos de Estado* (1989), originalmente publicada em 1970<sup>20</sup> (salvo engano, a obra mais difundida e traduzida em vários idiomas, muito mais que o trabalho de Poulantzas de 1968) dois anos depois da publicação da obra do primeiro Poulantzas. Tratar-se-ia de duas obras concorrentes sobre o Estado no interior de um mesmo grupo marxista? A resposta não é simples, requerendo maior espaço para sua elaboração e que escapa aos nossos objetivos aqui propostos. Contudo, podemos arriscar uma breve resposta.

Primeiramente, deve-se reconhecer que esse artigo faz parte da produção do grupo althusseriano do período 1960-68 que se articulam as discussões sobre as problemáticas modo de produção, transição e reprodução, na linha de *Lire Le Capital* e *Pour Marx*. Nesse contexto, os desdobramentos do debate sobre o papel do Estado e da ideologia na reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, da reprodução do capital e da sujeição dos trabalhadores ideologicamente à dominação da burguesia, tornavam-se indispensáveis. Prova disso é que em 1995 foi publicado o manuscrito completo de Althusser em *Sur la reproduction*<sup>21</sup>, que abarca a questão da ideologia, Estado e a reprodução social, do qual foi extraído o artigo/pesquisa *Idéologie et appareil Idéologique d'État*. Então, além do papel da ideologia, o Estado é entendido como aparelho e como instituição.

Em segundo lugar, embora reconheça o mérito da análise desse tema em Gramsci, Althusser teve como objetivo central, na obra supracitada, propor um ensaio teórico sobre o Estado com base no materialismo histórico: uma pesquisa de monta sobre a articulação recíproca ou correspondência entre formas de exploração do trabalho e forma política ou organização da dominação (Estado) nos diferentes modos de produção na história, especialmente no capitalismo, que Poulantzas inclui na obra de 1968. Avança na análise do Estado capitalista e seu papel ideológico de reprodução das relações de produção capitalistas. O autor faz destaque à problemática da ideologia como foco analítico para explicar qual a função geral da ideologia numa sociedade dividida em classes e qual sua função particular numa determinada sociedade ou modo de produção, no caso o modo de produção capitalista; quais seus efeitos pertinentes na estrutura social total e nas instâncias econômica e política (a

---

<sup>20</sup> Trata-se do artigo *Idéologie et appareil Idéologique d'État (Notes pour une recherche)*, publicado originalmente na revista *La Pensée* (nº 151, juin) em 1970. Logo ele foi publicado na coletânea do autor intitulada *Positions (1964-1975)* em 1976 (Paris: Les Éditions sociales, 172 pp.). Disponível em: [http://classiques.uqac.ca/contemporains/althusser\\_louis/ideologie\\_et\\_AIE/ideologie\\_et\\_AIE.html](http://classiques.uqac.ca/contemporains/althusser_louis/ideologie_et_AIE/ideologie_et_AIE.html).

<sup>21</sup> A obra foi republicada no Brasil em 1999 sob o título *Sobre a reprodução* pela editora Vozes.

interpelação da ideologia, a problemática do sujeito e seu caráter asujeitado no capitalismo, etc.). Assim, entendida como “representação” da relação imaginária dos indivíduos diante suas reais condições de existência, a ideologia ganha um tratamento crítico, superando a sua acepção negativa tradicional como falsa consciência, concepção predominante no movimento operário na Europa.

Todavia, o autor busca desvendar a natureza de classe das ideologias à luz das condições materiais de existência, suas diferentes variedades de acordo com as práticas das diversas classes sociais, a ideologia dominante das classes dominantes, o predomínio de um tipo de ideologia num período histórico ou modo de produção: jurídica (escravista, feudal, burguesa), religiosa, econômica (mercantil ou capitalista, etc.). Assim, a ideologia parece ser uma instância ou estrutura específica (como a política e a economia) que faz parte da totalidade social e, ao mesmo tempo, sugere-se que ela recobre a totalidade social, não sendo uma instância ou estrutura específica, duas abordagens do assunto que parecem conflitantes.<sup>22</sup>

Em terceiro lugar, em relação à análise sobre a relação do Estado e a ideologia, a classificação entre aparelhos repressivos de Estado (ARE) e aparelhos ideológicos de Estado (AIE) – mormente bastante criticados devido a sua explicação descritiva e tautológica, porém, entendendo o Estado como aparelho, cuja configuração no atual estágio do capitalismo, tornou-se mais complexa - , evocando a problemática gramsciana da diferenciação entre o núcleo duro (aparelhos) do Estado e seus aparelhos privados de hegemonia (detendo estes um papel predominantemente ideológico), Althusser quis demonstrar o papel do Estado (e das funções dos dois tipos de aparelhos) na reprodução das relações de produção capitalista, na criação das condições ideológicas dessa reprodução. Além disso, o autor está sugerindo – a nosso ver - a proposta de uma análise materialista da distinção entre o Estado como aparelho, Estado como instituição e Estado como estrutura, conforme observou Saes (2012).<sup>23</sup> Aspecto teórico que não foi detectado pelos críticos de Althusser e Poulantzas, nem pelos autores esquematizadores do segundo (Jessop, Martin, entre outros), que buscam eliminar o estudo

---

<sup>22</sup> Ou seja, a ideologia como estrutura específica do todo social, semelhante à economia e à política; e ideologia não como estrutura específica, se expressando no todo social através das relações sociais e práticas sociais econômica, política, religiosa, cultural, filosófica, artística, científica etc. O mais correto seria considerar duas estruturas fundamentais do todo social: a econômica e a política (ou estrutura jurídico-política = Estado). Já a ideologia não seria uma estrutura específica, pois estaria presente em toda sociedade, no social total. Essa teoria é proposta por Saes no conjunto de suas obras (SAES, 1998a, 1998b, 1998c, 2014b, entre outras).

<sup>23</sup> Esse tema está sugerido nas discussões e debates empreendidos pelo grupo althusseriano, do qual o primeiro Poulantzas fazia parte, cuja prova encontra-se na produção coletiva e individual dos seus integrantes, como o caso do trabalho de Althusser em tela. Contudo, predomina, em Althusser (igual que em Gramsci) o estudo exclusivo sobre a “função” do Estado e não com o foco sobre a função do Estado enquanto aparelho materialmente organizado (Estado enquanto organização especializada), sendo comandado pela estrutura jurídico-política (Cf. SAES, 1986, p. 13). Aqui Althusser (e Gramsci) não tem uma teoria da burocracia do Estado.

sobre o Estado como estrutura e sua devida função, evidentemente com inspiração do último Poulantzas.

Por último, no primeiro debate sobre o Estado capitalista entre Poulantzas e Miliband, no que tange à questão sobre os aparelhos repressivo e ideológico de Estado, a resposta do primeiro não parece ter sido teoricamente a melhor, pois Poulantzas conhecia as formulações do materialismo histórico sobre o Estado à luz de Althusser e Badiou (1979) - que aparecem nos manuscritos completos sobre a questão da relação entre Estado, ideologia e reprodução social no modo de produção capitalista (cuja parte do texto resultou na publicação do artigo *Idéologie et appareil Idéologique d'État (Notes pour une recherche)* - as quais foram esquematizadas na *Introdução* da obra de 1968, com foco na definição do objeto de estudo. A rigor, o que ocorreu foi, na resposta de Poulantzas, um deslocamento de problemática teórica ao abordar o tema da ideologia e dos aparelhos ideológicos de Estado, e não retrucar em direção ao aprofundamento da teoria poulantziana da burocracia estatal (o burocratismo) formulada no livro de 1968 - que Althusser e Gramsci não possuem. O que indicaria um sintoma progressivo de abandono - pelo autor - da teoria do Estado como estrutura jurídico-política.<sup>24</sup>

Em suma, estamos buscando evidenciar que, no debate entre Poulantzas e Miliband, principalmente no que se refere ao primeiro autor, existe na obra de 1968 a concepção de Estado como estrutura, o que é defendido no debate e cuja crítica ao segundo é taxativa. Por outro lado, também existe na mesma obra - na trilha de Marx-Engels - a concepção do Estado como órgão/aparelho materialmente organizado (burocracia) que é comandado pelo burocratismo (*normas* despóticas de funcionamento interno do Estado capitalista), pressupondo através desse conceito, o Estado como instituição, porém no texto, não é suficientemente explicitado nem trabalhado sistematicamente como o burocratismo.<sup>25</sup> Na resposta a Miliband, que defende a tese do Estado como instituição (= conjunto de instituições estatais sendo comandada por uma elite estatal<sup>26</sup>), Poulantzas prefere utilizar o trabalho de Althusser sobre a ideologia e os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, para indicar,

---

<sup>24</sup> O próximo passo é apurar se, ao abandonar o conceito de Estado como estrutura, Poulantzas também abandona sua análise qualitativa sobre o burocratismo, ou seja, os aspectos centrais do Estado como instituição e como aparelho.

<sup>25</sup> Mais uma discordância nossa em relação a Codato (2011), que defende a tese segundo a qual a primeira fase de Poulantzas (obra de 1968) teria elaborado unicamente a concepção de Estado como estrutura. Na verdade, no autor aparecem as três concepções marxistas de Estado (como estrutura, aparelho e instituição), claro, sobredeterminada pela concepção de Estado como estrutura.

<sup>26</sup> Ver capítulo "Sistema estatal e elite estatal" (MILIBAND, 1972), cujo tratamento do assunto revela grande influência da teoria das elites, já evidenciado por Poulantzas no debate.

por essa via, a importância do Estado como aparelho, porém, a nosso ver, sua resposta não foi bem sucedida.

### 1.1.1 O debate alemão

Os estudos supramencionados – em suas variadas correntes teóricas - sobre o papel do Estado e sua relação com o desenvolvimento capitalista (e os processos de industrialização) no século XIX e ao longo do século XX, sofreram influência decisiva das análises teóricas marxistas sobre o Estado capitalista realizadas na França (Poulantzas) e na Inglaterra (Miliband) no final da década de 1960 e inícios da década de 1970 e se estende ao longo desta. O debate entre Poulantzas e Miliband sobre o Estado capitalista repercutiu em toda Europa e na América Latina<sup>27</sup>.

Na Alemanha, a discussão sobre o assunto (conhecida como “Debate Alemão”) foi circunscrita à denominada “Escola Lógica do Capital”, influenciada por concepções economicistas sobre o papel do Estado capitalista. Entre os autores que participaram ativamente desse debate estão Altvater e Hirsch.<sup>28</sup>

Dois autores importantes da chamada “Escola de Frankfurt”, Habermas e Offe, participaram passivamente de tal debate – isto é, indiretamente, através de novas pesquisas sobre os temas do momento e apoiados em diversas correntes teóricas não-marxistas e marxistas. Numa tentativa de diálogo crítico com o marxismo, Altvater e Hirsch sofreram influência desta corrente teórica e elaboraram importantes análises, tanto sobre o processo de elaboração da política econômica, como das mudanças estruturais internas do aparelho estatal. A esse respeito, basta mencionar os principais trabalhos de Offe<sup>29</sup>. Reconhecendo a

---

<sup>27</sup> Cf. Brunet (1986), Sonntag & Valecillos (1990), Althusser et al (1983), Casanova (1990).

<sup>28</sup> Ultimamente Hirsch (2007a, 2007b) buscou dar explicação sobre o déficit da teoria do Estado na teoria regulacionista. Ver também a crítica que o autor endereça a Holloway (HIRSH, 2007c). É irrelevante aqui mencionar o trabalho de Mascaro (2013) alinhada a corrente teórica representada por Hirsch (a forma Estado deriva da forma mercadoria ou do capital) que, entre outros problemas, considera que a forma Estado aparece na história somente no capitalismo, uma interpretação idealista, portanto, não marxista, alinhando-se claramente com as posturas do liberalismo político ou filosofia política de cunho hegeliano, sem falar do gritante ecletismo teórico constante no livro. Uma crítica relevante desse trabalho oferece Lima (2015).

<sup>29</sup> Apesar das posturas economicistas sobre o Estado capitalista constante nesses trabalhos, a sua análise é importante para o estudo sobre o assunto: Cf. Offe (1984 e 1989) e Przeworski (1991). Cabe lembrar que vários artigos da primeira obra de Offe foram publicados em 1972 (*Strukturprobleme des kapitalistischen staates*), antes da publicação de *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus* (1973) de Habermas (1994). A nosso ver, neste trabalho Habermas incorporou algumas observações feitas por Offe e avançou na análise do processo de mudanças socioeconômicas e políticas (o que também se constata na obra *Teoría de la acción comunicativa* [1987]) na fase que denominou *capitalismo tardio* – caracterização feita por Mandel (1979) em 1972 no seu livro *Der Spätkapitalismus*. Entre os estudos sobre o Estado burguês periférico – que sofreu influência do debate alemão - deve ser destacado o trabalho de Evers, *El Estado en la periferia capitalista* (1985), que será analisado mais à frente.

problemática da autonomia relativa do Estado nas sociedades capitalistas, porém negando que o Estado e a burocracia estatal defendem os interesses particulares de uma classe, mas “os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classe”, curiosamente se distanciando dos autores clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lenin) e de Althusser e Poulantzas, considerados ortodoxos, Offe aponta alguns limites importantes da ação dois segmentos sociais denominados determinações funcionais: a privatização da produção, a dependência dos impostos, a acumulação como ponto de referência e a legitimação democrática (OFFE, 1984, pp. 123-125).

Conforme o autor, o aspecto dinâmico da política estatal estaria definido pela compatibilização dessas quatro determinações estruturais. E a única forma de alcançar tal compatibilização seria através da generalização da forma mercadoria em todos os níveis, sendo assim “o ponto de referência mais geral” por meio da qual pode-se “analisar as estratégias individuais das políticas do Estado”. Só que essa harmonia dificilmente existiria em sociedades concretas porque o desenvolvimento capitalista apresenta uma “tendência permanente à paralisação da ‘viabilidade de mercado’ e à “interrupção das relações de troca”. Se o mercado não consegue ser o elemento harmonizador, o Estado intervém para manter a forma mercadoria. Assim, essa “estratégia mais geral do Estado capitalista não visa em absoluto uma proteção especial a um certo interesse de classes, mas sim o interesse geral de todas as classes”. Nesse sentido, o papel harmonizador do Estado pode variar de acordo com a abundância ou escassez dos recursos disponíveis numa determinada sociedade (OFFE, 1984, pp. 126-128). Em suma, a análise de Offe também oferece importantes subsídios teóricos para pensar o papel do Estado e seu caráter interventor nas formações sociais capitalistas periféricas. Contudo, as suas elaborações teóricas e empíricas sobre o Estado têm um viés economicista.

### **1.1.2 István Mészáros e David Harvey**

Mencionemos também, a título indicativo, as análises sobre o Estado capitalista desenvolvidas um tanto indiretamente, e em caráter esparso, por Mészáros em *Para Além do Capital* (2002) e sobretudo em *A montanha que devemos conquistar. Reflexões sobre o Estado* (2015); e Harvey, sobretudo em *A produção capitalista do espaço* (2005), *O enigma do capital* (2011) e *Os limites do Capital* (2013).

### 1.1.2.1 István Mészáros

Em relação ao volumoso trabalho de Mészáros, *Para além do Capital* (2002)<sup>30</sup>, sabemos que o autor não tem uma teoria definida do Estado no capitalismo, diferentemente de suas análises na esfera econômica. As reflexões sobre o Estado se limitam, no fundamental, a reproduzir as posições do jovem Marx (período 1843-44) - altamente influenciadas por Hegel - em relação à visão negativa da política e do Estado e à concepção da alienação, atreladas à teoria lukacsiana da alienação. No Brasil, inicialmente foi publicado um livro do autor intitulado *Produção destrutiva e Estado capitalista* (1996), cuja primeira edição é de 1989 e que contém os capítulos 15 e 16 de *Para além do Capital*. O outro livro do autor sobre o Estado foi publicado com o título *A montanha que devemos conquistar* (2014), cujo conteúdo basicamente reproduz 7 ensaios ou capítulos da obra magna *Para além do Capital*. Salvo engano, os escritos sobre o Estado capitalista estão condensados nessa volumosa obra.

O capítulo 13 da obra citada, “Como poderia o Estado fenecer?” (2002, pp. 561-602), que foi republicado como um dos sete ensaios em *A montanha que devemos conquistar* (2014), é a evidência da influência da concepção hegeliana do Estado, via jovem Marx, na abordagem de Mészáros, mesmo que o autor enderece críticas ao modelo hegeliano de sociedade (Estado e sociedade civil). Nesta acepção, o Estado é considerado como um corpo separado, alienado e independente da sociedade (como também das classes explorada e exploradora). Assim, ele seria o produto da alienação política humana, cuja superação (a emancipação humana) ocorreria através do fenecimento do Estado pela absorção de suas atividades por parte dos produtores diretos e pelo fim do capital e da exploração do trabalho.

Todavia, o autor parte do pressuposto central segundo o qual Marx não tem uma teoria do Estado, concordando com autores liberais (como Bobbio) e alguns representantes do eurocomunismo, como Umberto Cerroni (1976) e Santiago Carrilo (1978), sobre a carência dessa teoria em Marx. E caso ela existisse, conforme sustenta Mészáros, não seria adequada, apropriada nem totalmente desenvolvida, sem, contudo, apresentar um balanço da produção geral sobre o Estado no conjunto das obras de Marx. A análise dominante no texto em tela contém uma tendência economicista, além de seu claro ecletismo teórico (ao se apoiar em autores liberais ingleses sobre a questão do Estado, e em autores do debate alemão,

---

<sup>30</sup> Ver principalmente o capítulo 13: “Como poderia o Estado fenecer?” (pp. 561-602). Lembremos que essa obra foi originalmente publicada em 1995 em língua inglesa, sob o título *Beyond Capital – Towards a Theory of Transition* (London: Merlin Press). A outra parte em que o autor aborda o papel do Estado é no cap. 2, item 2.2 “Os imperativos corretivos do capital e do Estado” (pp. 106-132), parte que também foi publicado em *A montanha que devemos conquistar* (2015).

especialmente Hirsch, que formulou a teoria regulacionista e a forma Estado derivada do capital). Por um lado, o Estado faz parte do tripé constitutivo do capitalismo (“inter-relação tríplice”) junto com o capital e o trabalho, estando a materialidade do Estado “profundamente enraizada” na “base sociometabólica antagônica” do capital. Por outro, destaca-se a descrição da função do Estado, cujo ponto alto seria seu papel, contraditoriamente, corretivo, porém condicionado pela ação sociometabólica do capital, com o objetivo de reproduzir o sistema do capital. Assim, a função do Estado, derivada ou condicionada pelo capital, é a que prevalece nas análises em *A montanha que devemos conquistar* (2014)<sup>31</sup>.

Desde já alertamos para o sentido da metáfora indicada no título desse último livro: aponta para uma concepção mítica do Estado, que as vezes tem uma função negativa (porém função derivada do capital) e misteriosa, as vezes como objeto de conquista (concepção Estado-coisa = montanha), enquanto controle de sua função destruidora e ao mesmo tempo perpetuadora subsumida a ação sociometabólica do capital. Daí a dificuldade (ou impossibilidade) de “fenecimento do Estado” nos períodos pós-revolucionários e pós-capitalistas na medida em que o jurídico e o político são contingentes. O argumento diante das experiências socialista do Leste europeu (ex-União Soviética) é que o Estado pós-revolucionário aparece fortalecido porque o trabalho pós-revolucionário nas antigas sociedades capitalista avançadas e em países subdesenvolvidos “permanece diretamente atado à substância do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 600). Noutros termos, devido a relação intrínseca entre capital, trabalho e Estado (dimensão tríplice ou tridimensional), o autor sustenta que “é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado”. E isso se deve ao fato de que, “paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital, não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital” (Idem). A inseparabilidade entre capital, trabalho e Estado, pelo menos na ordem do discurso do autor, fica comprometida, passando ora o capital a desnivelar essa relação, ora o trabalho; neste último caso, o trabalho seria crucial passando ser a dimensão fundamental das relações sociais, ou seja, determinante.

Nesse sentido, a dificuldade da teoria marxista/leninista de destruição (o termo utilizado é “esmagar”) não condiz com a realidade, conforme argumenta o autor, o que tornaria “totalmente irrealista o palavrório acerca do ‘fenecimento do Estado’”. O Estado, na inter-relação tríplice, não é determinante, mas o capital. Vejamos:

---

<sup>31</sup> Um trabalho que informa as questões sobre o Estado abordadas pelo autor, bem como seus problemas, oferece Martorano (2015).

Na sequência da conquista do poder político, Lenin e outros falaram da inevitável necessidade de “*esmagar* o Estado burguês” como tarefa imediata da ditadura do proletariado. Ao mesmo tempo, como um alerta, Lukács projetou a imagem do proletariado “virando sua ditadura contra si mesmo” [...]. Todavia, a dificuldade está em que a conquista do poder de Estado está muito distante de significar o controle sociometabólico da reprodução. É de fato possível *esmagar* o Estado burguês pela conquista do poder político, pelo menos em uma extensão significativa. Contudo, é quase impossível “*esmagar*” a dependência estrutural herdada do trabalho em relação ao capital, já que esta dependência é assegurada materialmente pela divisão estrutural hierárquica do trabalho estabelecida (MÉSZÁROS, 2002, pp. 600-601; grifo nosso).

Todavia, a transformação do Estado (seu “esmagamento”) – isto é, pela via política, e seu correlato jurídico – não altera a transformação do trabalho alienado, sob domínio do capital, sugerindo que a “política revolucionária” teria um caráter “voluntarista”<sup>32</sup>:

É portanto de importância fundamental ter em mente que o fortalecimento perverso do Estado pós-capitalista não é uma causa auto-sustentável, mas uma causa inseparável da dependência estrutural do trabalho em relação ao capital. Esta determinação contraditória do trabalho, sob o comando continuado do capital (mesmo que numa nova forma), se afirma apesar do fato de que o capital sempre foi – e só pode ser – reproduzido como a corporificação do trabalho em forma alienada e autopetruadora. Já que, contudo, a determinação antagônica em questão é inerente à *estrutura de comando material do capital*, que apenas é *complementada*, e não *fundada*, no Estado enquanto uma estrutura abrangente de comando político do sistema, o problema da auto-emancipação do trabalho não pode ser enfrentado apenas (nem principalmente) em termos políticos” (MÉSZÁROS, 2002, p. 602; grifo do autor).

Em suma, o peso decisivo do trabalho (uma relação econômica, igual que o capital), na tríplice dimensão (capital, Estado, trabalho, de cunho interdependente) passa a ser determinante, neste caso, no discurso do autor, o trabalho emancipado ou desalienado. Vejamos:

A crítica necessária do poder do Estado, com o objeto de reduzi-lo e ao final superá-lo, só tem sentido se for praticamente implementado, em seu ambiente sociometabólico/material-reprodutivo. Pois o “fenecimento” do Estado implica não apenas o “fenecimento” do capital (como controlador objetivado e reificado da ordem social-reprodutiva), mas também a autotranscendência do trabalho da condição de subordinado aos imperativos materiais do capital imposta pelo sistema

---

<sup>32</sup> Ver “Revolução social e voluntarismo político” (item 13.3); Cf. síntese no primeiro parágrafo da página 577. Entretanto, encontramos uma passagem curiosa sobre esse voluntarismo político (visto aqui um tanto positivamente: transformação radical, porém pressagia a perspectiva de “fenecimento do Estado”) quando o autor se refere à *importância* de um discurso “revolucionário” de Hugo Chávez em 1993, que revela o caráter alienado da democracia representativa (complementada com a “separação dos poderes”) imposta às massas trabalhadoras (MÉSZÁROS, 2002, pp. 827-831, que integra o item 18.4 “A necessidade de se contrapor à força extraparlamentar do capital”). Complementaremos mais à frente o que o autor escreveu sobre o Chávez, Lula e Morales. Contudo, o autor defende a tese (já enunciada acima) de que luta política em geral, embora importante, não teria efeitos transformadores se não se acopla à transformação radical na esfera do trabalho: “Sem a transferência progressiva e total da tomada de decisões reprodutivas e distributivas materiais aos produtores associados não pode haver esperança para os membros da comunidade pós-revolucionária de se transformarem em *sujeitos* de poder” (Idem, p. 831; grifo do autor).

prevalente da divisão estrutural/hierárquica de trabalho e de poder estatal. Isto é possível apenas se todas as funções de controle do sociometabolismo – que sob todas as formas de dominação do capital devem estar investidas na estrutura de comando material e política de um poder de tomada de decisão alienado – forem progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados. Nesse sentido, o afastamento estrutural objetivo das personificações do capital (em vez do político-jurídico insustentável por si mesmo) por meio de um sistema de *auto-administração* genuíno é a chave para a reconstrução bem-sucedida das estruturas dadas (MÉSZÁROS, 2002, p. 602; grifo do autor).

Aparentemente, é um mistério o que significa, na prática, essa auto-administração genuína, ou como ela ocorrerá ou se processará num período de transição do capitalismo ao socialismo<sup>33</sup>. O que requer uma análise mais detalhada e detida de *Para além do capital*, trabalho que deixaremos para outro momento.

De qualquer maneira, as longas citações do autor servem para ilustrar o discurso sobre o Estado sem que esgotemos o assunto, já que a sua produção encontra-se espalhada em suas obras, mesmo na obra volumosa em tela (2002). Contudo, podemos levantar a hipótese indicativa segundo a qual a concepção predominante sobre o Estado parece ser economicista<sup>34</sup>, talvez uma variante da escola lógica do capital no interior do “debate alemão”. Por outro lado, a postura eclética meszariana sobre o Estado capitalista compartilha ou se aproxima, a nosso ver, por um caminho diverso, das concepções sobre o eurocomunismo de esquerda, mais especificamente no que diz respeito grande dificuldade ou impossibilidade de destruição do Estado burguês (nos termos do autor, “esmagamento”), afastando-se do núcleo duro da teoria marxista do Estado (Marx-Engels e Lenin).

### 1.1.2.2 David Harvey

Passemos agora a sintetizar brevemente, um tanto esquematicamente, a concepção do Estado capitalista em Harvey. Semelhante à produção do Mézáros, a de Harvey é também significativa no campo marxista, sobretudo, nas áreas economia, geografia, cultura (etc.), cuja transversalidade analítica é marcada pelas temáticas desenvolvimento e mudanças do

---

<sup>33</sup> É o que defende o autor ao afirmar que “numa ordem socialista, o processo “legislativo” deveria ser fundido ao próprio processo de produção de tal modo que a necessária *divisão horizontal do trabalho* – discutida no capítulo 14 – fosse complementada em todos os níveis, do local ao global, por um sistema de *coordenação* autodeterminado do trabalho. Esta relação contrasta agudamente com a perniciosa *divisão vertical do trabalho* do capital, que é complementada pela “separação dos poderes” em um “sistema político democrático” alienado e inalteravelmente imposto às massas trabalhadoras” (MÉSZÁROS, 2002, p. 829; grifo do autor).

<sup>34</sup> Só para dar um exemplo sintético da tendência economicista em Mézáros: “O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatíveis com os parâmetros estruturais do capital como o de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

processo de acumulação capitalista, capital, trabalho, processo de trabalho, entre outros. Entre os textos importantes produzidos sobre o Estado capitalista, está “A teoria marxista do Estado” constante no capítulo III do livro *A produção capitalista do espaço* (2005)<sup>35</sup>, escrito em 1976<sup>36</sup>. Neste artigo Harvey justifica a formulação de uma estrutura teórico-conceitual básica para refletir a intervenção ou papel do Estado em geral, nomeadamente do Estado capitalista. Noutros termos, justifica a possibilidade de elaboração de uma teoria do Estado na sociedade capitalista baseada na reconstrução daquilo que ele denomina “teoria marxista do Estado em geral”, embora Marx não tenha elaborado tal teoria. Ele comenta que Marx tinha a intenção de escrever um tratado sobre o Estado, mas nunca terminou o projeto, porém admite que as concepções sobre o assunto estariam espalhadas em toda a obra dele - diferentemente de Lukács e Mészáros que se baseiam nas concepções sobre o tema no jovem Marx - e que, com ajuda dos trabalhos de Engels, seria possível “reconstruir” uma versão da teoria marxista do Estado.

Todavia, excluindo os trabalhos de Lenin (considerado marxista ortodoxo) e Gramsci (pelas suas “análises perceptivas” e com a “notável exceção dos seus profundos *insights*”), o autor sustenta que poucos autores marxistas deram atenção ao tema, salvo Miliband, Poulantzas<sup>37</sup>, Offe, Altvater, O’Connor e Laclau, que teriam colocado a análise marxista do Estado em primeiro plano na década de 1970 (referência ao debate sobre o Estado iniciado por os dois primeiros autores, seguido do “debate alemão”), sendo revistas – conforme Harvey - por Gold, Lo e Wright.

Antes de apresentarmos as teses gerais defendidas por Harvey nesse trabalho, convém evidenciar alguns pressupostos importantes do qual parte o autor em relação a sua “reconstrução” da “teoria marxista do Estado” e da elaboração da “teoria do Estado em relação ao modo capitalista de produção”. Eles são, entre outros:

---

<sup>35</sup> A primeira edição em inglês é de 2001: *Space of capital. Towards a critical geography*.

<sup>36</sup> Provavelmente a obra bem mais conhecida de Harvey no Brasil (e na América Latina) é *The Condition Postmodernity – Na Inquiry into de Origins on Cultural Change*, originalmente publicada em 1989, e que no Brasil foi publicada sob o título *Condição Pos-Moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (HARVEY, 2008), cuja primeira edição pela Loyola é de 1992. Nesta obra e nas posteriores, Harvey trabalha com o conceito de Estado como processo. As mudanças culturais complexas teriam colocado em crise o materialismo histórico interpretado pelos autores que seguem a corrente marxista ortodoxa.

<sup>37</sup> Não é surpreendente que Harvey tenha conhecido uma das principais obras dos autores althusserianos, como *For Marx* (1969). Em relação ao Poulantzas, ele tinha conhecimento de *Political Power and Social Class* (London, 1973), *Class in the Contemporary Capitalism* (London, 1975) e o último debate do autor com Miliband: “The Capitalist State: a reply to Miliband and Laclau”, publicada pela *New Left Review* em 1976). Sabemos que neste último texto Poulantzas tinha revisitado suas posturas em relação a obra de 1968 (*Pouvoir politique et social class*), cuja elaboração mais aprimorada aparece em *L’Etat, le pouvoir, le socialisme* (1978), estando Harvey ciente desse fenômeno com certa simpatia, conforme verificamos o apego ao conceito relacional do Estado extraído de Ollmann (*Alienation: Marx’s Conception on Man in Capitalist Society*, Cambridge, 1971) e usado tanto no texto em tela como nas suas demais obras, conforme veremos mais à frente.

- 1) Marx não elaborou uma teoria definida sobre o assunto, inexistindo, portanto, uma teoria marxista do Estado (este seria o argumento crucial e a dificuldade central que depois vai reaparecer em outras obras de Harvey), ficando aberta a possibilidade de elaboração teórica por parte de qualquer autor crítico (ou automeado marxista), sob o primado do real sobre o pensamento (teoria);
- 2) As concepções sobre o Estado encontram-se espalhadas em toda a obra de Marx, porém possuiriam certa organicidade (ideias básicas, essenciais, seriam os “*insights* fundamentais”);
- 3) Com ajuda dos textos de Engels seria possível “reconstruir” uma versão da teoria marxista do Estado – ou seja, justamente por não existir tal teoria geral (problemática que remete ao primeiro pressuposto) –, pois para Harvey tal versão ainda revela o “Estado em abstração” relativo ao modo de produção capitalista;
- 4) Tal reconstrução (ou elaboração de uma estrutura conceitual) deve focar os “*insights* fundamentais” ou ideias básicas mínimas do funcionamento do Estado em apoio ao modo capitalista de produção, pois Marx não realizou uma análise unilateral, mera abstração ou ficção (teoricismo), desprovida do movimento do real (objeto), caindo numa concepção mistificadora (Estado como “entidade autônoma mística”);
- 5) A nova fundamentação teórica sobre o Estado deve igualmente estar sujeita a verificação empírica diante da realidade histórica cambiante no capitalismo (semelhante ao critério científico popperiano de refutabilidade, ou mudança de paradigma, como em Kuhn, ou baseadas não em conclusões *à priori*, mas *à posteriori*, como em Offe)<sup>38</sup> – qualquer operação de reconstrução teórica marxista do Estado capitalista estaria sujeita ou a retificação permanente ou a adaptação

---

<sup>38</sup> A esse respeito, ao buscar aplicar a teoria geral a vários países diferentes (no centro e na periferia capitalista), Harvey sustenta: “Por esse motivo, é necessário recorrer a um modo abstrato de análise, deixando as investigações concretas levantarem a questão de como a teoria funciona em situações históricas reais. Evidentemente, a teoria é uma mera abstração até ser posta a funcionar” (2005, p. 78). Assim, a exposição teórica é um recurso útil “para refletir sobre as perspectivas relativas à ação do Estado na situação presente do desenvolvimento capitalista. Apresento o ensaio na expectativa de que outros autores talvez também o considerem útil, e como *refutação* ou comentários parciais a respeito das observações de Wolf sobre a teoria marxista do Estado em geral” (Idem, grifo nosso). Essa metodologia do autor se compatibiliza com sua postura não ortodoxa ou dogmática (= verdade absoluta) diante das afirmações contidas nas obras de Marx/Engels, mas como “*propostas experimentais e ideias inacabadas*, que precisam ser consolidadas numa forma teórica de argumentação mais consistente, que respeita o espírito dialético e não as sutilezas verbais de seus estudos, notas e cartas grandemente inéditos” (HARVEY, 2005, p. 13; grifo nosso).

diante do movimento ou processo histórico real, afastando qualquer mistificação do real a partir da teoria ou conceito.<sup>39</sup>

Nesse sentido, os pressupostos teóricos mais específicos, relativos ao conteúdo da versão reconstruída sobre a teoria marxista do Estado, ficam mais evidentes. Primeiro, discutir sobre a intervenção do Estado na sociedade capitalista (não sendo ela nova, tendo um caráter permanente) implicaria afastar – conforme Harvey - o economicismo supostamente imputado a Marx nas suas análises sobre a base e superestrutura, ao redefinir que a relação destas duas esferas tem um caráter de *interação dialética* (HARVEY, 2005, p. 92).

Segundo, as concepções predominantes de Marx-Engels sobre o Estado são extraídas por Harvey de *A Ideologia Alemã, Manifesto do Partido Comunista* e, sobretudo, de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Engels), cuja síntese que perpassa esses textos reside no item “Barbárie e civilização” dessa última obra. Trata-se da concepção materialista do Estado, que refuta o idealismo filosófico de Hegel: o Estado que emerge da luta de classes na história, surge da sociedade, dos conflitos antagônicos e irreconciliáveis de classe, um poder que se apresenta por encima e separado dela, porém aparece como necessidade para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ordem – isto é, o Estado tem a função de “unificar” a sociedade para que ela não se desintegre por obra desse antagonismo irreconciliável de classe, além de ser um instrumento de dominação de classe, da classe economicamente dominante que se institui como classe politicamente dominante<sup>40</sup> e que ao mesmo tempo é guardião da propriedade, porém se apresenta como representando os interesses de toda a sociedade.<sup>41</sup>

Terceiro, isso implicaria igualmente explicar, por um lado, como o poder do Estado tem a aparência de autonomia relativa diante das classes dominantes, ao mesmo tempo em

---

<sup>39</sup> *Mutatis mutandi*, o materialismo histórico estaria sujeito igualmente ou a retificação permanente ou a adaptação diante do movimento ou processo histórico real. Essa questão sobre a teoria e método reaparece, em outros termos, no *Épílogo* de *Em os limites do capital* (2013, p. 566) ao Harvey afirmar que a teorização errônea “pode induzir a equívocos e mistificar” a realidade.

<sup>40</sup> Os termos “economicamente dominante” e “politicamente dominante” são traduzidos em português, no livro de Harvey, como sinônimo de “dirigente”, nada tendo de ingênuo nessa troca de termos, pois, conforme verificamos, e como se verá mais à frente, o autor tende a fazer uma leitura gramsciana de Marx nesses tópicos. Trata-se das “notáveis exceções dos *insights* de Gramsci” (HARVEY, 2005, p. 82), sobretudo em relação à concepção da hegemonia desse autor, que Harvey endossa (idem, p. 87), haja vista o conceito de hegemonia em Poulantzas na obra de 1968 que, evidentemente, ele conhecia, porém o silêncio é evidente.

<sup>41</sup> Conforme Engels, “o Estado antigo era [...] o Estado dos senhores de escravos para controlar os escravos, assim como Estado feudal era o órgão da nobreza para oprimir os servos e camponeses, e o Estado representativo moderno é o instrumento para explorar a mão de obra assalariada pelo capital. No entanto, ocorrem períodos excepcionais – quando as classes antagônicas quase se igualam em forças – em que o poder do Estado, como aparente mediador, adquire, naquele momento, certa independência em relação a ambas as classes” (ENGELS apud HARVEY, 2005, p. 80).

que expressa a unidade de poder dessas classes, conforme as análises de Poulantzas em *Political Power and Social Class*; e por outro, investigar na trilha de Gramsci - sustenta Harvey – essa contradição através da hegemonia burguesa e da ideologia das classes dominantes, que buscariam assegurar consentimento e subordinação das classes subalternas na sociedade capitalista. E isso dever-se-ia ao fato de que a relação entre o Estado e as classes sociais, principalmente com as classes dominantes, seria ambígua, não isenta de problemas ou contradições.

Até aqui Harvey buscou apresentar – através de um processo de “reconstrução” - a concepção do Estado em geral em Marx. Entretanto ela seria insuficiente, para o autor, por não revelar a articulação entre o Estado e o modo de produção capitalista. Nesse sentido, ele avança na proposição metodológica de explicitar, ou melhor “reconstruir” o nexos entre a “teoria do Estado” em relação a “teoria do modo capitalista de produção” sob o pressuposto da interação dialética entre base e superestrutura (HARVEY, 2005, p. 92). Essa empreitada é feita tomando como base explicativa *O Manifesto do Partido Comunista*, *O 18 Brumário*, *Crítica ao Programa de Gotha* e, sobretudo, *O Capital* (apoiado nos *Grundrisse* e a *Teoria da mais-valia*). Podemos assim detectar os principais pressupostos teórico-metodológicos da reconstrução de uma “teoria marxista” de Estado capitalista e sua relação como o modo de produção homólogo, os quais constituem – a nosso ver – o arcabouço teórico de Harvey na sua empreitada analítica, constante nas suas diversas obras (como veremos mais à frente). E quais são os principais pressupostos dessa empreitada teórica?

Primeiro, para reconstruir tal teoria (nexo entre Estado e modo de produção capitalista) Harvey considera, em termos propositivos, que a tese de Marx-Engels segundo a qual o Estado moderno não é outra coisa senão o “comitê executivo para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia”, e seu correlato, o entendimento do Estado como instrumento de dominação de classe, estava correta<sup>42</sup>, porém insuficiente para explicar a complexidade do funcionamento do Estado contemporâneo. Contudo, a tese de Marx-Engels teve o objetivo de combater a ideia ilusória comum segundo a qual o Estado expressava os interesses comuns de toda a sociedade. Por isso, se o capital é, para Marx, essencialmente antagônico ao trabalho, o Estado burguês é “necessariamente veículo por meio do qual a violência da classe burguesa oprime o trabalho”, daí que o “corolário” seria, naturalmente, a

---

<sup>42</sup> O Estado capitalista “se organiza para sustentar a organização básica entre capital e trabalho”, tornando-se – citando o autor um trecho de *A Ideologia Alemã* - “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para garantia mutua de suas propriedades e de seus interesses” (Idem, p. 84).

*destruição*<sup>43</sup> desse Estado para “alcançar uma sociedade sem classes” (HARVEY, 2005, p. 84-85; grifo do autor).

Nesse sentido, tal tese é bastante satisfatória – sustenta Harvey – na medida em que serve “como base para o entendimento das relações entre o Estado e o capitalismo”. Assim, pode-se “começar a desenvolver tal entendimento básico mostrando como imperativo do Estado em relação à necessidade preenche certas funções básicas se for para o capitalismo se reproduzir como sistema contínuo” (HARVEY, 2005, p. 82).

Segundo pressuposto – O autor se apoia sobretudo em passagens de *O Capital* focando o sentido da relação do Estado com uma série de elementos, quais sejam: o direito, a igualdade e liberdade, o contrato entre capital e força de trabalho, as trocas dos valores de troca, a compra e venda da força de trabalho (sua circulação no mercado), o dinheiro ou valor monetário da força de trabalho, a produção e circulação de mercadorias, a concorrência nos âmbitos da força de trabalho e do capital, o fracionamento do capital e a luta entre as frações de classe na corrida pelo lucro e a mais-valia, aspectos que estariam no campo da ação do Estado (HARVEY, 2005, pp. 84-85).

Essas temáticas foram abordadas por Poulantzas em *Pouvoir politique et classes sociales* (1968), circunscrevendo-as ao papel do jurídico-político (Estado) na economia através do direito burguês, e que Harvey as conhecia ao se referir rapidamente a esse autor. Contudo, Harvey não qualifica essa relação na linha interpretativa de Poulantzas (papel do direito e do Estado na esfera econômica, esta sendo sobredeterminada pelo jurídico-político), mas como funções básicas mínimas do Estado em relação à reprodução do modo de produção capitalista; ou ao contrário, como *derivação* das funções básicas do capital, derrapando para um certo viés economicista em relação às funções básicas ou gerais do Estado capitalista. Vejamos:

Até agora, mostramos que a análise de Marx do modo capitalista de produção pode ser equiparada, em cada etapa, a uma *derivação* teórica relativa a certas ações mínimas do Estado: a igualdade e liberdade de troca devem ser preservadas, o direito da propriedade deve ser protegido, os contratos precisam ser cumpridos, a mobilidade [do capital e da força de trabalho] deve ser preservada, os aspectos “anárquicos” e destrutivos da competição capitalista têm de ser regulados, e os conflitos de interesse entre frações de capital precisam ser arbitrados para o “bem do capital” como um todo. No sentido exato da palavra, não podemos ir mais além do que isso na *derivação* de uma teoria do Estado capitalista (HARVEY, 2005, pp. 85-86; grifo nosso)<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> Mais à frente comentaremos sobre esse tema.

<sup>44</sup> Até aqui Harvey segue e endossa as principais teses de Altvater e Hirsch, integrantes da “escola lógica do capital”: a forma Estado e suas funções *derivam* da forma capital.

Todavia, no seu empenho de avançar na reconstrução da teoria marxista do Estado capitalista, o autor propõe “dois pontos genéricos adicionais sobre o Estado, sob o capitalismo”, mesmo que se parta de uma “derivação teórica” (HARVEY, 2005, p. 86), quais sejam: a relação intrínseca entre democracia burguesa e modo capitalista de produção e a hegemonia da “classe dirigente” (no sentido gramsciano) para assegurar ou espriar a democracia burguesa nesse tipo de sociedade. E esses seriam o terceiro e quarto pressupostos teóricos, como veremos a seguir.

Terceiro pressuposto - A reconstrução da teoria de Estado capitalista de viés marxista passa pela elucidação da relação entre poder econômico e poder político ao *integrar* a “democracia social burguesa” ou forma de Estado democrático-burguês com o modo de produção capitalista (HARVEY, 2005, pp. 86-87), até o ponto de considerar como sendo constitutivos esses dois elementos (uma espécie de naturalização). O que é designado pelo autor como uma relação orgânica entre eles e não conjuntural (HARVEY, 2005, p. 88)<sup>45</sup>, contrariamente às teses defendidas por Marx, Engels e Lenin sobre a democracia, entendida como uma forma e instrumento de dominação de classe, não sendo a única forma que assume no Estado burguês (assume também a forma ditatorial-militar: o bonapartismo), além de entrar em colisão com a concepção geral de Estado na história, ou tipos diferentes de Estado elaborado por esses autores: escravista, feudal, capitalista e despotismo asiático.

O que revela grande influência, em Harvey, das concepções emanadas de autores simpatizantes tanto do *Welfare State* como de posturas variantes da social-democracia e do eurocomunismo de esquerda na década de 1970: Ollmann, Miliband<sup>46</sup>, Habermas, Offe<sup>47</sup>, Przeworski, Berlinger, Togliatti, Cerroni, Carrillo, Buci-Glucksmann, Poulantzas (da obra de 1978), Jessop, entre outros.

Quarto pressuposto - A hegemonia da “classe dirigente” (no sentido gramsciano) seria a estratégia mais adequada para assegurar ou espriar a democracia burguesa nesse tipo de

---

<sup>45</sup> Entre os autores que Harvey se apoia para justificar suas teses estão Polanyi (*Primitive, Archaic, and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi*, 1968), Miliband (*The State in the Capitalist Society*) e sobretudo Gramsci.

<sup>46</sup> Trata-se aqui da obra *Marxismo e política* (1978), na qual Miliband endossa ou acaba defendendo o eurocomunismo de esquerda na versão inglesa, porém Harvey curiosamente não cita esse trabalho na bibliografia no livro em tela (2005), bem como em outras obras, como *O enigma do Capital* (2011) e *Os limites do capital* (2013).

<sup>47</sup> Lembremos que para Habermas e Offe existiria compatibilidade ou amálgama entre democracia burguesa e sistema capitalista, e cujas principais crises de legitimação no capitalismo tardio se deslocam da esfera do mundo do trabalho para a esfera política (Estado) no contexto de funcionamento da democracia política, tese que é aceita por Harvey em *Os limites do capital* (2011: 565). Trata-se de uma sobrevaloração da democracia política na sociedade capitalista e que alguns militantes e autores socialistas europeus acabaram endossando essa concepção como a única estratégia viável na transição ao socialismo, e cuja síntese expressar-se-ia na frase de Berlinger: a “democracia como valor universal”. Uma análise crítica sobre esse assunto oferece Saes (1994a) no seu artigo “A democracia burguesa e luta proletária”; ver também a análise crítica desse autor em *Democracia* (1987).

sociedade. O que seria feito através de um processo complexo de concretização mediante “compromissos e sacrifícios” da classe dirigente para lograr, com apoio da ideologia, consentimento ativo nas classes subalternas. Ou por outra, para assegurar a dominação de classe na sociedade capitalista tem que se tomar em conta que o processo de dominação tornou-se complexo, devendo-se superar a concepção segundo a qual o Estado capitalista não seria outra coisa senão uma grande conspiração da classe capitalista para explorar os trabalhadores. A esse respeito, a relação entre o Estado e a luta de classes tornou-se, para Harvey (2005, p. 88), ambíguo.

Como se percebe, os dois últimos pressupostos estão estreitamente relacionados, pois “embora o capitalismo possa sobreviver sob diversos *arranjos políticos e institucionais* de modo bastante satisfatórios, parece que a *democracia burguesa* – sustenta Harvey – *é o único produto* das relações econômicas pressupostas nesse particular modo de produção” (HARVEY, 2005, p. 89; grifo nosso). Vemos que aqui o autor conclui defendendo a tese da compatibilidade, amálgama e integração orgânica entre democracia burguesa e modo de produção capitalista na trilha de Gramsci, Habermas e, sobretudo, Offe (1984) – lembremos que para este autor a legitimação democrática é uma das determinações funcionais do Estado capitalista.

Chegamos, assim, ao quinto e derradeiro pressuposto teórico-metodológico da reconstrução da teoria marxista do Estado em Harvey e que aparece no item “O Estado na sociedade capitalista” (HARVEY, 2005, pp. 89-94): a aplicação prática dessa teoria diante da realidade histórica (Estados contemporâneos reais e concretos); ou por outra, a operacionalização dos conceitos que fazem parte dessa teoria. Vejamos.

Até agora, consideramos o Estado em abstrato, relativo, em particular, ao modo capitalista de produção. Embora seja útil considerar o Estado dessa maneira, é arriscado projetar tal entendimento nas análises históricas concretas de modo não crítico. O risco reside na tendência de situar o *Estado como entidade autônoma mística*, ignorando as complexidades e as sutilezas de seu envolvimento com outras facetas da sociedade (HARVEY, 2005, p. 89; grifo nosso).<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> A crítica evidentemente seria endereçada às diversas interpretações, concepções e teorias marxistas do Estado capitalista reveladas na década de 1970. Podemos considerar Harvey como um integrante passivo do debate inglês sobre Estado capitalista, ao igual que Habermas e Offe em relação ao debate alemão. Talvez a crítica de Harvey seja endereçada mais incisivamente aos autores althusserianos, nomeadamente ao trabalho do primeiro Poulantzas (*Pouvoir politique et classes sociales*), que supostamente teria caído numa concepção teoricista ou mística do Estado. Essa suspeita ganha mais força quando Harvey alude, no texto em tela (na pág. 94: “Essas questões estão, em primeiro plano, em grande parte da obra recente de Poulantzas”), a uma mudança de posição de Poulantzas em relação a sua primeira obra e que era conhecido no mundo acadêmico (trata-se do texto “The Capitalist State: a reply to Miliband and Laclau” de 1976).

Tratar-se-ia da passagem qualitativa “do abstrato e genérico para o concreto e específico”, concluindo que “temos de adaptar nosso modo de pensar e analisar”. Caso contrário se cairia numa ficção ao fazer - citando aqui o próprio Marx - “uso impróprio e sedicioso” do Estado contemporâneo, pois ele “é diferente no império prusso-germano do que é na Suíça, é diferente na Inglaterra do que é nos Estados Unidos” (HARVEY, 2005, p. 90). Esse pressuposto teórico-metodológico é extraído de a *Crítica ao programa de Gotha* referente às análises críticas de Marx sobre “Estado contemporâneo” concreto, conforme a seguinte citação:

Os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas diversidades de forma, todos tem isso em comum: baseiam-se na moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida de forma capitalista. Também possuem, portanto, certos aspectos essenciais em comum. Nesse sentido, é possível falar a respeito do “Estado contemporâneo” em comparação ao futuro, no qual sua raiz presente, a sociedade burguesa, terá desvanecido (MARX, apud HARVEY, 2005, p. 90).

Em conclusão, Harvey está defendendo a tese teórico-metodológica segundo a qual o Estado contemporâneo é complexo, que assume formas diferenciadas em cada país, sugerindo *advertidamente* que, apesar de seus aspectos essenciais em comum (os elementos “básicos mínimos” da função do Estado evidenciados ao longo do texto), tem um caráter *variante* e *mutante* (HARVEY, 2005, pp. 89-90). Isso tem implicações teóricas da maior importância que mais à frente analisaremos.

Visto isso, passemos agora a apresentar suas principais teses sobre o Estado capitalista.

Embasado sobretudo em B. Ollmann (*Alienation: Marx's Conception on Man in Capitalist Society*, 1971), o Estado é qualificado indistintamente como *relação* e *processo*, predominando este último conceito. O Estado é:

*um processo de exercício de poder por meio de determinados arranjos institucionais* (HARVEY, 2005, p. 90; grifo nosso).

Exercício de poder que se realiza mediante as instituições estatais – isto é, o exercício de poder estatal. E enquanto relação, semelhante ao capital, o Estado é o processo de uma relação de poder. Vejamos.

Para ser exato, Miliband<sup>49</sup> está incorreto nessa designação. De fato, o Estado deveria ser visto, como o capital, como uma *relação* [...] ou como um *processo*: nesse caso como um processo de exercício de poder por meio de determinados arranjos institucionais. Por exemplo, é a aplicação e o cumprimento da lei que são de real importância material e não a estrutura da lei em si. No entanto, Miliband está correto ao afirmar que o Estado é muito mais do que o exercício do poder por um governo, tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido. Nisso, a estrutura específica das instituições é importante (embora não fundamental). Além disso, é útil haver um modo de categorizar essas “instituições estatais”, ao menos para chamar a atenção para os diversos canais através dos quais o poder é capaz de ser exercido [...] (HARVEY, 2005, p. 90; grifo do autor).

Isso significa que o Estado não é uma *coisa*, nem seu extremo, Estado-sujeito, que ganha autonomia crescente; não é também uma instituição ou conjunto de instituições como quer Miliband, embora as pressupõe; tampouco é exatamente um órgão (aparelho) ou instrumento de dominação, enquanto condensação de exercício do poder<sup>50</sup>, embora pressupõe a dominação de classe que se manifesta no território, no âmbito geográfico e no ajuste espacial (de acordo com a teoria de Harvey de desenvolvimento geográfico desigual no capitalismo) mencionado num dos artigos da obra em tela e na teoria do imperialismo, sob a lógica de acumulação por despossessão (HARVEY, 2010).

Mais especificamente, o Estado como processo busca explicar como o Estado burguês “não nasce como *reflexo automático* do crescimento das relações sociais capitalistas”, justamente porque “*as instituições estatais tem de ser arduamente construídas* e, em cada *etapa do percurso*, o poder pode ser (e era) exercido através dessas instituições, ajudando a criar as relações reais que, no fim, as instituições estatais *refletem*” (HARVEY, 2005, p. 91; grifo nosso). Além do mais, “Marx não considera o Estado como elemento passivo da história. No desenvolvimento inicial do capitalismo, utilizaram-se os instrumentos do Estado [...] com grande repercussão” (Idem, p. 92). Todavia, “é bem possível *que o Estado tenha mudado suas funções com o crescimento e amadurecimento do capitalismo*” (HARVEY, 2005, p. 92; grifo nosso). Assim, “também temos de levar em consideração as instituições do Estado, e as relações que se expressam por meio dessas instituições, como no *constante processo* de serem reformadas e remodeladas” (Idem, p. 93; grifo nosso), enfim um exercício

---

<sup>49</sup> Trata-se da citação da tese de Miliband sobre o Estado capitalista que Harvey reconhece que é importante teoricamente: “O Estado não é uma coisa [...], como tal não existe. O que ‘o Estado’ representa são diversas instituições específicas, que, juntas, constituem sua realidade, e que interagem como partes do que pode ser chamado de sistema estatal’ (Miliband, 1969, 46)” (idem, p. 90). O ecletismo de Miliband é evidente, ao se apoiar em autores da corrente política institucionalista, como Ollmann, do qual Harvey se apoia, e C. Wright Mills, marxista influenciado pela teoria das elites e por Weber.

<sup>50</sup> O que no mínimo é curioso, pois dá a impressão de o autor se afastar do núcleo duro da concepção de Marx-Engels sobre o Estado amplamente invocado nas duas primeiras partes do texto em tela. Contudo, essa observação está sujeita a cautela, já que não é nosso objetivo examinar como o autor operacionaliza o conceito de Estado processo/relação tanto ao longo do presente livro como em toda sua obra.

de poder estatal numa sociedade capitalista que muda e transforma “suas formas institucionais” (Idem, p. 94; grifo nosso).

O Estado assim definido tem um papel semelhante ao do capital, este entendido igualmente como *processo e relação social*, conforme indicado em outros trabalhos, como em *O novo imperialismo* (2010), *O enigma do capital* (2011) e *Os limites do capital* (2013). Vejamos o que o autor sustenta em *O enigma do capital*:

Cada Estado tem uma forma particular do nexos Estado-finanças. As variações geográficas nos arranjos institucionais são consideráveis, e os mecanismos de coordenação interestatais, como o Banco de Compensações Internacionais na Basileia e o Fundo Monetário Internacional, têm também um papel importante. As potências envolvidas na construção dos arranjos como as que se reuniram para tomar as decisões internacionais-chave sobre a futura arquitetura financeira do sistema de comércio mundial, como em Bretton Woods em 1944, são normalmente da elite, peritos, altamente tecnocráticos e antidemocráticos. E assim isso continua em nossos dias (HARVEY, 2011, p. 53).

Nessa linha de raciocínio, o autor conclui que “as forças sociais envolvidas na forma como o nexos Estado-finanças funcionam - e nenhum Estado é exatamente como qualquer outro - diferem, portanto, um pouco da luta de classes entre capital e trabalho geralmente privilegiada na teoria marxista” (Idem, p. 53).

Passemos agora a examinar algumas implicações teóricas das teses defendidas pelo autor sobre o Estado capitalista.

Começemos pela questão da tese marxiana de destruição do Estado burguês. Harvey tende a sugerir que, mesmo sendo uma possibilidade real apontada por Marx, existiria uma contra-tendência na ação do próprio Estado, no plano do movimento do real (história), semelhante à dinâmica interna ou lei do capital (como as crises e amortecimento das mesmas), e que tende a ser incorporada no Estado-finanças ou fusão Estado-capital financeiro (tese defendida em *O enigma do capital*, 2011), que impediria essa destruição, mesmo que eivada de crises e contradições na atual fase do capitalismo.

Em relação ao texto “A teoria marxista do Estado”, os argumentos emanados da análise sobre a relação intrínseca entre democracia burguesa e a hegemonia dessa classe para dominar o Estado, tornando-se ambígua (= problemática) a relação entre este e a luta de classes (HARVEY, 2005, pp. 86-88) no Estado contemporâneo, o que impossibilitaria a transformação do modelo capitalista de sociedade pela via da destruição (violência) do Estado burguês.<sup>51</sup> Para Harvey “é inapropriado considerar o Estado capitalista como nada mais do

---

<sup>51</sup> Embora em *Os limites do capital* (2013, p. 425) o autor mencione as duas vias de transformação (evolucionária e revolucionária), destacando a grande dificuldade de transformação do capitalismo por uma ou

que uma grande conspiração capitalista para exploração dos trabalhadores” (HARVEY, 2005, p. 88). Essa seria uma primeira grande dificuldade em relação a esse tópico.

A segunda grande dificuldade residiria na sugestão de que diante da análise dos diferentes e variados Estados concretos e da evolução da economia capitalista numa fase concreta, a defesa da destruição do Estado ficaria circunscrita a uma proposição teórica de Marx restrita a seu tempo, sendo supostamente superada pela constante mudança do Estado e do capitalismo (este seria o sentido do último item do capítulo aqui analisado: “o Estado na sociedade capitalista”). Noutros termos, as análises do Estado contemporâneo devem refletir a realidade concreta de cada país, buscando desvendar o processo complexo do exercício de poder e do caráter mutante dos arranjos institucionais (primado do real sobre a teoria etc.), evitando cair numa mistificação do Estado (primado da teoria sobre a realidade etc.).

O conceito de Estado como processo, em contínua mudança e transformação de suas formas institucionais no contexto de reprodução contínua do sistema capitalista (HARVEY, 2005, p. 94), e a tese da amálgama (“natural”) entre democracia burguesa e modo de produção capitalista, reforçaria a grande dificuldade de destruição do Estado burguês, fortalecendo a tese da transição pacífica (via eleições) ao socialismo. Essa concepção tornou-se hegemônica na atualidade e reaparece sob a noção de “democracia revolucionária” na Venezuela e na Bolívia.<sup>52</sup> Assim, devido a seu caráter complexo, tornar-se-ia um “enigma” o papel do Estado no processo aberto de adaptabilidade e de mudança de suas funções no âmbito de desenvolvimento do sistema capitalista. Essa postura analítica de Harvey reaparece em *O enigma do capital* (2011) e *Os limites do capital* (2013), como veremos mais à frente.

O que estamos querendo evidenciar seria o tratamento um tanto ambíguo sobre a destruição do Estado burguês no autor. De duas uma, ou a tese de Marx sobre o assunto seria só uma teoria, uma possibilidade restrita ao período do capitalismo do tempo de Marx, porém enquanto teoria, teria sido superada; ou então o autor estaria revelando a dificuldade, de monta por certo, de transformar o Estado e o capitalismo na fase atual pela via revolucionária. Essa última postura analítica reaparece em *O enigma do capital* (2011), parecendo defender a via revolucionária de transformação. Depois de elencar a luta draconiana dos movimentos

---

outra via no período de “globalização” porque foi alterada ou mudou dramaticamente as possibilidades de transição para o socialismo.

<sup>52</sup> Esse é o caso de García Linera, um dos principais ideólogos do governo Morales e vice-presidente da Bolívia no período aqui considerado, que difunde essa tese nos meios acadêmicos e eventos políticos no país e no âmbito internacional. Ver: *Las tensiones creativas de la revolución* (LINERA, 2011); a conferência em que participou Harvey e Linera em La Paz, intitulada *Pensando el mundo desde Bolivia* (2015), discurso de Linera no IV Congresso do Partido da Esquerda Europeia em 2013 (CARTA MAIOR, 2013) e, sobretudo, Conferencia inaugural de Linera no VI Foro Internacional de Filosofía *Estado, Revolución y construcción de Hegemonía* (2011).

sociais contra o capital no âmbito internacional e das dificuldades de se construir um novo movimento “comunista”, o autor sustenta: “Entender a necessidade política disso exige em primeiro lugar que o enigma do capital seja desvendado. Uma vez que sua máscara é arrancada e seus mistérios são postos a nu, é mais fácil ver o que tem de ser feito e por quê, e como começar a fazê-lo” (HARVEY, 2011, p. 209). Logo a conclusão lapidar:

O capitalismo nunca vai cair por si próprio. *Terá de ser empurrado*. A acumulação do capital nunca vai cessar. *Terá de ser interrompida*. A classe capitalista nunca vai entregar voluntariamente seu poder. *Terá de ser despossuída* (Idem, p. 209; grifo nosso).<sup>53</sup>

Em relação à tese teórico-metodológica mencionada mais acima (o Estado contemporâneo seria complexo, que assume formas diferenciadas em cada país etc.), afirmamos que Harvey estaria sugerindo *advertidamente* que tanto as funções básicas estatais como o próprio Estado teriam um caráter *variante e mutante* (HARVEY, 2005, pp. 89-90), tendo consequências teóricas importantes. Entre elas podemos identificar pelo menos duas, como sendo as mais importantes.

Afirmar que a realidade e a história seriam complexas (neste caso, o Estado contemporâneo) é um lugar comum na academia, sendo um pressuposto da ciência. Sabemos isso pelo próprio Marx e autores não marxistas como Kant, Hegel, Weber, entre outros. Marx parte do pressuposto do materialismo histórico cujo primado é justamente o real-concreto sobre o real-pensado (isto é, a teoria). Entretanto, para conhecer o mundo e transformá-lo precisa-se, antes de mais nada, conhecê-lo. Para tanto, o materialismo histórico propõe uma teoria da história para desvendar os elementos essenciais do todo social. Harvey conhece muito bem esse pressuposto marxista, porém o problema não está aqui. O problema reside, a nosso ver, numa certa tendência empirista presente no autor, haja vista a seriedade, empenho e criatividade na sua análise do capitalismo contemporâneo. As razões disso provavelmente são diversas, porém o próprio texto revela essa tendência mediante uma certa influência neomarxista (marxismo analítico) que aparece nas análises de Miliband e sobretudo em Offe.<sup>54</sup> Assim, o caráter variante e mutante do Estado capitalista tende a impor uma análise empírica descritiva, evidenciando esse caráter nos casos concretos, bastando com descrever a

---

<sup>53</sup> Dada a ambiguidade do tratamento sobre o assunto, a eliminação completa do Estado, por parte do autor, fica uma incógnita, como veremos mais à frente.

<sup>54</sup> Desconfiamos que o autor tenha sofrido influência de Jon Elster, uma variante extremada do marxismo analítico. Entretanto, além de Gramsci, Ollmann, Miliband e Offe, Harvey também teve influência decisiva de Polanyi e Arrighi, autores que se apresentam como alternativos à análise marxista da economia (ver bibliografia nas obras aqui analisadas). O ecletismo no tratamento sobre o Estado é evidente no autor.

realidade, ou no caso do Estado capitalista, elencar suas funções e arranjos institucionais derivados do capital. Esta é a primeira consequência teórico-metodológica.

A segunda consequência teórica dos pressupostos metodológicos sobre a pesquisa do Estado contemporâneo em Harvey provém de um problema interno, oriunda dos argumentos do autor no texto “A teoria marxista do Estado”. Trata-se de uma questão teórica crucial, formulada da seguinte maneira:

- 1) Inexiste uma teoria geral do Estado capitalista em Marx;
- 2) No conjunto da obra de Marx somente existem elementos (*insights*) esparsos básicos sobre o papel do Estado em geral e do Estado capitalista em particular, os quais podem ser complementados com as concepções sobre o assunto em Engels;
- 3) O único caminho que existe para formular uma teoria marxista sobre o Estado capitalista seria a “reconstrução”<sup>55</sup> desses elementos esparsos básicos com auxílio de autores marxistas do século XX (Lenin é considerado um autor ortodoxo, por isso suas obras pouco ou nada contariam), sobretudo Gramsci, Lukács (via Ollmann) e os aportes dos poucos autores marxistas que abordaram o assunto na década de 1970;
- 4) A “reconstrução” desses elementos básicos para elaborar uma teoria marxista sobre Estado capitalista colide com a realidade histórica complexa, variante e mutante do funcionamento dos Estados contemporâneos (pressupostos e teses do item “O Estado na sociedade capitalista”);
- 5) Conclusão: volta-se a estaca zero, à tese inicial: não existe uma teoria marxista do Estado em geral e do Estado capitalista em particular em Marx.

É essa a conclusão - surpreendente para o leitor – a que chegaria, a nosso ver, Harvey no texto em tela. Duas razões importantes podem ser identificadas sobre essa inexistência. A primeira é conhecida pela maioria dos autores marxistas e tem um caráter contingente: Marx morreu, porém ele “teve a intenção de escrever um tratado específico sobre Estado, mas nunca começou o projeto”, sustenta Harvey (2005, p. 79). A segunda razão é fundamental, determinante, cuja maioria dos autores marxistas conhece de monta: Marx elaborou uma teoria científica definida do modo de produção capitalista, da sua estrutura, suas leis internas, seu movimento, suas crises e tendências. Esse seria o pressuposto crucial (e talvez a dificuldade central) que teria impossibilitado o abandono (completo ou relativo) da elaboração

---

<sup>55</sup> O termo “reconstrução” constata justamente a impossibilidade de elaborar essa teoria em Marx por parte de Harvey.

de uma teoria marxista definida (= não eclética) do Estado capitalista (apesar do esforço de Gramsci).

Surge então uma dificuldade suplementar igualmente importante: os poucos autores que se incumbiram da tarefa de elaborar uma teoria do Estado capitalista consistente no campo do marxismo, haja vista o grande empenho, ou teriam derrapado para um politicismo, historicismo, idealismo, teoricismo; ou sobretudo para um economicismo aberto ou solapado. Nossa hipótese indicativa (*ad hoc*, sujeita a caução) é a de que, a despeito de sua grande importância e avanço, os trabalhos de monta de Harvey na esfera econômica (só para ficarmos neste autor) sobre o assunto teriam incorrido num certo economicismo. O pressuposto é o seguinte: a análise do modo de produção capitalista ou do desenvolvimento da economia capitalista com base na teoria marxista do valor seria suficiente para explicar o funcionamento dos Estados capitalistas contemporâneos ou desvendar seus papéis essenciais básicos. Essa é a nossa conclusão em relação ao conceito de Estado como *processo* de Harvey, que reaparece na maioria de suas obras posteriores (começando com a *Condição Pós-moderna* - 2008), mesmo que o autor tenha justificado o abandono do debate sobre a teoria marxista do Estado. O enigma do capital explicaria o enigma do Estado. Ou por outra, o desvendamento do enigma do capital, uma vez que sua máscara é arrancada, e seus mistérios postos a nu (HARVEY, 2011, p. 209), seria mais fácil desmascarar o papel do Estado capitalista. Esse pressuposto reaparece em *Os limites do capital* (2013), como veremos a seguir.

A primeira edição em língua inglesa dessa obra data de 1980, bem próxima à data do artigo sobre a “Teoria marxista do Estado” originalmente publicado em 1976, cuja produção se insere, segundo o autor, no contexto de um projeto bem amplo (pesado, como diz o autor) cuja problemática abrangia pesquisas sobre questões da circulação do capital nas áreas construídas (urbana), o sistema de crédito e a produção das configurações espaciais no âmbito de uma teoria marxista em geral. Ou seja, preocupações sobre novas maneiras de pensar a teoria do valor e a teoria das crises, buscando preencher “algumas caixas vazias” na teoria marxiana (HARVEY, 2013, pp. 35-36). Então, os dois trabalhos do autor abordados aqui, junto com o *Enigma do capital* (cit.), demonstram essa transversalidade de assuntos e tópicos amplos e específicos relacionados direta e indiretamente com a problemática do Estado.

Mais especificamente, na introdução da edição de 1980 de *Os limites do capital* não aparece uma menção sobre o papel do Estado no contexto das crises e sua mitigação no período de dominação do capital financeiro. Já no Epílogo dessa obra, a questão do Estado e de suas funções básicas, aparece, porém com muita cautela. Voltaremos ao assunto mais à frente.

Entretanto, o Estado ganha um tratamento de forma condensada (mais ou menos quatro páginas) no capítulo 10 (“O capital financeiro e suas contradições”), item 3 da parte VIII, sob o título “O capital financeiro e o Estado”. Aqui o autor defende a tese segundo a qual o Estado detém, junto com o capital financeiro, a capacidade de estabilizar o capitalismo, ao reforçar o sistema de créditos mediante um conjunto de medidas institucionais com o intuito de contribuir a mitigação das crises através da regulação do fluxo de capital, embora esse tipo de capital possua também a capacidade contrária, de desestabilizar o capitalismo (HARVEY, 2013, p. 39). Trata-se da fusão Estado-finanças (aludido também em *O enigma do capital*)<sup>56</sup>:

No âmbito do banco central, o capital financeiro, embora definido *se integra* diretamente com uma parte do aparato estatal. Mas o Estado tipicamente afeta e se relaciona com a circulação de capital que rende juros em um *espectro de atividades bem mais amplo do que este*. Ele oferece a *estrutura legal e institucional* e com frequência *designa os canais extremamente diferenciados* através dos quais o capital que rende juros circula nas diferentes atividades [...]. O grau de centralização ou descentralização da riqueza e do controle monetário também é extremamente sensível às políticas de taxação fiscal e redistributivas do Estado, assim como as estratégias monetárias que afetam a inflação. O próprio Estado absorve uma porção de fluxo de capital que rende juros na forma de dívida estatal, e no processo cria capital fictício com algumas qualidades [...] (HARVEY, 2013, p. 417; grifo nosso).

Todavia, essa integração, absorção ou unidade entre Estado e capital financeiro não é isenta de dificuldades, conflitos e contradições. Primeiramente, tende a afetar a autonomia relativa do Estado na medida em que somente *um* aspecto dele “não pode ser considerado sequer *relativamente* autônomo do capital, porque é necessariamente construído à imagem do próprio movimento do capital” (Idem, p. 418; grifo do autor). Vemos aqui que, a despeito da autonomia relativa do Estado ser um aspecto da natureza do Estado capitalista, estudado sobretudo na maioria dos autores marxistas (principalmente Poulantzas na obra de 1968, mesmo com os seus problemas correlatos), ele acaba perdendo essa qualidade diante do capital, não importando se é apenas “um” aspecto dessa autonomia relativa. Ocorre que, como se verá mais à frente, esse único aspecto da intervenção do capital sobre o Estado se tornar, em Harvey, “o” aspecto central da hegemonia do capital sobre o Estado na atual fase do capitalismo (amalgama Estado-capital financeiro), e que seria demonstrado através das diversas funções do Estado capitalista contemporâneo.

Voltemos ao assunto. A fusão Estado-finanças se deve ao fato de que, conforme o autor:

---

<sup>56</sup> Uma variante da tese do amálgama do Estado com o capital monopolista defendido por autores integrantes do PCF: P. Boccara (1978).

Os administradores desse aspecto do aparato do Estado administram a circulação do capital que rende juros e funcionam como o “comitê executivo da burguesia”, não importando qual seja sua filiação política. Assim, uma necessária unidade é estabelecida entre uma parte do aparato do Estado e os capitalistas, industrias e financistas monetários que do mesmo modo participam da circulação do capital que rende juros. [...] Uma nova definição do capital financeiro vem à tona: uma definição em que os três interesses estão unificados (HARVEY, 2013, p. 418).

Em segundo lugar, a unidade indicada revela uma contradição: o sistema de crédito requer, conforme Marx, a interferência do Estado, mas “ao mesmo tempo socializa o capital e centraliza o controle no trabalho social”, sendo tal contradição constitutiva do crescimento do capitalismo (Idem). Surge então, conforme Harvey, a figura do Estado disciplinador e regulador dos setores do capital que rende juros no processo de acumulação de capital; surgindo, igualmente, conflito aberto, entre o Estado e as facções de capital, pois a capacidade controladora e reguladora do capital (a serviço de toda a classe capitalista) reside no interior do aparato do Estado (uma tese semelhante a de Offe).

Em terceiro lugar, as contradições inerentes no âmbito da circulação do capital que rende juros são, via de regra, externalizadas como uma oposição entre Estado (particularmente o banco central), o capital industrial e o capital bancário: “Por isso, o papel do Estado é sempre enigmático e ambivalente” (HARVEY, 2013, p. 419), ficando mais problemático ainda quando projetado ao cenário internacional na medida em que a competição entre os bancos centrais de cada Estado-Nação para garantir uma série de medidas, em diversos planos (como constituir o básico do sistema monetário internacional e fluxos de capital nesse nível), com vistas a garantir a qualidade do dinheiro nacional. A competição fica mais acirrada quando surgem países que tem a capacidade de exportar capital financeiro em vez de produtos, adotando uma prática imperialista e cuja solução de conflitos no nível internacional tende a ser a guerra e a pilhagem das economias dependentes, configurando a acumulação por despossessão. Para o autor a guerra seria uma forma de solução de crises e contradições internas do capitalismo ao forçar a desvalorização do capital (HARVEY, 2013, p. 420).

Finalmente, tudo se passa como se o papel regulador e controlador do Estado teria um sentido unilateral, como fonte de conflitos e contradições, não provocado pelo capital que rende juros no processo de circulação, dando a impressão de que o controle do processo de exercício do poder estatal por parte da classe trabalhadora ou uma fração não monopolista do capital (pequena ou média burguesia) se inclinaria para uma política favorável ao trabalho. Ocorre que, conforme Harvey, “a qualidade enigmática” da relação entre o capital financeiro

e o Estado torna-se aparente porque o Estado “é *controlado e controlador* em sua relação com a circulação do capital. Qual força domina, depende das circunstâncias” (HARVEY, 2013, p. 420; grifo nosso).

As principais conclusões em relação a esse quadro exposto seriam as seguintes. Primeiro, o papel do Estado é de garantir a reprodução do capital através de políticas fiscais e monetárias não somente executadas pelo Banco Central, mas também por vários outros ramos do aparato estatal. Ao assumir esse papel, o Estado não só estaria contribuindo com a mitigação das crises, emanadas dos desequilíbrios da produção provocadas pela circulação do capital, ao restabelecer o sistema de crédito e, por essa via, mas também se empenhando em buscar uma solução controlada da crise ou uma “recessão controlada” (Idem, pp. 424-425). O que implica que, segundo o autor apoiado na sua teoria da crise (primeiro e segundo recortes da crise), a intervenção do Estado na economia capitalista seria constitutiva e permanente, variando de acordo com os momentos de calma nas diversas fases do capitalismo, porém se acentuando em momentos de crise (Idem, p. 425).

Segundo, mesmo sendo o Estado controlado pelo capital e controlador deste, o autor não conseguiu explicar, a nosso ver, como o Estado perdeu parte (só um aspecto) ou toda autonomia relativa na fusão Estado-capital financeiro, aparecendo como uma variante explicativa da amálgama entre o capital monopolista e o Estado de Boccara (1978) em 1973, sendo a tese do Partido Comunista Francês sobre o assunto.

Terceiro, o papel geral do Estado, de garantir o processo de acumulação de capital, e o particular, de garantir a reprodução do sistema de troca no âmbito da circulação do capital, provoca dificuldades e problemas sérios para a luta pelo socialismo. Vejamos:

As opções para a transformação interna do capitalismo tornam-se cada vez mais limitadas, *confinadas a inovações dentro do próprio aparato do Estado*. E quando o limite da capacidade do Estado para administrar de forma criativa a economia é alcançado, o uso crescentemente autoritário do poder do Estado – tanto sobre o capital quanto sobre o trabalho (embora em geral com efeitos mais bem devastadores sobre o último) – parece ser a única resposta. As crises abrangem a estrutura legal, institucional e política da sociedade capitalista e sua resolução depende cada vez mais do desdobramento do poder militar e repressivo. Toda a problemática da transformação do capitalismo – seja por meios *evolucionários* ou *revolucionários* – é alterada. Os problemas e as perspectivas para a *transição para o socialismo* mudam dramaticamente (HARVEY, 2013, p. 425; grifo nosso).<sup>57</sup>

Vemos que o autor está sugerindo, entre outras coisas, que os limites do Estado são os limites do capital e vice-versa, conforme alertamos mais acima em relação ao enigma do capital (= enigma do Estado e vice-versa).

---

<sup>57</sup> Relembremos que o texto original foi publicado em 1980.

Chegamos assim ao final desta parte que teve o objetivo de mostrar como o autor - apesar da grande importância da sua análise dialética qualitativa (avanço indiscutível) sobre a fase do capitalismo sob a hegemonia do capital financeiro - ainda se empenha em operacionalizar seu conceito de Estado como *processo*<sup>58</sup>, mesmo que tenha justificado que não abordou o assunto na teoria do Estado capitalista na obra em tela. Para completar nossa análise e demonstrar nossa hipótese (inexistência de uma teoria marxista do Estado capitalista e derivação da função do Estado do capital em Harvey) é necessário examinar o que o autor defende sobre o Estado tanto na “Introdução à edição inglesa de 2006” de *Os limites do capital* quanto no “Epílogo” dessa obra tal como apareceu originalmente na edição de 1980. Vejamos:

O papel do Estado na acumulação por despossessão [em vez de acumulação primitiva, tese defendida em *O novo imperialismo*] também representa um desafio analítico. *Os limites do capital*, como aponto no Epílogo, *não propõe uma teoria específica do Estado capitalista*, ainda que os envolvimento do Estado estejam onipresentes no texto. Deixo este como um “*negócio inacabado*” [enigma aberto], em parte devido a uma relutância em me engajar no debate intenso, intimidador e abrangente sobre a natureza do Estado capitalista que se alastrou nos círculos marxianos na década de 1970. Grande parte desse debate aparece agora *ultrapassado*, embora tenha levantado questões que continuam a ser de fundamental importância. Foi substituído por um debate ainda mais abrangente (no qual os marxistas, *com exceção de Jessop*,<sup>59</sup> desempenham um papel mais brando) sobre a maneira de entender o Estado contemporâneo e seus poderes. O único consenso parece ser que o significado do Estado mudou dramaticamente nos últimos trinta anos e que o principal agente de pressão nessa mudança foi algo chamado “globalização” [...] (HARVEY, 2013, p. 21; grifo nosso).

Fica evidente que o autor abandona não só sua tentativa de “reconstruir” a teoria marxista do Estado capitalista na sua obra *A produção capitalista do espaço* (2005), mas também o próprio debate sobre o assunto por considerá-los ultrapassados. Porém, vai manter seu conceito de Estado processo/relação e seu empenho de operacionalizá-lo, como veremos logo.

Em relação às posturas de esquerda e direita sobre a suposta irrelevância do Estado ou o ceticismo por parte de alguns movimentos sociais de se tomar o poder político, o autor sustenta:

[...] fico do lado de aqueles que consideram o Estado como um “*momento*” vital da dialética e na dinâmica contraditória da acumulação do capital, ao mesmo tempo que admito prontamente que os poderes do Estado *se transformam em estruturas totalmente diferentes* daquela que dominavam na década de 1970. *Arranjos institucionais* “de tipo estatal” em diferentes escalas sociais (de locais até globais)

---

<sup>58</sup> Estado = “processo de exercício de poder por meio de determinados arranjos institucionais”.

<sup>59</sup> Conforme já evidenciado na primeira parte deste trabalho.

desempenham agora papéis-chave de coordenação (HARVEY, 2013, p. 21; grifo nosso).

Essa *mudança total* das estruturas estatais admite igualmente formas totalmente variadas e diferenciadas de Estado:

Formas de Estado muito diferentes (corporativista, desenvolvimentista, neoliberal, neoconservadora tec.) coexistem com dificuldade dentro do sistema do Estado contemporâneo. Mas, também sobre esse ponto, *Os limites do capital* tem algo interessante, embora incompleto, a dizer, não só porque indica como a acumulação do capital necessariamente produz e transforma capacidade espaciales e estruturas territoriais (mostrando que, se algo como o Estado não existisse, os capitalistas teriam de criá-los), mas porque também ressalta pontos prováveis de intervenção do Estado dentro de um capitalismo neoliberalizador. Por isso, não é difícil extrair de *Os limites do capital* (como está dito no Epílogo) alguma noção de como deve ser um Estado distintivamente neoliberal (HARVEY, 2013, pp. 21-22).

Já no Epílogo da obra, cuja publicação original data de 1980, Harvey resume sinteticamente as teses defendidas nos capítulos 9 e 10: O Estado é uma *instituição* central que tem a função controladora e reguladora no processo de reprodução do capital e em torno da qual se formam as alianças de classe na luta pela acumulação de capital.

Contudo, o autor faz uma justificativa surpreendente que praticamente vai ao encontro de nossas hipóteses lançadas no início da nossa análise sobre a questão do Estado no texto “A teoria marxista do Estado”. Vejamos:

Não considerarei a *teoria do Estado marxista* no presente trabalho, em parte porque achei que um tratamento completo desse *tema controvertido* deveria aguardar uma análise cuidadosa dos processos de reprodução do trabalho e da força de trabalho (HARVEY, 2013, p. 563; grifo nosso).

O autor praticamente abandona a empreitada de reconstrução da teoria marxista do Estado, não por ser um tema problemático ou controvertido, mas justamente porque ele parte do pressuposto (que virou tese) segundo a qual não existe uma tal teoria em Marx (HARVEY, 2005)<sup>60</sup>. É este, portanto, o motivo fundamental do abandono. O outro motivo, secundário, é uma consequência dessa tese: o debate sobre a teoria marxista do Estado, alegado na Introdução da obra em tela em 2006, se tornou ultrapassado (HARVEY, 2013, p. 21). Na seguinte citação detectamos que o autor passa de uma problemática teórica a outra: da constatação da inexistência de uma teoria marxista do Estado à descrição das funções do Estado capitalista contemporâneo na última fase do capitalismo. Vale dizer, procede à análise do “Estado capitalista” com base no conceito de Estado como processo/instituição, buscando sua operacionalização, sem ter uma teoria “marxista” definida, porém utilizando os *insights*

---

<sup>60</sup> A crise do materialismo histórico incluiria a crise da teoria marxiana ou marxista de Estado, pois esta não existe, e que aparece em *A condição pós-moderna* (2008): ver o capítulo 26 “A crise do materialismo histórico”.

de Marx/Engels, claramente adorando o conceito de Ollman, Miliband, influenciados pela concepção gramsciana de Estado, e, sobretudo da concepção de Jessop (conceito relacional do Estado) se ajustando a seus pressupostos e argumentos no item “O Estado na sociedade capitalista” (HARVEY, 2005). E esse conceito de Estado - que a nosso ver, o autor se empenha em operacionalizar na maioria de suas obras - , revela a problemática do funcionamento e papel do Estado *derivado* do capital. Por isso ele justifica que sua análise do Estado capitalista está onipresente ao longo do livro (e em outras obras)<sup>61</sup>, bastando descrever e elencar suas principais *funções* (que são múltiplas). Em suma, o Estado “é o protagonista em quase todos os aspectos da reprodução do capital” (HARVEY, 2013, p. 564). Vejamos:

Mas o *Estado capitalista* não foi totalmente negligenciado nas páginas precedentes. Na verdade ele esteve onipresente como o *responsável* pelos contratos e pelas liberdades dos indivíduos jurídicos, e como *poder repressivo* que ambos criam e que *mantém* a força de trabalho como uma mercadoria. O Estado *coloca* uma base sob a *competição* intercapitalista e regula as condições de emprego. Ele pode *facilitar* a centralização do capital, mas também desempenha um papel na *busca do equilíbrio* entre a centralização e descentralização que preserva a estabilidade da composição de valor do capital [e assim por diante] (Idem, p. 564; grifo nosso)

Entretanto, o autor considera que quase todos os aspectos da função do Estado elencados nessa página “não constituem uma base adequada para uma teoria abrangente do Estado. Muitos elementos são deixados de fora” (idem, p. 564). Haveria que integrar também a reprodução do trabalhador e da força de trabalho, bem como a produção e o uso de conhecimento, como força material e como arma para a dominação e controle ideológico (Idem, pp. 564-565). Nesse sentido, o autor chama a atenção para o papel reprodutivo que tem o Estado através de suas funções na sociedade capitalista, para a busca de unidade e equilíbrio, enquanto protagonista da reprodução do capital. O que “suscita questões de alocação dos poderes, de legitimidade, de democracia e de ideologia”. Assim, “acima de tudo, nossa atenção deve então se concentrar na luta política pelo controle do aparato do Estado e dos poderes que ali residem<sup>62</sup>. A luta de classes é deslocada do local da produção para a arena política” (Idem, p. 365).

Tal conclusão não parece ser outra que a defendida por Habermas (1994) e, sobretudo, Offe (1984) em *Problemas estruturais do Estado capitalista*, colocando em questão a centralidade do trabalho: a migração de tal problemática para o Estado. A saída de Harvey para essa problemática (suposta virada teórica) é a inclusão, no seu argumento, de dois

---

<sup>61</sup> Numa de suas últimas obras, o autor aborda a questão da propriedade privada e o Estado capitalista. Ver: Harvey (2014), Cap. 3, “Private property and the Capitalist State” (pp. 38-52).

<sup>62</sup> Lembremos do título em português de um dos livros de Mészáros: *A montanha que devemos conquistar*.

elementos teóricos que estão não só mal trabalhados, mas também abordados de forma um tanto obscura:

- 1) A adição suplementar à questão da centralidade da política (Estado, democracia etc.): a relação entre capital e trabalho no sentido de que se transformaram atualmente em configurações múltiplas e conflitantes, cujos desdobramentos estariam na luta de classes e nas configurações de aliança de classes (a ambiguidade é evidente, não se entendendo essa proposição se é para a análise das classes sociais no capitalismo e suas complexas configurações ou para possibilitar a construção de uma nova sociedade);
- 2) A unidade entre teoria e prática em geral, teoria e prática política em particular: “o desenvolvimento mútuo da teoria e da reconstrução histórica e geográfica, todas projetadas nos entusiasmos da prática política, constitui o cadinho [crisol] intelectual do qual podem emergir novas estratégias para a reconstrução saudável da sociedade”, cuja tarefa seria urgente. Logo a conclusão lapidar: “se o capitalismo atingiu tais limites, então cabe a nós encontrar maneiras para transcender os limites do próprio capital” (HARVEY, 2013, p. 567).

Não podemos concluir nossa análise sobre a temática do Estado em Harvey sem comentarmos o conceito de *valor relacional*, entendido o valor como “uma relação social no espaço-tempo relacional”. Para o autor, o espaço-tempo é criado pelo capital, pois “o espaço-tempo relacional é o principal domínio da teoria do valor de Marx”, que acreditava que o valor é imaterial, mas objetivo. Nesse sentido:

A única maneira de podermos tangivelmente captá-lo é por meio de seus efeitos objetivos [...]. Se o valor é uma relação social e esta é sempre imaterial, mas objetiva (experimente medir qualquer relação social diretamente e você sempre vai falhar), então isso torna controvertidas, senão deslocadas, todas as tentativas de apresentar alguma medida direta e essencialista dele. Mas que tipo de relação social é pressuposto aqui? O valor é uma relação interna dentro da mercadoria. Ele internaliza toda a geografia histórica dos processos de trabalho, da produção e da concretização da mercadoria, e da acumulação do capital do espaço-tempo do mercado mundial (HARVEY, 2013, p. 24).

Em suma, “as três estruturas espaço-temporais – absoluta, relativa e relacional – devem ser mantidas em tensão dialética uma com a outra exatamente da mesma maneira que o valor de uso, o valor de troca dialeticamente interligados no interior da teoria marxiana” (Idem, p. 24).

O que significa isso? O autor está propondo uma teoria relacional-espacial do valor? A resposta parece ser positiva, pois trata-se de um autor solitário nessa proposição teórica de monta. E o que tem a ver essa teoria com o Estado e o poder político? Podemos deduzir, por conta própria e a título indicativo, que a conexão dessa problemática residiria no fortalecimento – mesmo que indiretamente - do conceito de Estado processo/relação defendido pelo autor no artigo sobre “A teoria marxista de Estado” e relativamente operacionalizado nas suas obras posteriores, pelo menos nas obras aqui analisadas. O conceito de Estado como relação não é novo (igualmente o conceito de poder), sendo proposto direta ou indiretamente por vários autores sobretudo no campo marxista (Gramsci, Ollmann, Buciglucksmann, o último Poulantzas, Foucault, Jessop, entre outros). Talvez a teoria proposta por Harvey subsidiou ou provocou o fortalecimento do conceito de Estado como relação em Jessop e Linera<sup>63</sup> e outros autores. Não por acaso Harvey referencia avanços nos trabalhos de Jessop sobre o Estado e que Linera referencie Harvey e Jessop nos seus trabalhos sobre o Estado.

## **1.2 Problemática II: principais análises sobre o Estado capitalista periférico**

Em consonância com os objetivos perseguidos nesta tese, o nosso tema central se insere no campo da problemática sobre o Estado burguês periférico. Pensamos que a discussão teórica deste tipo de Estado supõe o aproveitamento crítico dos diversos estudos sobre o papel do Estado capitalista e sobre o caráter do desenvolvimento capitalista nos países centrais e periféricos. Nesse sentido, entre as perguntas importantes que podem conduzir a discussão estão as seguintes: dado o avanço do estudo (nas diversas correntes teóricas) sobre o assunto aqui abordado, é possível o empreendimento de uma análise que tome como referência o Estado burguês periférico como objeto relativamente autônomo de análise? O conceito de Estado capitalista dependente/periférico elaborado por alguns autores consegue explicar tanto as características constitutivas como o papel e funcionamento dos Estados

---

<sup>63</sup> Ver *Teorías estratégicas del estado* (2012), vídeo sobre conferências em evento acadêmico (*Pensando el mundo desde Bolivia*) realizado em La Paz onde Jessop e Linera abordaram a questão do Estado, democracia e hegemonia. Os expositores usam amplamente a teoria relacional do Estado. A exposição do Jessop segue o esquema do livro *El futuro del Estado* (2008), que aborda o conceito indicado. Todavia, durante o evento a mesa informou o lançamento do livro de Jessop intitulado *La teoría relacional del Estado*, uma coletânea de artigos sobre o assunto escritos pelo autor. Já García Linera agrega, na sua exposição, a importância do Estado entendido como correlação de forças para estudar a dominação e a hegemonia. Relembremos que Harvey sempre está participando dos eventos organizados pela Vice-Presidência do Estado Plurinacional de Bolívia ou pelos movimentos sociais deste país.

latino-americanos nas diversas fases da transição capitalista periférica e da instauração de tipos de capitalismo dependente?

Dito isso, impõe-se desenvolver, em termos gerais, um duplo objetivo: 1) passar em revista os principais trabalhos sobre o *Estado burguês periférico* (com especial ênfase na América Latina); e 2) fazer um breve balanço crítico dos mesmos.

A seguir, apresentaremos um *balanço* preliminar da bibliografia sobre o *Estado burguês dependente/periférico*, tal como aparece nos diversos autores filiados às diferentes correntes marxistas e de algumas correntes teóricas não-marxistas.

Passamos diretamente a expor a bibliografia sobre os trabalhos mais importantes sobre a questão do Estado dependente com o foco de apurar a existência dum conceito definido sobre esse Estado. Sabemos que os trabalhos de Lênin (2007), Moraga (1977), Marini (1973, 1975),<sup>64</sup> Cardoso e Faletto (1973), Amin (1974, 1976), entre outros, foram tentativas importantes de análise sobre o Estado dependente, contudo não chegaram a elaborar seu conceito, evidenciando mais problemas que soluções no estudo sobre o assunto.<sup>65</sup>

C. F. S. Cardoso (1974) já havia mostrado que o conceito de dependência é constitutivo do modo de produção dependente ou colonial (sistemas produtivos complementares aos da Europa), distanciando-se das concepções circulacionistas, como a de Frank (1969) — o núcleo da dominação colonial estaria constituído pela “estrutura metrópoli-satélite”.<sup>66</sup> Nessa linha de argumentação, Cardoso de Mello (1998), embora sustente a tese segundo a qual não se instaurou um modo de produção específico na América Latina, mostrou também a séria dificuldade de pensar o desenvolvimento/subdesenvolvimento dos países latino-americanos a partir dos discursos cepalinos e dos autores da teoria da dependência. Superando a dicotômica concepção centro versus periferia, o autor formula o conceito de *capitalismo tardio* para analisar a história latino-americana enquanto história do capitalismo. Mesmo assim, o papel do Estado nas fases de transição e de instauração de desenvolvimento capitalista periférico tem um tratamento parcial nesses autores.

Já a tentativa analítica mais sistemática sobre o Estado periférico feita até o momento — embora o autor abandonou essa linha de pesquisa — é *El Estado en la Periferia Capitalista* de Evers (1985), obra originalmente publicada em alemão em 1977. O autor

---

<sup>64</sup> Marini formulou sua teoria da dependência a partir de uma concepção marxista muito antes da teoria proposta por Cardoso e Faletto.

<sup>65</sup> A bibliografia sobre intercâmbio desigual e a dependência é expressiva. Sobre o intercâmbio desigual, além da obra clássica de Frank (1969), basta indicar os seguintes trabalhos: Bettelheim (1976), Fernandes (1976) e Furtado (1965). Para o que vem a seguir nos baseamos na revista bibliográfica sobre o Estado dependente ou periférico feita por Souza (2002, pp. 14-31 e segs.).

<sup>66</sup> Ver a crítica de Laclau (1974) a Frank. Cf. também Cardoso e Brignoli (1983) e Marini (1973, 1975).

defende a tese segundo a qual o problema crucial dos países latino-americanos é a permanente crise de acumulação de capital devido a duas características importantes das sociedades periféricas: a heterogeneidade social interna e o contexto reprodutivo do mercado mundial. Este determinaria, em última instância, a formação social periférica. A primeira característica revelaria uma não identidade entre a esfera econômica e a esfera política, configurando uma situação em que não haveria correspondência entre base econômica e superestrutura: sua base econômica não seria seu próprio espaço econômico nacional, mas o mercado mundial, que estaria fora de sua influência.

Trata-se de países que não teriam “sociedade própria” — isto é, não teriam uma estrutura de classes constituída, justamente porque careceriam de uma estrutura econômica própria e, por conseguinte, de burguesias nacionais autóctones. Nesse contexto, a função organizadora da acumulação se manteria no âmbito político (Estado), ao passo que se perde no âmbito econômico: as burguesias metropolitanas imporiam seus interesses econômicos como sendo os interesses locais comuns, cabendo apenas ao Estado a função política *mediadora* entre o contexto reprodutivo do mercado mundial e as estruturas socioeconômicas internas. Como consequência dessa determinação externa, a função estatal mediadora acabaria beneficiando a estrutura do mercado mundial, que seria a base reprodutiva material desse Estado. Já segunda característica importante desse tipo de Estado (a heterogeneidade estrutural interna) seria detectada na subsistência de diversas formas pré-capitalistas de produção e intercâmbio. Estaríamos diante de sociedades fragmentadas, “estruturalmente heterogêneas”, onde as relações de produção capitalistas não apenas estariam desenvolvidas de forma e intensidade díspares, mas também teriam sérias dificuldades em se estabelecer plenamente — isto é, encontrariam obstáculos marcantes nas esferas da produção (trabalho assalariado livre etc.), circulação (relações de intercâmbio equivalente) e da ação sócio-política dos agentes sociais (estrutura de classe inacabada e difusa, não constituição do cidadão livre e igual etc.).

Em suma, nos seus aspectos constitutivos gerais, o Estado periférico não representa um capital surgido de uma acumulação interna, tampouco diz respeito a uma sociedade capitalista de classe plenamente desenvolvida. Assim delineado, o papel geral do Estado seria precisamente o de mediador político entre as estruturas sociais subdesenvolvidas do espaço econômico local e as forças econômicas predominantes do mercado mundial. A situação de dependência precederia, por um lado, a constituição do Estado nacional soberano, e por outro, as formas burguesas de dominação e o predomínio das relações pré-capitalistas de produção. Esses desajustes não são considerados pelo autor como “anomalia”, mas como revelação de

que as relações do mercado mundial antecedem histórica e funcionalmente às relações mercantis no seio das sociedades periféricas, não se distanciando assim da lógica do desenvolvimento capitalista em escala mundial.

Apesar da importante tentativa de pensar o Estado periférico, a obra de Evers sofre limitações e problemas teóricos sérios. Identifiquemos apenas algumas implicações teóricas problemáticas das teses do autor. Evers desconsidera que o espaço nacional é o contexto econômico necessário de reprodução do capital. Nesse sentido, torna-se difícil sustentar a tese do papel *mediador/regulador* do Estado periférico quando este é determinado, interna e externamente, pela estrutura reprodutiva do mercado mundial. Liquidado o papel mediador do Estado por obra do mercado mundial, esse Estado fica reduzido a um mero subaparelho administrativo do Estado metropolitano. E esse problema se compatibiliza com outro, igualmente importante: devido às duas características principais, esse Estado viveria fadado a crises políticas e instabilidade endêmica e assolado pela violência sem limites, configurando-se assim um Estado de exceção permanente (ditadura civil ou militar) (EVERS, 1985, p. 195).<sup>67</sup> Isto porque o aparelho de Estado periférico padeceria de crônicas deficiências funcionais (“incoerências inerentes” da burocracia estatal), as quais oscilam entre a heterogeneidade, hipertrofia, estatização, centralização e dispersão — isto é, um conglomerado de instâncias e funções anômalas. Tais deficiências se devem à materialização das diversas exigências funcionais no interior do Estado que produzem uma “tendência à hipertrofia e heterogeneidade” do aparelho estatal sem que se altere sua “capacidade reguladora”. Assim, o fato desse Estado ser “fraco” e “forte” ao mesmo tempo, que a esfera estatal esteja mais adiantada nas transformações burguesas do que a esfera econômica, que o político se adiante no processo de transformação ou de inserção nas formas de produção capitalista, não mudaria em nada o caráter constitutivo do Estado periférico defendido por Evers.<sup>68</sup> Enfim, uma transição capitalista periférica, tal como se dera historicamente nos países capitalistas avançados, seria praticamente impossível: fica bloqueado tanto o desenvolvimento capitalista quanto o funcionamento da democracia burguesa de forma “plena” (EVERS, 1985, p. 43). E isso se deve ao fato de que o Estado capitalista periférico

---

<sup>67</sup> É curioso que uma versão mais ou menos atualizada sobre o Estado de exceção permanente é o defendido por Agamben (2004): tanto o Estado capitalista periférico como os dos países centrais teriam essa característica imutável.

<sup>68</sup> Uma análise – de matriz teórica diferente - que conduz a conclusões semelhantes é a de Bernardo (1998, 2009). Utilizando o esquema de Estado Amplo e Estado Restrito (que evoca o conceito de Estado ampliado em Gramsci), o Estado acaba sendo reduzido a um sub-aparelho regional do Estado metropolitano e, sobretudo, dominado pelas grandes corporações multinacionais no capitalismo global, a tal ponto de desaparecer, não tendo um papel próprio no processo de acumulação de capital no espaço nacional específico na periferia do capitalismo.

nada teria a cumprir no processo de acumulação de capital, pois conforme se sublinhou acima, ele não é outra coisa que um mero subaparelho do Estado metropolitano.

Ademais, a contradição — apontada pelo autor — entre o Estado burguês e as relações pré-capitalistas de produção não é reconhecida como manifestação das características próprias dos períodos de transição, conforme o processo de dissolução-conservação detectados por Marx e Lênin. No esquema teórico de Evers, a forma e função do Estado periférico derivam da função do capital (primado da circulação do capital), um esquema reducionista que obstaculiza o estudo do Estado enquanto objeto relativamente autônomo de análise — isto é, a estrutura jurídico-política e o político seriam meros reflexos da estrutura econômica dos países capitalistas metropolitanos. Tais observações ficam reforçadas quando detectamos que o autor privilegia, na sua análise do Estado periférico, as formas de inserção desses países no mercado mundial, deixando de lado a importância do exame daquilo que o autor chama “formas institucionais do Estado” — as formas de Estado, formas de regime, o papel constante da instituição-aparelho estatal em relação à esfera econômica. Isso se deve ao fato de Evers partir do suposto de que existe um modelo lógico de “Revolução burguesa” (confusão da revolução burguesa nos seus dois sentidos) que é aplicado à análise do Estado em questão, e que aparece como uma força histórica generalizável sempre em avanço, como fim necessário (caráter teleológico). Mesmo que insista em que o Estado burguês típico nunca tenha existido na sua forma pura, não há em Evers uma explicitação das premissas do “conceito lógico de Estado burguês”, nem um exemplo de revolução política burguesa (formação do Estado) nos principais países europeus.

Finalmente, não é possível analisar o Estado capitalista dependente nos termos da correspondência/não-correspondência entre base econômica e superestrutura, bem como nos da reciprocidade/não-reciprocidade entre as esferas econômica e política, conforme quer Evers. Seguindo as lições de Marx, Balibar já havia alertado esse problema em 1965: no período de transição do modo de produção capitalista (MPC) que reflete uma coexistência simultânea de vários modos de produção — as formas do direito, da política e do Estado não apenas estariam desajustadas em relação à base econômica, mas também primam sobre as formas da estrutura econômica capitalista. Tal desajuste se apresenta sob a forma de “não-correspondência” justamente devido ao fato de que “o modo de intervenção da prática política, em vez de conservar os limites e de produzir seus efeitos sobre sua determinação, os desloca e os transforma” (BALIBAR, 1988, pp. 333-334).<sup>69</sup> Em suma, nos períodos de

---

<sup>69</sup> Mesmo fazendo uma autocritica posterior (em relação às posturas teóricas adotadas nos trabalhos de 1965-1967) na qual é negada a possibilidade de sustentação duma teoria geral do modo de produção e duma teoria

transição a estrutura jurídico-política “prima por antecipação” sobre a instância econômica. A heterogeneidade estrutural interna detectada por Evers — a qual reflete, nos períodos de transição, uma forte presença de relações de produção pré-capitalistas —, não é outra coisa senão uma característica comum às formações sociais de transição em geral, e não um traço constitutivo das sociedades capitalistas periféricas.

Um trabalho semelhante ao de Evers, no que diz respeito à forma e função do Estado periférico, é o de Sonntag (1990).<sup>70</sup> Para este autor, o contexto de dependência econômica se explica pelo fato de que nas sociedades periféricas o político ocuparia, permanentemente, o papel dominante na estrutura total (o econômico estaria “em última instância”). A instância política teria uma força crucial na periferia, transformando-se em fator único de coesão de toda a estrutura: concentraria todas as relações e luta entre as classes, que se convertem sempre em lutas políticas e que provoca crises políticas permanentes. Nesse sentido, a instauração do Estado burguês (na sua acepção “típica”) na periferia do capitalismo seria impossível. Assim, a única forma de Estado viável seria um “tipo” de Estado de exceção permanente para essas sociedades.

Na análise dos casos de Paquistão e Bangladesh, Alavi (1972),<sup>71</sup> contrariamente às análises de Sonntag e Evers, mostrou que as sociedades pós-coloniais herdaram do período colonial um aparelho estatal altamente desenvolvido em relação a sua estrutura social interna. Ou seja, no período colonial, a superestrutura ficou superdesenvolvida em relação à “estrutura”, no sentido de que sua base econômica seria a própria estrutura metropolitana. Mas esta se separa no momento da independência (tese oposta à de Evers), possibilitando o desenvolvimento das funções básicas desse *Estado Nacional*, mesmo num contexto de dependência, com uma autonomia relativa perante o capital estrangeiro e as classes ou frações burguesas locais. Justamente por ter “força” própria, ele seria mediador/árbitro — essa seria uma das funções importantes detectada por Alavi, afastando-se das concepções economicista e instrumentalista do Estado — dos conflitos de interesse entre as três classes fundamentais das sociedades pós-coloniais: a burguesia metropolitana, a burguesia local e os proprietários de terra. A outra função básica do Estado seria a de preservar a ordem social vigente: a instituição da propriedade privada e a dominação do modo de produção capitalista. O Estado

---

geral da transição, Balibar (1975, p. 223) reconhece que o materialismo histórico permite compreender “uma *problemática geral* da ‘transição’ nas formações sociais”.

<sup>70</sup> Embora trabalhe com conceitos elaborados pelo grupo althusseriano do período 1960-1967 — “determinação em última instância” e “dominância”, cuja operacionalidade foi questionada por Saes (1994, 1998b) —, Sonntag não se desvencilha da influência das concepções instrumentalistas de Estado que se reflete no seu conceito de “Estado de exceção permanente”, que Evers utiliza amplamente.

<sup>71</sup> Evers cita este artigo (1985, p. 86, nota 121), mas discorda das principais teses defendidas por Alavi.

permanecerá sob a influência das burguesias imperialistas das metrópoles para manter sua dominação nas sociedades pós-coloniais. E essa influência é exercida através do aparelho da burocracia estatal, particularmente nos investimentos feitos para seu fortalecimento. É por isso que o maior beneficiário da autonomia relativa do Estado seria o próprio neocolonialismo, justamente por conferir a seus respectivos governos a suficiente abertura aos interesses externos na elaboração da política nacional (“ajuda” metropolitana etc.).<sup>72</sup>

Por outro lado, na sua análise sobre a situação dos Estados capitalistas pré-populistas da América Latina, Vergopoulos (1983) concluiu que tais Estados se constituíram de forma independente sem uma verdadeira burguesia nacional, ou então sem que esta fosse capaz de funcionar como tal. Por isso, tais Estados seriam “independentes”. Todavia, em situações em que a oligarquia local ou regional chegue a dominar o Estado, este teria uma certa independência no exercício do poder porque funcionaria como um Estado nacional, e pelo fato de que tal classe estar fragmentada, não funcionando como uma classe nacional, mas como uma ordem pré-capitalista, limitada geográfica e socialmente. A burguesia periférica moderna surgiria do inchaço social do Estado e das relações que com ela se estabeleceriam.

Outro autor que procurou dar uma explicação ao fenômeno do Estado dependente foi Poulantzas em *A Crise das Ditaduras* (1976). Esta obra aborda as relações entre os regimes ditatoriais da Espanha, Grécia e Portugal e a nova fase do imperialismo, denominada industrialização dependente. Recorrendo à noção de dependência para analisar esses regimes, o autor coloca a possibilidade de, num plano geral e abstrato, poder falar acerca de um “tipo” de *Estado capitalista dependente*. Mas não propõe nenhuma definição para esse novo tipo de Estado. Pelo contrário, *limita-se* a afirmar que ele apresentaria características comuns a todas as sociedades dependentes devido ao fato de que isso corresponderia a uma dupla situação: “às modificações gerais que o imperialismo lhes impõe” e ao desempenho de “suas funções gerais que lhe cabem” em razão da atual fase do imperialismo (1976, p. 19).

Em suas outras obras, Poulantzas apenas fornece *indicações gerais* sobre o “tipo” de Estado dependente. Em *Fascismo e Ditadura* (1978) mostra como, no período de transição de uma fase do capitalismo a outra e dum estágio a outro na Europa (do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista), a intervenção do Estado é constante; e no caso dos países que faziam parte dos elos mais fracos da cadeia imperialista, revela que Estado adquire uma intervenção redobrada no desenvolvimento do capitalismo. Em *As Classes Sociais no*

---

<sup>72</sup> Contudo, um dos problemas da análise de Alavi é que a burocracia estatal detém um papel central no processo de mediação/arbitragem, incorrendo numa concepção de Estado neutro ou Estado sujeito: a burocracia estatal ganharia autonomia absoluta e tenderia a se comportar como “ator social”. A mesma concepção é adotada na análise de Martins (1985) sobre o caso brasileiro.

*Capitalismo de Hoje* (1975) retoma o conceito marxista de *dissolução-conservação* para se referir ao movimento complexo e contraditório do domínio do modo e de formas de produção capitalistas sobre os outros modos e formas de produção pré-capitalistas. No que tange ao caráter do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, ao papel do Estado, bem como ao caráter da relação entre os países capitalistas dominantes e os situados na periferia do capitalismo, Poulantzas (1975, p. 46) não considera que esses fenômenos sejam determinados pela circulação do capital e por um tratamento teórico determinado pela separação entre o desenvolvimento capitalista central e o periférico, enquanto relações externas. Ou seja, o processo de dominação imperialista reproduz no interior das formações sociais periféricas a relação de dominação que as articula às metrópoles imperialistas: seguindo o raciocínio de Mao Tse-Tung, em *On Contradiction* (1953), os fatores externos agem através dos internos denotando o fenômeno de reprodução induzida denominada “nova relação de dependência” (1975, p. 50). Em suma, a pesar de Poulantzas ter se referido indiretamente ao Estado dependente, sem elaborar seu conceito, suas indicações empíricas e analíticas sobre o assunto são necessárias e importantes, que servem como base para os pesquisadores busquem elaborar um conceito alternativo.<sup>73</sup>

Chegamos assim ao final desta parte concluindo que não existe um conceito ou teoria definida sobre o Estado capitalista periférico. E a pergunta que se impõe é: o que fazer? Construir o conceito ou teoria desse tipo de Estado? Nossa proposta de trabalho é mais modesta, conforme já vimos ao longo deste texto e como se verá mais à frente.

Para tanto, utilizaremos o conceito de Estado capitalista elaborado por Poulantzas em 1968 e ao mesmo tempo o conceito de Estado burguês proposto por Saes (1985, 1998a, 2001). Assim, partimos da hipótese segundo a qual a proposta de uma teoria marxista do Estado definida (portanto não eclética) e trabalhada sistematicamente, mesmo apresentando problemas secundários, já está feita nos trabalhos dos dois autores mencionados. Ela serve como uma teoria geral de Estado para ser aplicada tanto aos países capitalistas centrais quanto aos periféricos. Portanto a tese da inexistência de uma teoria marxista definida de Estado é altamente problemática. Por isso, o reaparecimento do debate sobre o assunto é altamente problemático, pois os interesses que estão por trás dos autores que defendem a tese mencionada revelam que nossa postura aqui defendida sobre o assunto não é indevida.

Por fim, utilizaremos a bateria de conceitos dos dois autores mencionados, principalmente nos baseando na redefinição crítica dos conceitos poulantzianos (do primeiro

---

<sup>73</sup> A esse respeito a única pesquisa que incursiona na tentativa de elaboração do “Estado dependente”, tomando em conta o caso do Brasil, salvo engano nosso, é o de Souza (2002).

Poulantzas, claro) feita por Saes. Nos referimos aos conceitos Estado burguês, burocratismo, direito burguês, bloco no poder, hegemonia, sistema hegemônico e a problemática dos sistemas multifuncionais e plurifracionais de classe no capitalismo (SAES, 1985, 1994a, 1998b, 2001, 2012, 2014).

### 1.2.1 Uma proposta de análise alternativa<sup>74</sup>

A retórica sobre a “globalização” das sociedades capitalistas contemporâneas tornou-se hegemônica desde o início da década de 1990. Pressionado pelas forças globalizadoras da economia do livre mercado, o Estado nacional sofreria um processo irreversível, senão de extinção, pelo menos de perda paulatina de sua soberania: um Estado extremamente vulnerável tanto diante dos organismos internacionais como das múltiplas instituições dominantes do mercado mundial (Habermas, 1987, 1995; Ianni, 1996). Entretanto, a atual tendência do processo de globalização econômica e de redefinição do papel dos Estados capitalistas (centrais e periféricos) parece ter tomado outro rumo. Nesse sentido, na atual fase do capitalismo —caracterizada como neoliberal—, cuja situação atual atravessa momentos críticos —ressurge a problemática do papel do Estado com maior força (Jessop, 1998; Harvey, 1992, 2010; Duménil; Lévy, 2004; Chesnais *et al.*, 2003). Tal problemática tende a ganhar relevância no caso dos Estados situados na periferia do capitalismo.

O objetivo central deste item é repensar a problemática da relação entre desenvolvimento capitalista e Estado periférico. Mais especificamente, busca-se desenvolver uma discussão teórica sobre o papel e funcionamento do Estado burguês<sup>75</sup> na América Latina. Para tanto, analisa-se criticamente a literatura mais importante produzida sobre o assunto, focalizando as principais características da dinâmica das transformações sócio-históricas gerais dos Estados latino-americanos a partir da década de 1950. Como referência, privilegia-se a análise do processo político e o desenvolvimento econômico num contexto de transição capitalista periférica e de implantação de tipos de capitalismo dependente. Enfim, procura-se identificar as variações dos processos de formação desses Estados de acordo com as fases de instauração

---

<sup>74</sup> Parte deste item foi publicado como capítulo de livro intitulado “Desenvolvimento capitalista e Estado burguês na América Latina: balanço bibliográfico e perspectivas analíticas”, baseado principalmente na primeira parte desse capítulo (DURAN GIL, 2021).

<sup>75</sup> Adotamos o conceito de “Estado burguês” proposto por Saes (1990, 1998b) — diferentemente do conceito de “Estado capitalista” elaborado por Poulantzas (1968) —, que pode ser utilizado na análise sobre os Estados na periferia do capitalismo. Uma tentativa de aplicação do conceito de Poulantzas ao caso boliviano foi feito por nós (DURAN GIL, 1998). Outra tentativa importante sobre o Estado burguês periférico aplicado ao caso brasileiro foi feita por Souza (2002).

do capitalismo em diversas regiões do continente ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1950.

As análises sobre o papel geral do Estado na sociedade capitalista e sobre a sua função nas formações sociais dependentes e periféricas não são novas. A maioria dos trabalhos sobre a problemática dos Estados burgueses periféricos data dos anos 1960 e 1970 conforme mencionado no último item deste texto. Em seus aspectos gerais, a preocupação comum centrou-se nas seguintes caracterizações:

- 1) Os Estados latino-americanos tornaram-se burgueses somente quando o modo de produção capitalista substituiu o modo de produção feudal, momento em que se implanta e domina no espaço nacional —transformação que teria ocorrido a partir de 1930;
- 2) Eles seriam o resultado da revolução burguesa em geral, comandada pela transformação capitalista na esfera econômica;
- 3) Em tais países somente poderia surgir um Estado burguês autoritário, intervencionista e de exceção permanente pelo fato de a revolução burguesa ter ficado inconclusa, situação que seria mais marcante em países mais atrasados.

Embora tais caracterizações apontem para fatos sócio-históricos gerais inegáveis, elas compartilham três supostos problemáticos que interditam o avanço da análise científica do objeto em questão.

O primeiro suposto diz respeito à concepção linear e cronológica da transição dos modos de produção pré-capitalista ao modo de produção capitalista. A esse respeito, três aspectos teóricos importantes devem ser salientados. Primeiramente, sabemos que em seus estudos sobre a transição de um modo de produção para outro, Marx insistiu que não existe passagem direta de um modo de produção a outro, ora do escravismo para o capitalismo, ora do feudalismo para o capitalismo (MARX e HOBSEBAWM, 1971; HOBSEBAWM, 1971).

Em segundo lugar, na transição histórica das formações sociais pré-capitalistas ao capitalismo se interpõem relações de produção pré-capitalistas, relações de produção servis. Marx também detectou que no processo de transição ao capitalismo se conservam ainda, ou não são completamente dissolvidas, as “relações pessoais de dependência, carência de liberdade pessoal, no grau que seja, e agrilhoamento a terra como acessório dela, servidão, no sentido estrito da palavra” (MARX e HOBSEBAWM, 1971, p. 30). Isso significa que o surgimento do trabalhador assalariado e comprador de seus meios de subsistência pressupõe a

existência prévia de relações de produção servis como fase necessária para a generalização das relações de produção capitalistas. Numa formação em que são dominantes tais relações de produção, o camponês dependente tem a possibilidade de acumular algum lucro devido ao desenvolvimento da agricultura de alimentos e da produção artesanal. Todavia, nesse processo de transição, deve-se salientar o caráter *antecipatório* do papel do direito, do político e, sobretudo do papel crucial do Estado em relação ao econômico. Este caráter foi detectado por Marx nas suas observações sobre a “acumulação primitiva”: legislação fabril e outros aspectos da intervenção do Estado na fase inicial de instauração do capitalismo — um processo marcado por um inusitado autoritarismo e violência.

Em terceiro lugar, as observações teóricas feitas por Lênin sobre o caráter das formações sociais capitalistas e sobre o Estado burguês afastam a concepção economicista e cronológica (passagem direta) da problemática da transição dos modos e formas de produção pré-capitalista ao modo de produção capitalista. Em seu célebre trabalho *El desarrollo del capitalismo en Rusia* (1981), Lênin mostrou que na formação social russa do final do século XIX, marcada pelas relações de produção servis em razão da presença majoritária do campesinato e da grande propriedade fundiária, a transição ao capitalismo no país poderia adotar dois caminhos: a via *junker* ou a via *farmer* — mais lento no caso da primeira —, por conservar “ainda por muito tempo os traços da servidão”, e supostamente mais acelerado no caso da segunda. Nesses processos de transformação, a conservação de traços de relações de produção pré-capitalistas nunca foi considerada como um fenômeno anômico ou irracional, diferentemente da maioria dos autores que abordam a problemática na América Latina. Todavia, tal fenômeno é considerado como uma contradição inerente ao desenvolvimento histórico do capitalismo em qualquer país, central ou periférico (LÊNIN, 1981, pp. 15, 651 e segs.).

O segundo suposto diz respeito à concepção do tipo de sociedade que teria vigorado antes da formação do Estado burguês na América Latina: tal sociedade foi caracterizada indistintamente como colonial (modo de produção colonial) e feudal (modo de produção feudal). Sabemos que na América Latina nunca foi implantado o modo de produção feudal,<sup>76</sup> embora no debate travado entre marxistas e nacionalistas-populistas nos anos 1940 e 1950 a implantação do mesmo aparece como um *fato real*. Com exceção do Brasil colonial, certas regiões do Caribe e do sul estadunidense, onde vigoraram relações sociais escravistas (e a instauração de uma variante de Estado escravista moderno) até pelo menos o último quartel

---

<sup>76</sup> Sobre a problemática da existência de diversas formas de trabalho e modos de produção, consultar: Assadourian *et al.* (1974).

do século XIX — conforme os estudos de Genovese (1968, 1979) e Gorender (1978) —, no resto do continente vigoraram relações sociais servis, muito diferentes das relações sociais feudais implantadas na Europa. No período republicano (1810 em diante), a maioria dos estudiosos sobre o assunto detecta a coexistência de relações sociais servis com relações sociais capitalistas (estas se implementam com muita dificuldade e se expandem com lentidão), com dominância das primeiras. Nesse contexto, surge uma instituição que a maioria dos autores denomina *colonato* (com suas diversas formas de exploração do trabalho e de formas de produção nas distintas regiões da América Latina), caracterizado pela prestação de sobretrabalho compulsório e gratuito do trabalhador direto ao patrão latifundiário.

Estudos sociológicos sobre a exploração do trabalho no campo mostram que em alguns países como, por exemplo, na Bolívia, vigoravam ainda, no final dos anos 1970-80, relações sociais típicas do colonato e relações sociais servis. Neste último caso, exploração de índios guaranis pelos latifundiários bolivianos na região sul do país: os índios eram agrilhoados por dívidas. Entre os principais mecanismos de sujeição estava o livro de contas, junto com a promessa de pagamento do salário no final de ano, o qual o patrão nunca pagava (HEALY, 1982). O autor identificou 21 famílias latifundiárias do município Huacareta (sul do país) que utilizaram mais de mil chiriguanos/servos. Nos dez municípios dessa região existiam 300 proprietários, dentre os quais 160 utilizavam índios guarani, cujo número chegou a sete mil famílias. Todavia, o autor mostra que entre os indicadores de riqueza dos latifundiários economicamente poderosos daquele município estavam:

- 1) O valor das vendas anuais de produtos agrícolas (gado, porcos, milho etc.);
- 2) A obtenção de créditos dos bancos estatais;
- 3) Tratores; e
- 4) O *plantel de chiriguanos* como o indicador chave da riqueza dos proprietários fundiários.

Tais estudos empíricos conferem ampla validade às teorias sobre a transição histórica das formações sociais pré-capitalistas ao capitalismo, conforme enunciado acima: a interposição de relações de produção pré-capitalistas, relações de produção servis, isto é, a detecção de um processo dialético de *dissolução-conservação*<sup>77</sup> das antigas relações sociais pré-capitalistas que coexistem com as relações sociais capitalistas.

---

<sup>77</sup> Conceito elaborado por Marx em as *Formen* e em *O Capital*, que conota o movimento complexo e contraditório do domínio do modo e de formas de produção capitalistas sobre os outros modos e formas de

Já o terceiro suposto problemático sobre as caracterizações do Estado diz respeito à sobrestimação da instauração das relações de produção capitalista na América Latina e, por conseguinte, da exclusão da análise concreta da estrutura jurídico-política (Estado). Ou seja, a formação do Estado burguês foi entendida como uma mera consequência (um epifenômeno) da transformação na esfera econômica: os Estados latino-americanos foram qualificados como burgueses ou capitalistas prescindindo de uma definição prévia, sem a aplicação de uma análise específica da estrutura jurídico-política (necessária à reprodução das relações de produção capitalista), porém simplesmente com a aplicação de um conceito de Estado em geral. Ou por outra, os Estados latino-americanos pós-1930 foram, mormente, qualificados como Estados burgueses ou capitalistas porque as relações de produção dominantes nessas formações sociais eram relações de produção capitalistas – uma operação de mera transposição, para o plano do Estado, dos resultados obtidos na análise de classificação das relações de produção. Assim, tais Estados deveriam, automaticamente, ser Estados burgueses ou capitalistas. O que obstaculizou – através de uma operação reducionista — a consideração do Estado como objeto relativamente autônomo de análise (SAES, 1990, p. 21).<sup>78</sup>

Por outro lado, existe um outro elenco de elementos igualmente problemático das caracterizações supramencionadas que também deve ser salientado. Em primeiro lugar, tais análises negligenciam o exame tanto da diferenciação das transformações e mudanças das formações sociais capitalistas centrais e periféricas, como dos aspectos constantes em ambas as formações sociais. Se as primeiras atravessam uma fase avançada no atual estágio do capitalismo, as segundas experimentam ainda fases de transição capitalista periférica e de implantação de tipos de desenvolvimento capitalista dependente, embora ambas as formações tenham sido determinadas, de um modo desigual, pelo estágio avançado do capitalismo monopolista de Estado no pós-1930 e pós-1945. O que significa que existem diferenças importantes no funcionamento das duas formações capitalistas: defasagem histórica nas formações capitalistas periféricas tanto na ocorrência das fases das revoluções burguesas em geral, como nos estágios do desenvolvimento capitalista; atraso significativo do processo de industrialização em relação às formações capitalistas centrais; industrialização acelerada e induzida (num tempo relativamente curto) nas formações sociais da periferia do capitalismo. Todavia, estas últimas tendem a ser determinadas pelo funcionamento do Estado burguês

---

produção pré-capitalistas. Ver: Marx e Hobsbawm (1971), Lênin (1981) e Poulantzas (1975) e sobretudo Saes (1994).

<sup>78</sup> Entre os trabalhos importantes que estudam a problemática da formação do Estado na América Latina, porém sem o enfoque aqui adotado, estão: Kaplan (1974), Casanova (1980), Fernandes (1976), Faoro (1998), Ianni (1989a, 1989b) e Boron (1994). Uma análise alternativa sobre o assunto oferece Saes (1985, 1990, 1998a, 1999, 2001).

periférico, bem como pelas economias capitalistas centrais, nomeadamente pela ação marcante do imperialismo estadunidense no caso dos países latino-americanos.

Em segundo lugar, tais análises aplicam uma comparação *vis-à-vis* entre as formações sociais do capitalismo periférico e as das formações do capitalismo central, o que seria amplamente problemático. Vale dizer, partem do suposto de que o desenvolvimento do capitalismo e da democracia burguesa (aspectos da revolução burguesa em geral) iniciados nas últimas formações sociais seria o único modelo histórico generalizável a ser aplicado às formações capitalistas atrasadas. Mais especificamente, existiria uma confusão entre *revolução política burguesa* (a formação do Estado burguês) e *revolução burguesa em geral* (constituição de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova estrutura do Estado, uma nova ideologia dominante): esta se inicia antes e termina depois da primeira (SAES, 1985, 1990, 1998a). O que vai de encontro com a concepção, presente na maioria dos autores que abordaram o assunto na América Latina, “da revolução política burguesa como o momento histórico único de concretização da passagem ao capitalismo, ou como o ponto-limite para além do qual uma formação social passa a se desenvolver plenamente segundo as leis de movimento do capitalismo” (SAES, 1990, p. 16).

Em terceiro lugar, a intervenção do Estado na economia tende a ser vista como negativa e irracional, e no limite, como disfunção ou anomia. Se tal intervenção é um traço constitutivo do conceito de Estado em geral, modificando-se e adotando formas diferentes de acordo ao modo de produção estabelecido (escravista, despótico, feudal, capitalista), no modo de produção capitalista — pensamos — a intervenção do Estado burguês adquire aspectos peculiares: separação formal das esferas econômica e política, não intervenção direta da estrutura jurídico-política no aparelho econômico (processo produtivo). No fundamental, o Estado burguês intervém politicamente organizando a hegemonia política das classes ou frações de classe capitalistas exploradoras dominantes. Mais especificamente, as formas de intervenção econômica estão sobredeterminadas tanto pelas funções cruciais do Estado burguês, como pelas fases pelas quais atravessa o capitalismo (concorrencial, monopolista, capitalismo monopolista de Estado, acumulação flexível ou neoliberalismo etc.). Noutros termos, uma vez feita a revolução política burguesa (instauração do Estado burguês), ocorre um processo dialético de interconexão sem determinação (correspondência mútua ou implicação recíproca) entre as esferas política e econômica nas formações sociais capitalistas, centrais e periféricas, constitutivas do processo de reprodução das sociedades humanas — neste caso, reprodução ampliada do capital — conforme as teses de Marx (1970) no Terceiro Livro de *O Capital*, retomadas por Poulantzas (1968) para elaborar seu conceito de Estado

capitalista e por Saes (1990, 1998a) para elaborar o conceito de “Estado burguês”.<sup>79</sup> E as funções cruciais do Estado seriam, conforme Poulantzas e Saes, garantir as condições ideológico-políticas necessárias para a reprodução das relações de produção capitalista e organizar de um modo particular a dominação de classe: organização interna do aparelho de Estado (burocracia) comandada pelas regras do burocratismo (aspecto típico do Estado burguês, que não se encontra na organização interna dos Estados nas formações sociais anteriores ao capitalismo).

Nas fases dos processos de implantação de tipos de desenvolvimento capitalista dependente o Estado cumpre um papel crucial:<sup>80</sup> intervém maciçamente na aceleração do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e na reprodução das relações de produção correspondentes dominadas pelo capital estrangeiro imperialista no espaço nacional, concretizando os interesses políticos desse capital como produto da autonomia relativa do Estado diante das classes dominantes cuja relação com a luta de classes é direta (SOUZA, 2002, pp. 61-62 e 55 e segs.) — isto é, organiza a hegemonia do capital monopolista estrangeiro e das frações de classe burguesas nativas acopladas a esse capital. Ou inversamente, as forças econômicas preponderantes agem na retardação do processo do desenvolvimento capitalista nos países dependentes, embora a tendência geral seja a de dissolver as relações de produção pré-capitalistas, mas de forma lenta e conflituosa, dependendo do país. E esse papel do Estado não é isento de contradições devido a uma dupla situação: a dependência diante dos países capitalistas centrais (principalmente das múltiplas intervenções do grande capital estrangeiro e do imperialismo estadunidense na América Latina), e a presença de relações sociais correspondentes a modos de produção pré-

---

<sup>79</sup> Adotamos a tese proposta por Saes (1994b) segundo a qual o desenvolvimento das sociedades humanas onde “vigora a lei da interconexão sem determinação — ou implicação recíproca — entre estruturas de um modo de produção é aplicável na análise dos processos sociais de curto prazo, ou seja, dos processos de funcionamento reprodutivo das sociedades humanas”. Já “a lei do caráter em última instância determinante do ‘fator econômico’ (mais exatamente, do desenvolvimento das forças produtivas) é aplicável na análise dos processos sociais de longo prazo, que implicam a transformação qualitativa das sociedades humanas: são os processos de transição de um modo de produção a outro” (SAES, 1994b, pp. 58-59). Essa última lei, também formulada por Marx, consta no famoso *Prefácio* de 1859.

<sup>80</sup> Devido às interpretações problemáticas de alguns aspectos do tema da transição em Balibar (1988) e em Poulantzas (1968) (cf. SAES, 1994, 1998b), restringimos, aqui, a nossa argumentação à questão teórica da transição, no modo de produção capitalista, de uma fase para outra, problemática distinta da transição de um modo de produção para outro. De Poulantzas, somente retemos a ideia de que na passagem do estágio do capitalismo monopolista ao do capitalismo monopolista de Estado, a intervenção do Estado tende a ser acrescida; e nas formações capitalistas da periferia europeia do período do fascismo, nos elos mais fracos da cadeia imperialista, o Estado teve um papel não apenas crucial, mas também redobrado (POULANTZAS, 1978, pp. 21-22; 1975). Em relação às temáticas da transição capitalista periférica, a instauração de tipos de capitalismo dependente, bem como o papel do político e do Estado, ver: Lênin (1973, 1981); Kalecki (1980); Bettelheim (1969); os dois trabalhos de Saes citados acima; Gerschenkron (1968), Tavares (1978); Cardoso e Brignoli (1983) e Mello (1998).

capitalistas: bloqueio de uma reforma agrária efetiva, não capitalização do campo, manutenção do latifúndio, das classes da pequena produção e do campesinato.

As formas intermediárias ou variações de desenvolvimento, no caso da América Latina, se processam de acordo com esse caráter dialético da relação de correspondência mútua entre processo político (Estado) e processo econômico. Daí as caracterizações da industrialização não apenas dependente, mas também retardatária e periférica; ou retardatária, dependente e acelerada, como o caso brasileiro; países que atravessaram um processo de desenvolvimento capitalista mais tardio e recente (a partir dos anos 1950 e 1960), porém com baixo nível de industrialização, como é o caso da maioria dos países latino-americanos, diversos tipos de economias de enclave em certos países andinos (atividade mineiro-extrativa) e centro-americanos (monocultura ou domínio total da economia pelo capital estrangeiro). Assim, tanto as transformações substanciais como as de cunho mais leve na esfera econômica tendem a se processar através desse processo de correspondência mútua entre economia e política, cujo papel o Estado capitalista dependente justamente tende a reproduzir no espaço nacional as condições de dominação determinadas pelo capital estrangeiro imperialista.

Nesse contexto de implantação de tipos de capitalismo dependente, as transformações socioeconômicas, impulsionadas ou relativamente bloqueadas pela intervenção do Estado e pelas forças capitalistas dominantes, têm implicações políticas da maior importância. Mencionemos rapidamente cinco implicações políticas que nos parecem mais relevantes (SAES, 1984, 2001):

- 1) A ascensão política da pequena burguesia ou classe média nacionalista antioligárquica e da classe trabalhadora que contribuíram (de um modo e intensidade desigual) a organizar politicamente as massas populares (pequena burguesia, camadas médias e campesinato) e passam a influenciar a política de Estado;
- 2) A pressão direta (sem mediação partidária, ou através das organizações sindicais) das massas trabalhadoras urbanas sobre o Estado para que este implemente uma estrutura necessária às exigências da reprodução da força de trabalho — tal reivindicação converte-se em luta política permanente;
- 3) A redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder, a qual transforma a forma de Estado e o regime político e acaba provocando a emergência de novas crises políticas — esta seria a implicação política crucial;

- 4) O processo de industrialização tende a ser comandado pela burocracia estatal, o que provoca constantes conflitos entre esta e as classes ou frações de classe que compõem o bloco no poder e lutas intensas entre elas;
- 5) A emergência de frações de classe diferentes, como as burguesias internas, que, em geral, são criadas “pelo alto” – ou seja, pelo Estado – e que modificam as relações entre as frações burguesas “nativas” (como a burguesia “compradora” ou associada ao capital estrangeiro) no seio do bloco no poder, porém são incapazes, de um lado, de se converterem em “burguesias nacionais” como as do estilo europeu, e de outro, de peitar o capital estrangeiro monopolista (capital financeiro) e imperialista (SAES, 1999, 2015; DURAN GIL, 2010, 2017).

A maioria desses fatores socioeconômicos e políticos emergiu, na América Latina, com a instauração do sistema populista tradicional (1930-1960), que executou uma política de integração das massas trabalhadoras no sistema político (outorga de legislações social e trabalhista) com o objetivo de buscar uma base social de apoio para realizar seus projetos desenvolvimentistas — isto é, uma política de integração/controle das massas trabalhadoras. Enfim, o populismo marcou uma fase do processo de instauração de variantes de capitalismo dependente que é caracterizada pela crise crônica de hegemonia no interior do bloco no poder e pela necessidade do Estado de mobilizar as massas trabalhadoras com o fim de diminuir a instabilidade política que decorre dessa crise (SAES, 2001, pp. 77-78). A fase seguinte é marcada pela ascensão da hegemonia política do capital monopolista estrangeiro e a instauração do Estado militar, que liquida o Estado e sistema populista. Mas tal período se caracteriza pela emergência de novas crises e contradições políticas, abrindo assim uma nova fase de instabilidade política decorrente basicamente da incapacidade do Estado militar de desmobilizar/desorganizar, parcial ou completamente, as massas trabalhadoras e camponesas.

Para as massas populares, os problemas cruciais de cunho socioeconômico e político do período do populismo se alastram no período do autoritarismo militar, porém adotam novas formas. Neste período, continua sem solução (que se agregam aos novos problemas na fase do capitalismo neoliberal) a questão camponesa e étnica (maiorias indígenas excluídas nos países andinos e nos países latino-americanos), acentuada defasagem entre o padrão material de vida das massas populares e as exigências capitalistas de reprodução da força de trabalho, problemas de democracia política e dos direitos civis, políticos e sociais, etc. Numa palavra, surgem novas formas de lutas tanto dos antigos como dos novos setores que integram os

movimentos populares, os quais pressionam o Estado, direta e indiretamente, para que atenda as suas diversas reivindicações.<sup>81</sup>

A partir de meados dos anos 1980 assiste-se a uma nova fase do capitalismo (no Chile essa nova fase começou no em 1973 com golpe contra Allende), que aprofunda a dependência dos países latino-americanos, marcada pelo dismantelamento do Estado (contra o capital público e nacionalizado, resquícios das formas de Estado anteriores: populismo e autoritarismo militar) e pela limitação dos direitos políticos e sociais das massas trabalhadoras conquistadas nas fases anteriores: o neoliberalismo. Abre-se assim um novo ciclo de crises e contradições políticas que redundam na emergência de modalidades de instabilidade nas esferas econômica e política. Trata-se de uma nova fase histórica na qual os Estados da região atravessam atualmente um momento de crise da hegemonia do capitalismo neoliberal. E tal fase caracterizar-se-ia por um novo tipo de dependência, diferentemente daquela que teria vigorado até os anos 1980.

Para Saes, que nos alertou sobre a emergência duma “nova dependência”,<sup>82</sup> o esgotamento do modelo da antiga dependência teria ocorrido nos anos 1980, que defendia a instauração de um padrão de industrialização baseado na substituição de importações e a colaboração do capital estrangeiro (um tipo de desenvolvimento associado). A periferia do capitalismo estaria atravessando atualmente uma situação de passagem da antiga dependência a uma mais perversa, uma forma extrema, caracterizada pela unilateralização desse tipo de dominação econômica no plano histórico: o aprofundamento do empobrecimento causado pela pilhagem das economias periféricas — uma situação semelhante à “acumulação por despossessão” de Harvey (2010). Trata-se duma situação em que se impõe a manutenção do modelo de industrialização tradicional: o capital estrangeiro não realiza novos investimentos para fazer avançar a industrialização associada e, ao invés disso, impõe uma política estatal neoliberal baseada na privatização do setor público, a promoção da abertura comercial (contra o protecionismo) e a internacionalização do sistema financeiro na América Latina para auferir ganhos imediatos. Em consonância com esse raciocínio, Saes tinha sustentado que a implementação dessas três políticas (privatização, desregulamentação e abertura econômica ao capital internacional) implica numa mudança no *padrão de intervenção* do Estado capitalista na economia (SAES, 2001, p. 82) e não a diminuição ou nenhuma intervenção do

---

<sup>81</sup> Sobre este assunto, a bibliografia é enorme. Em relação aos problemas da luta pela instauração do Estado democrático e do regime democrático e suas consequências, ver: Therborn (1987); e sobre as contradições da democracia burguesa nos países centrais, consultar Therborn (1977).

<sup>82</sup> Na palestra intitulada “Desenvolvimento histórico da América Latina” proferida em 11/11/2005 no 4.º *Colóquio Marx e Engels* na Unicamp. Parte dessa exposição se encontra no artigo “Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência” (SAES, 2007).

Estado na esfera econômica. As crises econômicas de 1997, 2000, 2008 e a crise atual sob a pandemia do coronavírus ou covid-19 (que eclodiu em 2020) não fazem mais que confirmar as hipóteses mencionadas: os Estados burgueses dos países centrais praticamente “salvaram” o capital financeiro internacional e mergulhou na crise os países da periferia do capitalismo, não só repassando o ônus mas também aprofundando a dependência diante desse capital.

Em suma, as diversas fases de implantação do desenvolvimento capitalista dependente ao longo do século XX (caracterizado como desigual, retardatário e induzido) nos países mais desenvolvidos (Brasil, México, Argentina), carregaram (e ainda carregam) novas formas de luta de classes e de crises políticas intensas. Estas são marcadas pela ascensão política da classe trabalhadora, das classes médias e do movimento popular que passam a reivindicar seus direitos e influenciar a política estatal contra a emergência de novas frações burguesas e a não liquidação política e econômica da grande propriedade fundiária, submetidas atualmente aos grandes monopólios do agronegócio. As lutas e crises políticas tendem a causar modificações na composição do bloco no poder (que fica mais complexo), na redefinição da hegemonia política e na relação desse bloco com as classes dominadas. O que incide na revogação (de forma autoritária e violenta) das instituições políticas democráticas e repercute na instauração de novas formas de Estado e de regime político, provocando assim novas formas de crise e instabilidade política (cf. SAES, 2001, pp. 123-124). Trata-se assim de um quadro sócio-histórico que se configura como politicamente crítico e instável, instabilidade necessária a essas diversas fases de instauração do capitalismo dependente, nas quais o aparelho do Estado é o alvo privilegiado da luta de classes.

No caso dos países latino-americanos marcados por um desenvolvimento capitalista intermediário ou baixo (economias de enclave etc.), mormente o capital estrangeiro induz o Estado, através de múltiplas formas de estrangulamento, a retardar ininterruptamente a diversificação nos setores chaves da economia, contribuindo mais para a manutenção dos níveis de industrialização já alcançados (estagnação): boicote, bloqueio político-institucional contra as tentativas retardatárias de experiências nacional-desenvolvimentistas, mesmo tímidas, e de implantação de tipos de capitalismo de Estado, como no atual caso da Venezuela e da Bolívia. Ou então, para a indução de um processo de estagnação seguida de (ou com) desindustrialização (regressão). E o reforço desse tipo de economia redundando no acréscimo dos conflitos e lutas sociais e, por conseguinte, da emergência de novas crises, contradições e instabilidade política nesses países.

Assim, num dado país com as características mencionadas, e num contexto de regressão dos níveis (intermediário e baixo) de desenvolvimento capitalista já alcançados, ao invés de

ampliar e acelerar as relações capitalistas de produção, o capital estrangeiro em geral, comandado pelo capital financeiro internacional (reforçado pela intervenção de sua fração mais especulativa), pode agir no sentido de manter esse tipo de economia e, sobretudo conservar as relações de produção pré-capitalistas (pequena produção, o campesinato, desemprego massivo, maior informalização da economia). Daí o impacto desestabilizador nas formações sociais dependentes (com maior impacto nos países mais atrasados) que se manifestam nas crises e contradições, e que repercutem na esfera estatal: a manutenção e o reforço dos diversos tipos de intervenção do Estado e a tendência ao autoritarismo, mesmo nas formas de Estado democrático e de regime democrático. Sem falar dos golpes de Estado cívico-militares depois de instaurado o regime democrático no período pós-1982-1985 na América Latina, os casos contemporâneos de deposição de vários presidentes (Honduras, 2009; Equador, 2010; Paraguai, 2011; Brasil, 2015, Bolívia, 2019) ilustram fortemente nossas hipóteses.

Esse caráter interventor do Estado (e seu decorrente autoritarismo) na instauração do capitalismo em geral nos países centrais foi também detectado pelas análises de autores não-marxistas importantes. Entre estes autores destacamos os estudos de Gerschenkron (1968) publicados na década de 1960 (conforme mencionado no capítulo 1, item 1.1 desta Tese). Trata-se de uma obra importante que analisa tanto as condições do atraso dos países capitalistas europeus com baixo e médio desenvolvimento econômico no século XIX e inícios do século XX, como o tipo de industrialização encetado por esses países (França, Itália, Alemanha, Rússia, Bulgária). O estudo não apenas se aproxima das conclusões de certos autores marxistas que abordaram (direta ou indiretamente) as temáticas de implantação de tipos de desenvolvimento capitalista e do processo de industrialização nos países atrasados da Europa, como também dialoga criticamente com eles (Lenin, Hilferding, Kalecki e principalmente Gramsci). Consideramos que o modelo de análise do autor sobre o caráter do atraso econômico e o tipo de industrialização aplicado ao caso europeu (tipos de industrialização com caráter alto, médio e baixo) pode ser bastante frutífero se o aplicarmos à América Latina, principalmente no que diz respeito ao estudo da relação entre o Estado e desenvolvimento capitalista.<sup>83</sup>

Uma outra abordagem dos mesmos temas, focalizada de uma perspectiva neo-marxista crítica, oferece Skocpol (1979, 1980, 1994). Seus importantes trabalhos centram-se na análise sobre a relação entre processo de desenvolvimento capitalista, o papel do Estado e as

---

<sup>83</sup> Esse estudo deve ser complementado com os importantes trabalhos de economistas e historiadores desta área, como os de Furtado, Tavares, Cardoso e Brignoli, Fajnzylber, Ferrer e os estudos historiográficos de Donghy.

consequências socioeconômicas e políticas, tanto nos países centrais quanto nos periféricos ao longo do século XX. Uma análise semelhante, porém que focaliza a problemática da relação entre as empresas multinacionais, as estatais e o capital autóctone, é oferecida por Evans (1980). Nessa mesma linha analítica, o autor examina o Estado empresarial e sua relação com a formação das classes sociais no contexto do desenvolvimento do capitalismo dependente no século XX (EVANS, 1983).

Por outro lado, deve ser destacado o trabalho de Malloy e Conaghan (1994). Incorporando alguns aspectos teóricos das análises feitas por Skocpol, Evans e P. Hall, os autores —que adotam uma abordagem eclética sobre a teoria do Estado: neo-marxismo, neofuncionalismo, pluralismo e neo-institucionalismo —<sup>84</sup> analisam a problemática das mudanças do Estado e do desenvolvimento do capitalismo no início da fase neoliberal tomando em conta a relação de três instâncias importantes: Estado, mercado e sociedade civil. Tais instâncias não teriam poder próprio, mas um poder que emanaria da relação entre as outras duas instâncias da sociedade, o qual seria delegado a um grupo de atores políticos —recrutados por critérios políticos (democracia política) e técnicos (burocráticos) — que apenas cumpririam o papel de representantes do Estado e da burocracia estatal. Assim, essas duas instituições intermediariam os conflitos de interesses entre a sociedade civil e o mercado.

Em suma, os autores partem do suposto de que a sociedade capitalista de tipo avançada estaria baseada num Estado não-corporativista ou não-clientelista, cuja unidade do poder político seria diluída numa multiplicidade pluralista de centros de decisão, instaurando-se, entre eles, um certo “equilíbrio automático” provocado pela “harmonização” dos diversos grupos de pressão (empresas, sindicatos etc.) que representariam as forças econômicas de uma sociedade supostamente integrada. Em sociedades com um capitalismo heterogêneo e atrasado como as dos países latino-americanos — neste caso os países dos Andes Centrais —, as relações entre as principais instâncias da sociedade tenderiam a ser pautadas por um Estado com ascendência clientelista, populista e corporativista, ocasionando assim conflitos, crises e instabilidade política permanente.

Em ambos os tipos de sociedade, o processo de elaboração da política estatal (*policy making*), principalmente da política econômica, seria o produto da ação dos representantes entre as três instâncias da sociedade, sendo direcionada pelos representantes do Estado e da burocracia estatal (governo, parlamento e elites burocráticas). Num contexto de recessão e crise econômica acentuada, tal processo tenderia a ser impulsionado por uma ampla coalizão

---

<sup>84</sup> Pluralismo, conforme a acepção teórica de H. J. Laski, ver: Hirst (1993). Sobre o Estado como instituição, ver: Codato & Perissinotto (2001, 2011).

composta por integrantes dos três setores fundamentais, sendo direcionado pelas “elites políticas conscientes” e pela “nova elite econômica” alinhada às forças que predominam no mercado mundial: o neoliberalismo — este tipo de análise é aplicado às anteriores fases do capitalismo (*new deal*, keynesianismo nos Estados Unidos e nos demais países centrais; nacional-desenvolvimentismo nos países latino-americanos). No caso dos países andinos (e por extensão, os países latino-americanos) — que no período 1950-1970 fracassaram em aplicar variantes do modelo nacional-desenvolvimentista, primeiro no regime populista e depois no militar —, a crise e estagnação econômica de início dos anos 1980 teriam obrigado às novas elites econômicas a comandar o processo de democratização e reestruturação do Estado baseado no modelo neoliberal. O processo de *policy making* aplicado pela “coalizão neoliberal” — direcionada pelas “novas elites econômicas” — que originou as mudanças substantivas no Estado, sociedade civil e mercado, teria evidenciado uma defasagem entre os critérios formal e informal de elaboração da política econômica, configurando assim um tipo de democracia já evocado por Tocqueville: o despotismo democrático (MALLOY & CONAGHAN, 1994).

Finalmente, os estudos supramencionados sobre o papel do Estado e sua relação com o desenvolvimento capitalista no século XIX e ao longo do século XX, sofreram influência decisiva das análises teóricas marxistas sobre o Estado capitalista realizadas na França (Poulantzas) e na Inglaterra (Miliband) no final da década de 1960 e inícios da década de 1970. Estes dois autores instauraram um debate sobre o Estado capitalista, o qual repercutiu em toda Europa e na América Latina.<sup>85</sup> Na Alemanha, a discussão sobre o assunto (conhecida como “Debate Alemão”) foi circunscrita à denominada “Escola Lógica do Capital”, influenciada por concepções economicistas sobre o papel do Estado capitalista. Entre os autores que participaram ativamente deste debate estão Altvater e Hirsch. Dois autores importantes da chamada “Escola de Frankfurt”, Habermas e Offe, participaram passivamente de tal debate —isto é, indiretamente, através de novas pesquisas sobre os temas do momento e apoiados em diversas correntes teóricas não-marxistas e marxistas. Numa tentativa de diálogo crítico com o marxismo, Altvater e Hirsch sofreram influência desta corrente teórica e elaboraram importantes análises, tanto sobre o processo de elaboração da política econômica, como das mudanças estruturais internas do aparelho estatal.

---

<sup>85</sup> Sobre o debate mencionado, ver: Poulantzas e Miliband (1975); Holloway e Picciotto (1979); Brunet (1986); e os artigos de Gold, Lo e Wright (1990). Com o intuito de ampliar a informação bibliográfica e aprofundar elementos sobre o debate, a revista *Crítica Marxista* publicou uma série de artigos, incluindo os de Poulantzas e Miliband, ver: *Crítica Marxista*, núm. 27, 2008.

A esse respeito, basta mencionar os principais trabalhos de Offe.<sup>86</sup> Reconhecendo a problemática da autonomia relativa do Estado nas sociedades capitalistas, porém negando que o Estado e a burocracia estatal defendem os interesses particulares de uma classe, mas “os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classe”, Offe aponta alguns limites importantes da ação dois segmentos sociais denominados determinações funcionais: a privatização da produção, a dependência dos impostos, a acumulação como ponto de referência e a legitimação democrática (OFFE, 1984, pp. 123-125).

Conforme o autor, o aspecto dinâmico da política estatal estaria definido pela compatibilização dessas quatro determinações estruturais. E a única forma de alcançar tal compatibilização seria através da generalização da forma mercadoria em todos os níveis, sendo assim “o ponto de referência mais geral” por meio da qual pode-se “analisar as estratégias individuais das políticas do Estado”. Só que essa harmonia dificilmente existiria em sociedades concretas porque o desenvolvimento capitalista apresenta uma “tendência permanente à paralisação da ‘viabilidade de mercado’ e à “interrupção das relações de troca”. Se o mercado não consegue ser o elemento harmonizador, o Estado intervém para manter a forma mercadoria. Assim, essa “estratégia mais geral do Estado capitalista não visa em absoluto uma proteção especial a um certo interesse de classes, mas sim o interesse geral de todas as classes”. Nesse sentido, o papel harmonizador do Estado pode variar de acordo com a abundância ou escassez dos recursos disponíveis numa determinada sociedade (OFFE, 1984, pp. 126-128). Em suma, a análise de Offe também oferece importantes subsídios teóricos para pensar o papel do Estado e seu caráter interventor nas formações sociais capitalistas periféricas.

---

<sup>86</sup> Apesar das posturas economicistas sobre o Estado capitalista constante nesses trabalhos, a análise do autor é importante para o estudo sobre o assunto. Cabe lembrar que vários artigos da primeira obra de Offe foram publicados em 1972, antes da publicação de da obra de Habermas (1994). A nosso ver, neste trabalho Habermas incorporou algumas observações feitas por Offe e avançou na análise do processo de mudanças socioeconômicas e políticas, o que também se constata em *Teoría de la acción comunicativa* (1987) na fase que denominou *capitalismo tardio* —caracterização feita por Mandel (1979) em 1972. Entre os estudos sobre o Estado periférico, que sofreu influência do debate alemão, deve ser destacado o trabalho de Evers (1985).

## CAPÍTULO DOIS

### CARÁTER DA RELAÇÃO ESTADO, CAPITALISMO E DEMOCRACIA NA VENEZUELA E BOLÍVIA PÓS-1999

A bibliografia sobre os casos específicos da Venezuela e Bolívia, da experiência destes países em relação a articulação do Estado, desenvolvimento capitalista e democracia no período pós-1999, é variada, predominando análises mais descritivas. No Brasil, o interesse analítico sobre o assunto, embora incipiente na primeira década do século XXI, na segunda tende a crescer significativamente no âmbito acadêmico, tanto nas ciências sociais como na história, economia, geografia e relações internacionais etc.

As razões para esse interesse (um tanto retardatária da academia brasileira, especialmente em relação a esses países) e crescimento são variadas. Mencionemos rapidamente duas. A primeira está relacionada com o impacto do surgimento de governos anti-neoliberais na região. Mais especificamente, no período pós-1999-2000 (que coincide com a crise capitalista de 1998, a crise do neoliberalismo na sub-região), ocorre a ascensão de Chávez ao poder governamental em Venezuela, seguido do Lula no Brasil (2003), Nestor Kirchner na Argentina (2003), Morales na Bolívia (2006), Bachelet no Chile (2006) e Correa no Equador (2007). A segunda razão se deve à redefinição da política externa brasileira sob o governo Lula, cujo papel jogado pelo Brasil na América do Sul (e na América Latina) revela o empenho de conduzir ou hegemonizar o processo de cooperação e integração econômica, política e cultural da sub-região através do Mercosul, Unasul, Celac (e outros), no âmbito duma estratégia de luta diplomática e comércio exterior típica de países de potência média em ascensão.

Não vamos a apresentar os trabalhos mais importantes produzidos sobre o assunto. Nosso objetivo aqui é analisarmos os aspectos essenciais desses países com foco na articulação entre Estado, desenvolvimento capitalista e processo democrático. Nossa proposta analítica segue esses três assuntos, buscando desvendar seus traços essenciais.

#### **2.1 Estado dependente, democracia e economias de enclave mineiro**

Nas décadas de 1980, 1990 até a metade da década de 2000 a Venezuela, Bolívia e Equador atravessaram, cada um a seu modo, situações semelhantes no plano econômico sob

domínio do neoliberalismo:<sup>87</sup> pauperização acentuada das massas trabalhadoras, populares camponesas e indígenas (Bolívia e Equador), níveis elevados de desemprego por causa das demissões em massa, informalidade da economia, perda de direitos sociais conquistados pelas classes trabalhadoras e populares nos períodos anteriores, privatização acelerada da economia a favor do capitalismo privado (capital nacional e estrangeiro), hegemonia do capital transnacional, principalmente de origem estadunidense, perda de soberania do Estado diante dos países capitalistas centrais, especialmente diante dos Estados Unidos.

Os impactos sociais mais dramáticos da aplicação da política estatal neoliberal foram sentidos, a nosso ver, na Venezuela e na Bolívia, devido ao caráter acirrado e violento da luta de classes: “relocalização” ou demissão violenta de quase 30 mil trabalhadores mineiros bolivianos em 1985, Caracazo em 1989, guerras da água (2000) e do gás (2003) na Bolívia, seguida de deposição em menos de um ano de vários presidentes neste país, cujo número de pessoas assassinadas, na Venezuela e na Bolívia, é extremamente alto.<sup>88</sup>

A terapia de choque neoliberal<sup>89</sup> aplicada nesses países foi justificada - pelas classes dominantes locais e pelos seus representantes político-partidários, bem como pelo capital estrangeiro e seus gestores representantes através do FMI e Banco Mundial - , como uma solução necessária diante do colapso da economia e da insolvência desses Estados para cumprir seus compromissos econômicos internacionais (como incapacidade na arrecadação de impostos, descomunal gasto público, inchaço do Estado e incapacidade de pagamento da dívida externa ou inexistência de superávit primário etc.), cujo Estado desenvolvimentista, cartorial e parasitário, teria entrado numa crise terminal devido a falência das empresas públicas ou estatais. No caso boliviano foram as forças político-partidárias nacionalistas (já tornadas conservadoras, que protagonizaram a revolução nacionalista de 1952, como o partido *Movimiento Nacionalista Revolucionario* - MNR-facção Estenssoro) e de esquerda (como o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* – MIR - , que lutou contra o regime militar), aliadas com as forças de direita, que implementaram a política estatal neoliberal. Uma situação semelhante à prática do partido laborista inglês que apoiou as reformas neoliberais levada a

---

<sup>87</sup> Para o que segue, ver Saes (2001), Harvey (2008, 2010, 2011 e 2013), Duménil & Lévy (2004 e 2014), Duran Gil (2003, 2008a e 2008b).

<sup>88</sup> No caso do Caracazo, não se tem dados concretos, oscilando entre 1,5 mil e 3 mil mortes. Já no caso boliviano os mortos chegam a 84 e mais de 200 feridos.

<sup>89</sup> No caso boliviano, essa terapia de choque aplicada em 1985 se conheceu como “ajuste estrutural” ou capitalização, cujo principal artífice intelectual foi o economista estadunidense J. Sachs, um Chicago boy assessor do V. P. Estenssoro, presidente do país, e do então ministro da economia, G. Sanchez de Lozada. Essa terapia foi aplaudida na academia por autores defensores do neoliberalismo como A. Mayorga, Mansilla, entre outros, que ficaram em silêncio no período do colapso do neoliberalismo e, sobretudo, durante o governo Morales. Agora eles são opositores deste governo, cujas atividades se desenvolvem na Fundación Milenio, sendo denunciada nesses dias (início de agosto de 2015) por García Linera.

cabo por Thatcher, tornando-se um partido reformista com ascendência neoliberal e que foi analisado por Mészáros (2002, 2008), Harvey (2009) e Duménil & Lévy (2014), entre outros.

Para Harvey, o capitalismo no período neoliberal não somente assume uma modalidade de acumulação de capital denominada “acumulação por despossessão”, mas também, a amálgama entre o Estado e o capital financeiro. O que implica, a nosso ver, praticamente o saqueio dos recursos naturais e energéticos dos países dependentes na periferia do capitalismo pelos países capitalistas centrais, ao mesmo tempo em que estes dominam aqueles através da exportação de capital (via empréstimos com juros abusivos e venda de alta tecnologia ou capital fixo), com consentimento das classes dominantes nativas, aumentando a taxa de exploração da força de trabalho e deixando na miséria a maioria social desses países (essa é a nossa hipótese com base no trabalho de Harvey). Surge, assim, o que Harvey denomina o “novo imperialismo”, afetando enormemente a soberania dos países da periferia do sistema capitalista e a submissão dos governos neoliberais aos imperativos do capital financeiro.

Na verdade Harvey está defendendo a tese segundo a qual o neoliberalismo seria uma variante de luta de classes que se concretiza justamente pela dialética exportação de capital-espoliação de recursos energéticos por parte do capital financeiro num contexto de crise de acumulação de capital e de sobreprodução. Uma tese semelhante também é defendida, por outra via, por Duménil & Lévy em *O imperialismo na era neoliberal* (2004) e em *A crise do neoliberalismo* (2014), esta última obra publicada originalmente em 2011.<sup>90</sup> Mais especificamente, na nossa interpretação desses autores, o neoliberalismo não é meramente uma ideologia ou uma mera “cartilha” a ser imposta em todos os países (na nossa opinião, esse seria o erro de alguns autores que reduzem o neoliberalismo a uma mera ideologia ou a uma métrica a ser imposta, independentemente das condições e luta de classes em cada país). Ele é, sobretudo, a restauração do poder e da renda das classes dominantes dos países centrais (0,80% ou 1% da população estadunidense), sobretudo, dos Estados Unidos e que não poderia se concretizar sem o apoio das classes dominantes dos países da periferia do capitalismo. Noutros termos, o neoliberalismo é a recomposição da hegemonia das classes capitalistas mais poderosas ou imperialistas, nomeadamente as dos Estados Unidos, e da dominação deste país na globalização neoliberal. Essa tese a encontramos nos diversos trabalhos dos autores desde 2003/2004, cuja síntese se encontra no primeiro capítulo (“A dinâmica histórica da hegemonia”) de *A crise do neoliberalismo* (2014).

---

<sup>90</sup> Os trabalhos dos autores remontam pelo menos desde inícios dos anos 1990. Contudo, é curioso que na obra citada (2011 e em português 2014) não há nenhuma menção bibliográfica de qualquer trabalho de Harvey.

Nesse sentido, a política estatal neoliberal implementada na Venezuela, Bolívia, Equador e outros países da região não fez outra coisa senão aprofundar a vulnerabilidade das suas economias, tornando-as mais dependentes e empobrecidas, sendo golpeadas pelas desigualdades das condições de troca da venda de suas matérias primas ou produtos de exportação no mercado mundial globalizado. A nosso ver, tais economias devem ser entendidas como economias de enclave, na acepção de Furtado (1969) e R. F. A. Furtado (2008), dominadas pelo extrativismo e, no período pós-1999, pelo neoextrativismo. Trata-se de países monoexportadores de matérias primas e cuja pauta de exportação é muito reduzida e altamente dependente e vulnerável às oscilações dos preços desses produtos no mercado mundial, cujo valor monetário é definido corporativamente por cartéis de grandes firmas na bolsa de valores de *commodities* dos países centrais<sup>91</sup>, sendo tais países praticamente incapazes de sair da condição de economias extrativistas ou dar um salto qualitativo em direção à industrialização e diversificação econômica, mesmo que hiper-retardatária.

Os setores industriais extrativos-chaves funcionam com tecnologia obsoleta, baixa produtividade e grande exploração da força de trabalho semelhante à extração de mais-valia absoluta, típica da acumulação primitiva (Harvey prefere chamar de acumulação por espoliação ou despossessão). A economia agrária capitalista é pequena, reduzida a nichos de economia modernizada que convive ainda com o grande latifúndio improdutivo, baixa absorção de força de trabalho, combinando relações de trabalho assalariada não estendidas e relações semi-assalariadas ou um tanto semi-servis. A presença do grande e médio latifúndio demonstra as enormes dificuldades dessas economias de capitalização do campo pelo fato de não terem desenvolvido uma reforma agrária substantiva que alavanque um processo de industrialização mesmo nas áreas-chaves da economia (indústria extrativa).

Todavia, a presença do campesinato de origem indígena e população propriamente indígena na Bolívia (e em outros países andinos) são predominantes, com níveis de pobreza acentuada que sobrevive tanto da economia camponesa de subsistência em pequenas parcelas de terra (minifúndios) como do trabalho assalariado nos nichos de economia capitalista mais avançada no campo e nas parcelas do campesinato rico, com níveis elevados de exploração, principalmente do campesinato pobre e sem-terra. Inclusive, encontram-se casos em que migrantes colonos de terras altas (de origem indígena) que se assentaram em terras baixas com ou sem ajuda do Estado (programa de colonização induzida com o objetivo de fornecer mão de obra barata para os nichos de economia agrária capitalista) passaram não só a explorar

---

<sup>91</sup> Mesmo que no caso dos preços do petróleo, que é definido pela OPEP, e que em 2000 Chávez exerceu uma grande influência para melhorar os índices de preços favoráveis aos países produtores.

mão de obra de etnias indígenas de terras baixas em condições de semi assalariamento, mas também em condições de semi-escravidão. Referimo-nos ao caso boliviano que, em plena década de 1980, encontraram-se casos como esse em regiões leste e centro-sul do país onde predomina população indígena das etnias guarani e chiriguano (HEALY, 1987). Os-médios e grandes fazendeiros das regiões Cordillera e Chaco (departamentos de Santa Cruz e Chuquisaca) do país também escravizaram essas etnias indígenas durante décadas. Esses casos de semi-escravidão foram redescobertos e denunciados pelos próprios indígenas guaranis (Assembleia de Povos Guarani – APG) à OIT nos anos 2000, no período do primeiro governo Morales. Uma reportagem de uma jornalista brasileira ajudou a difundir essa situação em nível internacional no livro *Em luta pela terra sem mal* (PIVA, 2012).

Nessas condições, o campesinato indígena pobre e sem-terra das terras altas e baixas na Bolívia ou fica perambulando nessas regiões no país na busca de um pedaço de terra para atenuar sua situação social ou migra para grandes cidades, caindo no completo abandono e pauperização extrema (alcoolismo e prostituição, engrossando o lumpemproletariado etc.), ou foge do país na busca de melhores condições de vida.

A indústria manufatureira também é fraca, se limitando à produção de bens de consumo não durável, principalmente alimentos, e altamente dependente de insumos industriais e de tecnologia produzidos no exterior (o caso venezuelano é o extremo, atravessado pela problemática do rentismo). A participação do terceiro setor na economia é significativo. Por um lado, à presença um tanto robusta da participação do Estado na economia com base na renda extrativa (minérios/petróleo), cuja formação bruta de capital fixo nas empresas estatais e nacionalizadas é considerável e um tanto desproporcional em comparação com a participação na formação bruta de capital fixo no setor privado. O que explica ser o Estado o maior empreendedor capitalista e o maior empregador, explicando igualmente o inchaço do funcionalismo público. Por outro, a participação do comércio e banco funcionam como uma economia anexa ao setor extrativo, que comanda a economia.

Em suma, trata-se de economias com atraso acentuado caracterizadas como variantes de economia de enclave, cujo desenvolvimento capitalista se processou de forma demasiada lenta e vagarosa nos nichos de economia capitalista mais avançada: indústria mineiro-extrativa estanífera, petrolífera e gasífera (Venezuela e Bolívia), logo o lítio no caso da Bolívia; ou exportação de produtos agrícolas e agroindustriais, como soja, álcool, açúcar, algodão, banana, cacau etc., revelando um processo de industrialização igualmente atrasado e hiper-retardatário (anos 1960 e 1970) comparado aos demais países da região, especialmente

Argentina, Brasil e México, não conseguindo uma diversificação econômica com base nos seus setores extrativos chaves (minérios, petróleo/gás e agrários).

Podemos classificar – de forma *provisória* - pelo menos quatro grupos de países que tiveram maior desenvolvimento capitalista (com seus problemas e contradições) com base nos critérios alto, médio, baixo e muito baixo de industrialização e diversificação econômica<sup>92</sup>:

- 1) Argentina, Brasil e México, com nível alto e com base na substituição de importações, sendo este grupo o mais avançado, cuja experiência de industrialização pode ser caracterizada como retardatária e acelerada em relação aos países capitalistas centrais, com doses elevadas de violência e autoritarismo no plano institucional e no regime político<sup>93</sup>;
- 2) Chile, Uruguai, Colômbia e Peru, com nível médio ou intermediário;
- 3) Venezuela, Equador e Bolívia (e talvez Paraguai), com nível baixo, com experiências muito retardatárias ou hiper-tardias, sendo caracterizadas como economias de enclave mineiro; e
- 4) O resto dos países, com nível muito baixo de industrialização e experiências hiper-tardias, caracterizadas como economias igualmente de enclave (*tout court*), com quase absoluta dependência do capital estrangeiro, como as economias bananeiras ou de enclave turístico (tendo evidentemente algumas exceções).

Tal classificação admite a possibilidade ou de relativa involução ou de relativa consolidação de sua tendência histórica tanto no período do capitalismo neoliberal como no período pós-neoliberal (1999 em diante). Essa involução ou consolidação de sua tendência histórica deve ser analisada de acordo com a experiência concreta de cada país e a intervenção do capital estrangeiro, principalmente de origem estadunidense. A nosso ver, o capital estrangeiro (imperialista) não está interessado em desenvolver essas economias de enclave mineiro pela via do desenvolvimento associado com o Estado para alavancar um processo de industrialização das matérias primas (como a substituição de importações nos anos 1960 e

---

<sup>92</sup> Nos baseamos nos critérios de Gerschenkron (1968) sobre as economias com atraso acentuado, Furtado (1969), Fajnzylber (1980, 1983) e Saes (2001) sobre o caso brasileiro.

<sup>93</sup> A implicação crucial disso é a redefinição da hegemonia (SAES, 2001) que se processa sobretudo pela via da ruptura institucional do regime vigente, como no caso do populismo tradicional derrubado por golpe de Estado, ou pelo fortalecimento do autoritarismo civil na democracia representativa (ascendência autoritária do regime presidencialista e das forças parlamentares), como se evidenciou no caso de Honduras (deposição de Zelaya em 2009), Paraguai (deposição de Lugo em 2012), as tentativas intermináveis de golpe pela oposição contra Chávez e Maduro com o argumento da falta de democracia, o *impeachment* contra Rousseff (2015) no Brasil e o golpe de Estado contra o governo Morales em 2019. Voltaremos a este assunto no próximo item.

1970) com investimento robusto, mas ao contrário, reforça a indústria mineiro-extrativa com mínimo investimento de capital com objetivo de manter a fonte de espoliação de matérias primas (mineiras e energéticas) baratas. Os Estados desses países são obrigados a investir em infraestrutura básica, como estradas, ferrovias, portos, aeroportos, inclusive através da nacionalização e estatização de certas empresas para repassar o custo ao Estado com o fim de criar as condições mínimas de funcionamento da economia de enclave,<sup>94</sup> valorizando o capital estrangeiro, especialmente o capital financeiro e criando as condições de emergência, pelo alto, de burguesias internas, que participam do bloco no poder e aspiram a conquistar a hegemonia política. Esse atualmente seria o caso do Equador e Bolívia (que realizou a nacionalização do gás e petróleo em 2006, porém a maioria das firmas transnacionais petrolíferas permaneceu no país, inclusive a Petrobras) e com alguma diferença, Venezuela (mesmo mantendo estatizada a PDVSA e ampliando a nacionalização a outros setores, o capital estrangeiro, principalmente estadunidense, está presente no país, especialmente na área do petróleo).

Em relação aos casos argentino e brasileiro, alguns autores (VADELL, 2011, entre outros) observaram uma tendência à involução ou desindustrialização no primeiro caso, com a volta ao campo, devido à um processo de reprimarização da economia; já no segundo, também o Brasil sofre desse problema, porém em nível diferente ao da Argentina, num contexto de mudança da economia global, principalmente devido a ascensão da economia chinesa à segunda potência mundial e seu impacto na América Latina (CARVALHO, 2009; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA NETA & DURAN GIL, 2013)<sup>95</sup>.

Se no período neoliberal a economia da Venezuela, Bolívia e Equador ficaram subsumidas à lógica do extrativismo, no período pós-1999 à lógica do neoextrativismo, mesmo com a nacionalização dos recursos naturais e energéticos e certo processo de estatização dos setores estratégicos da economia de enclave mineiro nesses países. Noutros termos, detectamos uma tendência à reprimarização dessas economias que acabam sendo fortalecidas pela crescente presença da China na economia globalizada, tendo um impacto mais incisivo nas relações comerciais desses países (e do resto da América Latina) com a China. Nossa hipótese é a de que a redefinição das relações comerciais desses países com a

---

<sup>94</sup> É o caso do projeto IIRSA, sob comando do capital financeiro e as suas instituições representativas (BID, Banco Mundial, FMI) com apoio dos governos da sub-região e das instituições econômicas e políticas como Mercosul, Comunidade Andina de Nações (CAN), Unasul e Celac, entre outros.

<sup>95</sup> De acordo com esses autores, a economia brasileira teria sofrido um processo de reprimarização de suas exportações em relação à China, que se tornou em 2008 o principal parceiro econômico do Brasil. A intensificação das relações econômicas entre Brasil e China a partir desse ano teria aumentado a dependência do país em relação à exportação de bens primários, causando a reprimarização na pauta de exportações brasileiras, predominando a exportação de *commodities*.

China não é a causa da reprimarização das pautas de exportação, pois essa tendência já vinha se estabelecendo no período neoliberal, sendo fortalecidas no período pós-1999 na Venezuela (exportação do petróleo para os Estados Unidos, principal parceiro econômico desse país), na Bolívia (exportação de gás a Argentina e sobretudo ao Brasil, sendo este país atualmente o principal parceiro econômico do país) e no Equador (exportação de matérias primas à União Europeia, sendo o principal parceiro deste país).

A reprimarização das economias em questão é a consequência, e não a causa, das economias de enclave mineiro no período neoliberal, fase extrativista, com tendência ao aprofundamento no período pós-1999, fase neoextrativista. Por que ocorre esse fenômeno de consolidação do neoextrativismo? Esse fenômeno nesses três países (e em outros da região) chamou muito a atenção de economistas da América Latina.

Para o economista uruguaio, Gudynas (2015)<sup>96</sup>, especialista na questão do extrativismo, “cualquier entendimiento sobre la realidad latinoamericana en los comienzos del siglo XXI es incompleto si no se considera el papel de los extractivismos” (2015, p. 426). Entendido no sentido plural, as economias extrativistas seriam fenômenos multidimensionais que emergiram no período colonial e se estenderam até o início do século XXI na América Latina, podendo detectar historicamente quatro tipos de gerações de extrativismo. Mais especificamente, define-se o termo como a extração de recursos naturais para exportação – isto é, recursos em grande escala, pouco ou nada processados e cujo volume atinja mais de 50% para exportação. E tais recursos seriam minérios, petróleo, hidrocarbonetos e monocultivos (grãos, como soja etc.). Nesse sentido, para o autor o termo “indústria extrativa” seria um erro conceitual, que ficou popularizada pela utilização do BM, PNUD das Nações Unidas e pela CEPAL na classificação das diversas atividades econômicas e industriais. Daí a tentativa do autor de extirpar o termo indústria capitalista (que mormente se associa à indústria extrativa), redefinindo seu sentido acima indicado, ficando próxima de atividade constitutivamente predatória da natureza (mais ou menos como *anomia* econômica). Assim, existem dois tipos de extrativismo, o convencional (de direita) e o progressista (de esquerda), o primeiro sendo característico de Chile, Peru e Colômbia; já o segundo característico de Bolívia e Equador.

De qualquer maneira, todo extrativismo, para o autor, independentemente de sua variação, é predatório devido a seus efeitos “derrame” (= consequências) negativos, que contaminam ou vão além dos danos locais de uma determinada atividade extrativa, tendo impacto sobre o uso dos territórios, as dinâmicas econômicas, a inserção internacional, o

---

<sup>96</sup> Trata-se de uma corrente de análise da ecologia política, amplamente influenciada por autores defensores do capitalismo verde, da economia e sociologia neo-funcionalista e de autores marxistas que investigam essa problemática. Nessa mesma linha de análise, ver: Delgado Ramos (2013).

papel do Estado, bem como as formas de fazer política (democracia). Assim, o Estado extrativista passa a defender esse tipo de atividade como “bom negócio” e como a única forma de inserção com vantagens mais ou menos competitivas no mercado globalizado. Porém, alguém vai monopolizar os recursos monetários (renda) proveniente da exportação desses recursos naturais. Para tanto, o Estado se empenha em compensar tais danos usando um discurso de justiça social - que disfarça a compensação – de distribuição do excedente (renda) através de bonificações monetárias (diversos tipos de bolsas famílias) para os mais pobres, ação claramente assistencialista que justifica a reprodução do extrativismo, passando a ideia de que não existem bonificações sem atividade extrativa, como o caso boliviano. Surge, assim, o Estado-compensador. Para o autor, a compensação seria o pior efeito “derrame” porque contaminaria outros “derrames” nas esferas jurídica e política. Mesmo estando prescrito na constituição a defesa dos direitos do meio ambiente e dos territórios indígenas com abundantes recursos naturais, os governos não respeitam tais direitos para explorar novas áreas para a extração, fazem um blefe de consulta ou não consultam mesmo as populações indígenas. E caso estas se oponham (ou outros setores sociais) a justificativa dos governos é a de que os setores oposicionistas se organizem em partido político e ganhem as eleições (como o caso da Bolívia sob o governo Morales, em que Linera sempre aparece recriminando aos que se opõem à política neoextrativista). Ou então, quem se opõe a política desenvolvimentista com base no extrativismo são considerados de direita ou esquerdistas ultrapassados, argumenta o autor.

Contudo, haja vista a análise realista do autor sobre o assunto, as alternativas para o extrativismo são obscuras e idealistas, típicas de uma interpretação ecologista romântica: só através da mudança de valores, que superem o utilitarismo e o economicismo - passando a defender os valores da natureza e seus direitos, bem como genericamente os direitos das pessoas - seria possível impor uma gestão ambiental democrática que não precise justificar-se em termos econômicos (GUDYNAS, 2015, p. 434). Além do mais, o autor tende a considerar o extrativismo como sendo anômico ou pré-capitalista por ser depredador e destrutivo da natureza, servindo mais, essa postura, para denunciar a política dos países que se empenham em reproduzir esse tipo de atividade, como o caso da Bolívia.<sup>97</sup>

---

<sup>97</sup> Não por acaso o livro foi publicado por uma ONG articulada à igreja católica na Bolívia: Centro de Documentação e Informação (CEDIB), com sede em Cochabamba, financiado por instituições e países europeus. Ultimamente G. Linera não só denunciou esta ONG (junto com outras ONGs, como a Fundación Tierra, a Fundación Milenio e o CEDLA) como a ameaçou expulsar do país por supostamente estar desenvolvendo atividades de oposição ao governo Morales (*La Razón Digital*, 10/08/ 2015).

A proposta sobre o extrativismo de García Linera defendida nos seus diversos trabalhos e conferências se apresenta como mais realista e pragmática. O autor sustenta a tese segundo a qual para desenvolver o país é necessário utilizar “temporariamente o extrativismo” com o fim de criar as condições para satisfazer o mínimo básico material das necessidades das pessoas. E a estratégia para lograr esse objetivo seria capacitando uma geração com conhecimento científico e tecnológico, que, segundo o autor, é a forma contemporânea de criação de riqueza, diferentemente da forma direta de extração de riqueza da natureza. Então, um extrativismo temporal criaria o suporte tecnológico, educativo e material que permitiria superar realmente o extrativismo e preservar a mãe-terra. Assim, não é possível proteger a “mãe-terra” e deixar faminta a maioria da população (LINERA, 2015a, 2015b). Noutros termos, não se pode praticar o “bem-viver” e defender a natureza com o estomago vazio. O que significa que o *socialismo comunitário*, entendido pelo autor como um período de transição muito longo, de luta entre a sociedade capitalista decadente e as formas comunitárias de vida, produção e riqueza, pressupõe a utilização temporária do extrativismo. A nosso ver, justamente o problema fundamental reside na concepção que o autor tem de extrativismo temporário, como uma passagem para o socialismo comunitário. Não estamos diante de uma variante de neodesenvolvimentismo capitalista de tipo neoextrativista? (Cf. FORNILLO, 2012). Tais países não estariam defendendo variantes de extrativismo capitalista como forma de inserção no mercado mundial diante das sérias dificuldades dessas economias de efetuar o salto qualitativo à industrialização?

Essas questões remetem a uma problemática que diz respeito ao caráter das mudanças efetuadas no período pós-1999 na Venezuela, Bolívia e Equador<sup>98</sup> na esfera econômica e o papel interventor do Estado no desenvolvimento capitalista. A explicação sobre a natureza dessas transformações passa, a nosso ver, pela problemática do capitalismo de Estado e o surgimento de uma fração de classe burguesa conhecida como burguesia de Estado.<sup>99</sup> Nossa

---

<sup>98</sup> Sobre o caso do Equador, ver: *Balance crítico del Gobierno de Rafael Correa*, organizado por Muñoz Jaramillo (2014). As conclusões são semelhantes às de Tapia sobre o governo Morales no livro *El Estado de derecho como tiranía* (2011). Vale dizer, forte controle dos movimentos sociais (sobretudo dos camponeses e indígenas) por parte do governo (executivo), bloqueando o avanço da democracia participativa, monopólio do partido dominante no sistema político e exclusão dos setores críticos do movimento popular que questionam o governo, direcionamento da economia pela burocracia técnica sem consulta à base social de apoio (expansão do extrativismo), entre outros problemas, configurando regimes com traços autoritários significativos, evocando um despotismo democrático, conforme os autores.

<sup>99</sup> Nos apoiamos nas teses importantes e ainda atuais de Bettelheim sobre o capitalismo de Estado e burguesia de Estado em *A transição para uma economia socialista* (1969), *As lutas de classe na União Soviética* (1979, Vol. 6) e nos artigos do autor sobre as “sociedades de transição” constante no debate com Sweezy (SWEETZY & BETTELHEIM, 1971), bem como em Saes (2007) nas suas breves análises sobre a Venezuela sob o governo Chávez; em Harvey (2013) sobre a questão da terra e renda fundiária capitalista. Também nos apoiamos, em parte, em Enciso Patiño (2010) sobre a transição socialista na Venezuela. Por fim existe um trabalho de Hirata

hipótese é a de que na Venezuela e Bolívia implantaram-se variantes de capitalismo de Estado, dando origem a uma burguesia de Estado em franco processo de crescimento e consolidação. Mais especificamente, existe uma apropriação da mais-valia produzida pelo conjunto dos trabalhadores ou transferência desta para os segmentos dominantes da burguesia de Estado (renda petrolífera/gasífera/mineralógica), a qual aparece como reinvestida na produção de tipo estatal, com o objetivo de melhorá-la e ampliá-la, além de ser utilizada para cobrir os gastos sociais através de políticas, a maioria destas, de cunho assistencialista. A transferência ocorre de modo variado, através de contratos de prestação de serviços e de fornecimento de produtos importados para o grosso das empresas estatais, concessões ao pequeno e médio capital, bem como contratos de arrendamento ao pequeno e médio capital de certas empresas ou áreas de exploração mineira que pertencem ao Estado (como é o caso das cooperativas mineiras com predomínio de pequeno capital ou capital familiar na Bolívia que, no governo Morales, experimentaram um crescimento significativo, tornando-se, em alguns casos, médio capital); e, sobretudo, através do açambarcamento da renda por parte dos setores que controlam a burocracia estatal e partidária (PSUV, MAS, Aliança País e suas respectivas coligações partidárias, respectivamente na Venezuela, Bolívia e Equador). Embora García Linera negue o capitalismo de Estado na Bolívia, na prática verifica-se esse fenômeno, que é oculto no discurso ideológico permanente, que aparece exaltando o predomínio da economia comunal indígena que coexistiria com a economia plural (LINERA, 2010, 2011, 2015a, 2015b).

No caso da Venezuela, cujo processo econômico (nacionalização, estatização, experiências de socialismo comunitário através das cooperativas socialistas e a autogestão) e político (nova constituição, funcionamento da democracia representativa com predomínio da democracia participativa, renovação e controle do judiciário, funcionamento dos conselhos bolivarianos etc.) tende a ser mais avançado no âmbito das transformações realizadas sob o capitalismo de Estado. Os índices econômicos e sociais do país melhoraram significativamente no período, basicamente com a intervenção do Estado nas políticas sociais de cunho redistributivo (diversos tipos de subsídios, bônus sociais), que aparecem nos diversos Planos de Desenvolvimento<sup>100</sup>.

---

(1980) que faz a crítica aos conceitos de capitalismo de Estado e burguesia de Estado, argumentando que estariam ultrapassados. Além de não se referir em momento nenhum a Bettelheim, descontextualizando o conteúdo do assunto, a autora cai num economicismo no tratamento dos temas, chegando a uma conclusão contrária à crítica que ela se propôs no início do seu artigo.

<sup>100</sup> Lembremos que em 2005 o regime de Chávez é declarado oficialmente socialista. O primeiro Plano socialista é do período 2007-2013 (*Plan Nacional Simón Bolívar*). Já o *Plan Nacional Socialista Simón Bolívar 2013-2019* foi lançado quando Chávez estava vivo (faleceu em março de 2013). Entre as políticas sociais estão as chamadas

A maioria dos problemas atuais na esfera econômica revela que a estrutura rentista do país com base no petróleo não foi transformada, permanecendo dependente das importações de quase todos os produtos de bens de consumo durável e não durável, alimentos e insumos para a indústria manufatureira tradicional. Mesmo que o governo tenha realizado uma reforma agrária beneficiando o campesinato pobre e sem-terra e boa parte de trabalhadores e desempregados urbanos, a produção comunitária de produtos agrícolas (do tipo economia familiar) é insuficiente para cobrir parte da demanda interna de alimentos, tanto para o próprio setor como para as empresas estatais e o setor público em geral. Acrescente-se a isso a política de subsídio à importação, principalmente de alimentos, o que acaba incidindo na destruição daquilo que ficou da indústria nacional e repercutindo no fenômeno da “doença holandesa” (estrangulamento da produção própria ao não poder competir com os preços subsidiados das importações). Em suma, a reforma agrária não conseguiu dar suporte ao início de um processo de industrialização para eliminar a estrutura econômica neoextrativista, consolidando o rentismo, num contexto de pressão e boicote permanente dos Estados Unidos que busca estrangular a economia venezuelana e provocar a queda do regime.

Por outro lado, a maioria dos autores detecta a emergência de uma fração burguesa articulada à burocracia estatal, denominada “boliburguesia”. Trata-se do segmento social que comanda os altos e médios escalões das instituições estatais e que estão articulados sobretudo ao Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), às forças político-partidárias coligadas e ao círculo político e familiar do Chávez. Boa parte deste segmento social se beneficiou com a política econômica implantada no regime, que redefiniu o controle da receita da PDVSA, basicamente através dos contratos de fornecimento de produtos para as empresas estatais e da política de subsídios às importações com base na renda petrolífera. No plano político, o núcleo duro que comanda de cima para baixo a hierarquia estatal, inclusive no interior das empresas estatais (como a PDVSA), impediu a ampliação e controle popular de baixo para cima, sendo agravado pela figura personalista de Chávez na chamada “transição” ao socialismo.

O processo de transição ao socialismo que aparece oficialmente nos planos de desenvolvimento a partir de 2005 não parece ter avançado muito devido ao bloqueio de cima para baixo do processo de ampliação da democracia participativa (ou direta) e do controle mais robusto das organizações populares no seio do Estado. O manejo da política

---

missões, semelhantes à bolsa família no Brasil e bônus sociais na Bolívia, porém mais avançadas no sentido de terem ampla participação social dos próprios beneficiados: *Gran Misión Vivienda*, *Gran Misión Saber y Trabajo*, *Gran Misión en Amor Mayor*, *Gran Misión Hijos de Venezuela*.

econômica,<sup>101</sup> por exemplo, tende a ser elaborada sem a participação dos conselhos populares, prevalecendo a lógica dos técnicos e planejadores que impõem os imperativos macroeconômicos, além de revelar, a política econômica, uma mistura de influências, como nekeynesiana, socialista, monetarista, neodesenvolvimentista e neoextrativista, e grande influência do rentismo. Outro exemplo, as Forças Armadas foram fortalecidas, aumentando seus privilégios, salários e emolumentos, sendo também imunes à intervenção e controle populares, mesmo que se denominem bolivarianas ou que tenham certa proximidade com as massas populares como ocorreu nas tentativas de golpe de Estado em 2002 e 2003. De qualquer maneira, sem a reorganização das Forças Armadas sob influência de Chávez ou o “socialismo do século XXI” seria muito difícil o regime ter se mantido até hoje (2021), pois a ação da oposição interna e do imperialismo estadunidense é permanente, buscando derrubar o governo e destruir o Estado bolivariano.

No seu livro *El modo de producción soviético y el socialismo del siglo XXI en Venezuela*, Enciso Patiño (2010) faz um criterioso diagnóstico da experiência socialista no país ainda utilizando o “socialismo do século XXI”. Apoiado sobretudo em Lenin (desconhecendo os aportes de Bettelheim), o autor defende a tese segundo a qual a revolução socialista venezuelana em curso não deve cair na experiência soviética (considerado como modo de produção soviético e não socialista), nem nos modelos de autogestão e cogestão da ex-Iugoslávia, bem pelo contrário, deve aplicar um modelo de “gestão socialista múltiplo, flexível e dinâmico”, caso contrário a revolução socialista estaria fadada ao fracasso, aprofundando a exploração, alienação e a “reprodução metabólica social do capital” (influência de Mézáros). Contudo, apesar de elencar os principais problemas da “transição ao socialismo”, o trabalho mais parece um manual para orientar como deve caminhar tal transição sob o regime chavista, inclusive não se desvinculando da influência personalista de Chávez (que é considerado radical e socialista), que em todo momento é mencionado para destacar os rumos e os problemas da transição apontados por ele.

Curiosamente, um dos problemas sérios não abordados – que é crucial para destruir o Estado burguês – é a problemática do controle do Estado, de baixo para cima, pelos trabalhadores diretos e pelas comunas e, sobretudo, a destruição do burocratismo burguês na acepção de Poulantzas (1968). Nesse sentido, o maior inimigo, para o autor, não é o interno (ausência dessa crucial deficiência – tanto analítica como prática - da destruição do

---

<sup>101</sup> Essa observação é baseada na análise de Carvalho (2008), que distingue diversas influências e orientações da política econômica implementadas nesses países. Na área cambial, eles possuem diferenças interessantes e no nível fiscal parecem ter semelhanças na apresentação de superávit primários significativos (Venezuela e Bolívia), um aspecto da sacrossanta “responsabilidade fiscal” exigido no período do neoliberalismo.

burocratismo) e sim o externo, o imperialismo estadunidense, cujo análise do seu poder aparece sobredimensionado e sobrevalorado.

Já no seu recente artigo “Lucha de clases y rentismo petrolero en Venezuela” (2014), Enciso Patiño avança no seu diagnóstico detectando os principais riscos e dificuldades para a transição ao socialismo. Além de detectar que a economia é ainda rentista e capitalista, cuja transformação seria um dos maiores desafios das forças socialistas, a falta de controle da burocracia estatal e o burocratismo (como problema de entrave, paralisia e anomia no funcionamento da administração pública, não na acepção de Poulantzas da obra de 1968) aparecem como outros males que impediriam o avanço do socialismo:

El poder de la mayor parte de las elites burocráticas, es decir, con poder de decisión y acceso a los presupuestos, en las empresas públicas y en el Estado, es transitorio en cada funcionario individual. Tienen con frecuencia un discurso aprendido de memoria, con el cual aparentan ser socialistas para mantener el cargo y engañar al pueblo. [...] El carácter transitorio del poder burocrático y la condición de sus personificaciones de estar desvinculados personalmente de la propiedad de las empresas públicas o comunitarias, hace que -sin consciencia socialista-, objetivamente, el interés personal de los burócratas no esté centrado en desarrollar la producción e incrementar la productividad para satisfacer necesidades de la población y fortalecer la soberanía nacional. [...] porque sus ingresos no están vinculados a la productividad de las empresas que dirigen, ni dependen de los resultados alcanzados. Sus sueldos mensuales -cuando los burócratas son corruptos-, sólo representan una pequeña parte de sus ingresos (ENCISO PATIÑO, 2014, pp. 220-221).

E continua:

Desafortunadamente, para mal de la nación, su interés está centrado en capturar por medios fraudulentos (corrupción administrativa), en el menor tiempo posible, a través de la ejecución de los presupuestos asignados por la nación y los contratos que de ellos se derivan, la mayor parte posible de la renta petrolera para su beneficio personal y de grupo. Como los cargos con acceso al control de presupuestos son de libre nombramiento y remoción, y el burócrata no sabe cuánto tiempo estará allí, trata de saquear el erario público con la mayor velocidad posible. La impunidad, hasta ahora muy generalizada en Venezuela, lo estimula a robar sin temor a ser castigado. Esta se facilita con prácticas nepotistas, o sea, con el nombramiento de familiares en cargos de importancia administrativa. Si lo botan de una empresa o ministerio, probablemente se irá para otra u otro, a hacer lo mismo, porque no existe una base de datos poderosa donde se verifiquen los comportamientos laborales previos, ni una Comisión Nacional de Desarrollo y Control de Cuadros del Estado (Idem, p. 221).

Em suma,

Este tipo de burócratas saqueadores del Estado, ejercen el control sobre toda la producción de las empresas en que actúan; definen sin participación de los trabajadores, sus precios de venta y a quien venderle la producción. De esta manera, pueden obtener ingresos extraordinarios al desviar parte de los productos a intermediarios especuladores y recibir por ello una parte del sobreprecio. [...] Para tratar de perpetuar su poder alienante y explotador, las elites burocráticas reprimen y aniquilan de manera sistemática todo esfuerzo por desarrollar el auténtico Poder Popular, en especial la Gestión Socialista con Control Obrero, los Consejos de

Essas longas citações tiveram o objetivo de mostrar o caráter da problemática experimentada na Venezuela visto do ângulo do capitalismo de Estado e do poder da burguesia de Estado. Nesse sentido, o rentismo petrolífero e a luta pelo açambarcamento da mais-valia por parte de desse segmento social (burocracia) se compatibiliza com o burocratismo, que funciona como muro de contenção do poder popular e a gestão socialista com controle operário. Contudo, o burocratismo, identificado pelo autor como um mal, tem o sentido definido pelo “Che” Guevara (2012): basicamente como um problema técnico e, sobretudo, de organização, que impede o avanço da revolução socialista – conforme Guevara, na falta de consciência revolucionária, de organização e de conhecimento técnicos suficientes para tomar decisões justas e rápidas, daí seu caráter altamente centralizador e suas práticas prebendalista e entreguista, cuja solução estaria na educação socialista continuada das massas trabalhadoras.

Praticamente desde a morte de Chávez e a ascensão do governo Maduro a oposição golpista e o imperialismo estadunidense passaram a utilizar a estratégia de ação polivalente para derrubar o governo. Além das tentativas de golpe de 2002 e 2003 (esta última tentativa misturou locaute, sabotagem, paralisação da economia e tentativa de destruição da PDVSA), as forças opositoras concentraram seu ataque na guerra econômica através da ocultação dos produtos importados, fomentando a especulação e o contrabando, principalmente alimentos e produtos de consumo não duráveis, para desestabilizar a economia venezuelana, forçar o aumento da inflação e provocar uma crise política para provocar a queda do governo Maduro. Entre as táticas utilizadas pela oposição para reforçar a estratégia mencionada estão a mobilização permanente da classe média com vistas a fortalecer suas organizações, campanha internacional contra o governo denunciando a falta de democracia e repressão da oposição, seguida de greves de fome, manifestações e protestos violentos (principalmente de estudantes), muitas delas com infiltração de agentes da polícia política estadunidense tanto para aplicar atentados contra os principais dirigentes do governo quanto para provocar aumento da repressão da oposição e morte para depois ser imputado ao governo.<sup>102</sup>

---

<sup>102</sup> Como o caso dos protestos de estudantes em maio de 2014 com um saldo de 43 mortes entre manifestantes e polícia. Vários integrantes da oposição são presos, instaurando-se um processo judicial contra eles. Em fevereiro de 2015 o governo descobre um atentado que estava sendo preparado contra Maduro. Nas chamadas primárias de maio desse ano, num contexto de diálogo e libertação de presos políticos da oposição, esta passa a se organizar na coalizão Mesa de Unidade Democrática (MUD) para participar das eleições parlamentares (Congresso Nacional) a serem realizadas em 6 de dezembro de 2015.

O efeito dessa estratégia a curto e médio prazos é desestabilizar a economia para que entre em recessão e colapso, criando nas massas populares um ambiente de insatisfação permanente pela falta de produtos básicos necessários para a reprodução da força de trabalho (nesse contexto, a especulação e o contrabando ou “bachaqueo” faria sua parte piorando a situação), uma situação semelhante experimentada no caso chileno sob o governo Allende antes do golpe militar de 1973. Trata-se de obrigar o governo a retroceder na implementação das principais políticas do seu programa “socialista” (forte intervenção do Estado na economia, controle da PDVSA e das demais empresas estatais), e sobretudo, forçar o governo a se enquadrar na luta do “jogo democrático” da democracia representativa, empurrando-o ao diálogo para lhe impor o conteúdo das medidas a serem tomadas: liberalização da economia, deposição dos representantes do congresso, liquidação da constituição bolivariana, “resgate” do papel independente judiciário, restabelecendo o “equilíbrio dos poderes” e nova eleição tanto para o congresso como para a presidência do país.

O curioso é que, na contramão dos autores que defendem a via pacífica ao socialismo e suas variantes, especialmente os defensores do “eurocomunismo de esquerda”, o caso venezuelano (que caminha numa situação semelhante ao do Chile do Allende) configura a tendência contrária, não a consolidação de um capitalismo de Estado forte, com robusta intervenção deste, ou a consolidação de fases avançadas de transição ao socialismo; bem pelo contrário, confirma a tendência da possibilidade real de *destruição* do Estado bolivariano por parte da oposição e do imperialismo estadunidense. O que seria feito por duas vias: ou pela imposição da democracia burguesa ou “jogo das regras” democráticas, ficando o governo Maduro e as forças radicais e socialistas reféns da lógica de funcionamento dessa democracia, existindo a possibilidade de serem derrotadas eleitoralmente<sup>103</sup>; ou pela via da ruptura institucional ou golpe civil-militar.

Situação difícil pela qual atravessa o regime venezuelano declarado oficialmente em “transição socialista”, e que se agravou no contexto da crise sanitária provocada pelo coronavírus (covid-19), cuja análise requer maior aprofundamento ao buscar desvendar justamente esse caráter socialista.<sup>104</sup> Nossa hipótese é a de que o caso venezuelano apresenta

---

<sup>103</sup> Como ocorreu na Nicarágua e em El Salvador, com a deposição das armas seguida de derrota eleitoral do FSLN e FFMLN, e que atualmente atravessam sérios problemas econômicos e sociais (alto desemprego, informalização crescente da economia, níveis elevados de pauperização e de violência, agravados pelo surgimento de grupos criminosos fortemente armados), além de serem abandonados pelos governos estadunidenses, sendo o mais dramático o caso salvadorenho cujos antigos integrantes da guerrilha passaram a engrossar os grupos criminosos, o que possibilitou, em anos posteriores, o avanço eleitoral da direita e a conquista do aparelho governamental.

<sup>104</sup> Esse objetivo ultrapassa os objetivos aqui propostos e será retomado em outro momento enquanto análise de um caso concreto.

traços de uma variante de capitalismo de Estado (o mais avançado) que coexiste com experiências de atividades comunais, autogestão em algumas empresas estatais e não estatais, o sistema cooperativo socialista, implementação de políticas sociais com participação direta e semidireta dos interessados, porém não foi suficiente para provocar a expansão do modelo de socialismo comunitário como alternativa à economia mercantil (capitalista) dependente e, sobretudo, ao rentismo. Inclusive, alguns autores detectam a emergência de um “neorentismo socialista”.<sup>105</sup> A nosso ver, a estrutura do Estado está intocada, não sendo controlada pelos trabalhadores ou organizações comunais, prevalecendo o controle hierárquico das forças chavistas e do PSUV de cima para baixo, as forças armadas controladas por militares leais ao chavismo, não permitindo um controle ou organização do tipo “povo em armas”. O que revela o funcionamento do burocratismo (na acepção de Poulantzas da obra de 1968 e Saes) com doses inusitadas de autoritarismo que não permite o avanço das forças sociais que reivindicam uma nova organização interna do Estado burguês – isto é, a contradição entre burocratismo burguês e nova organização estatal de tipo socialista (destruição do burocratismo e ao mesmo tempo socialização dos meios de produção) tende a ser resolvida pelo lado do reforço do burocratismo e o espraiamento de relações políticas clientelistas no interior da estrutura estatal e no regime político controlado pelo PSUV e partidos coligados, funcionando aquele como máquina eleitoral.

Finalmente, é curioso que depois de o regime chavista ser declarado oficialmente socialista (2005), em *La crisis estructural del capital* (2009)<sup>106</sup> Mézáros passou também a caracterizar o regime enquanto tal, inclusive considerando Chávez como um dirigente político radical ao igual que Bolívar (ficando evidente a apologia do autor, diferentemente de Marx, a este caudilho da independência dos países dominados pela coroa espanhola). Todavia, outro dirigente político também é considerado radical no mesmo nível que Chávez: o Lula (e por extensão Morales). Dissemos que é um fato curioso na medida em que tais caracterizações parecem um tanto apressadas e ambíguas (portanto problemáticas, especialmente em relação a Lula), pois colidem com a tese de Mézáros, defendida ao longo de *Para além do Capital*, de que as transformações de cunho socialistas não devem se limitar à política, esta entendida como voluntarista, não caindo em variantes de concepções de “definimento do Estado”.

---

<sup>105</sup> “El neo-rentismo socialista es un modelo basado en el uso intensivo de la renta petrolera para financiar la inversión social y crear la base de apoyo del proyecto político, el cual se ejecuta a través de un sistema de premios y castigos para asegurar la lealtad de los seguidores, lograr la simpatía de grupos ambivalentes y castigar o disuadir a los adversarios” (ÁLVAREZ, 2014). Talvez o crítico mais ferrenho do modelo “socialista” venezuelano seja Lander (2014). Ver também Teran Mantovani (2015).

<sup>106</sup> Ver parte V: “Bolívar y Chávez: el espíritu de una determinación radical” (pp. 149-187).

## 2.2 Estado, capitalismo e democracia: o caso boliviano sob o governo Morales

A seguir, passamos a analisar o caso boliviano sob o governo Morales. Nosso objetivo aqui é tão-somente evidenciar, através de uma análise marxista crítica, os traços essenciais do Estado e do desenvolvimento capitalista, fazendo alguns comentários sobre o funcionamento da democracia representativa.

Para desvendar os traços essenciais da articulação entre Estado, desenvolvimento capitalista e sua relação com democracia na Bolívia sob o governo Morales analisamos o conteúdo das políticas econômica, agrária e camponesa-indígena. Esse recorte ou delimitação do assunto permitirá mostrar os aspectos mais relevantes do processo de transformações socioeconômicas e políticas levadas a cabo pelas forças sociais comandadas pelo MAS/governo Morales na Bolívia no período pós-2006.<sup>107</sup>

Partimos da hipótese segundo a qual o processo de transformação socioeconômica e política vigente segue um modelo de desenvolvimento capitalista dependente iniciado na revolução nacional de 1952. Mais especificamente, a denominada “revolução democrática e indigenista” propalada pelo governo Morales não é outra coisa senão a segunda fase da revolução nacionalista com inclusão dos indígenas no sistema político, com outorga de cidadania política a esse segmento social cronicamente explorado e excluído. Embora tais transformações sejam justificadas ideologicamente pelas forças masistas (partido MAS/governo, movimentos sociais afins e intelectuais, sobretudo García Linera) como sendo uma revolução indigenista, com base na economia comunal indígena em transição ao socialismo. Na verdade, esse processo consolida uma *segunda onda de campesinização*,<sup>108</sup> necessária para alavancar os projetos neodesenvolvimentistas, de cunho neoextrativista, conduzidos por essas forças sociais. Num país de maioria social indígena e pauperizada não é possível desenvolver o país sem a inclusão dessa maioria social. E para incluir esse segmento social é necessário transformá-lo, antes de mais nada, em cidadão no âmbito político e, mais especificamente, em *camponês*,<sup>109</sup> pequeno proprietário de terra e produtor individual no plano socioeconômico.

---

<sup>107</sup> Para o que segue ver: Duran Gil (2008a, 2008b, 2010, 2012, 2013)

<sup>108</sup> A primeira onda de campesinização ocorreu na revolução de 1952. Os indígenas foram considerados como camponeses ou trabalhadores rurais. A reforma agrária do ano seguinte e a distribuição de pequenas parcelas ao camponato pobre praticamente se constituiu numa das pontas de lança na tentativa de capitalização do campo; e que se articulou, na outra ponta, à expansão e consolidação do grande latifúndio, tendo como resultado a criação de nichos de economia agrária capitalista no leste do país (terras baixas) com utilização de mão de obra camponesa sobretudo migrante das terras altas (DURAN GIL, 2010).

<sup>109</sup> A terminologia oficial (que ficou estampada na nova carta constitucional, a de 2008-9) usada para se referir ao segmento social indígena é indistintamente “indígena camponesa” e “camponesa indígena” (cuja

Vale dizer, essa inserção aparece ideologicamente como inserção universal dos indígenas em sentido geral, incluindo nessa terminologia os camponeses de origem indígena, ou então, na amalgama indígena-camponês. Esse caráter da inserção aparece num duplo sentido. Por um lado, ampliação dos direitos políticos e sociais por parte do Estado, o que implica a preservação das terras comunais (terras comunais de origem) com o exercício da autonomia indígena (= autoadministração), o reconhecimento da economia comunal (ayllu), a democracia comunitária, e suas instituições próprias, bem como a outorga de terra aos indígenas e camponeses sem-terra através da política de reforma agrária, além das organizações comunais indígenas serem reconhecidas pelo Estado como instrumentos de pressão sobre este.

Por outro lado, a inclusão enquanto indivíduo indígena, que faz parte de uma comunidade étnica e esta por sua vez integra diversas etnias ou nações indígenas (que chegam a 36 nações no país), é inserido num coletivo mais amplo e supraclassista: a Nação boliviana plurinacional<sup>110</sup> – que é um avanço significativo no país, ficando como um modelo de inclusão social para outros países na América Latina - , qualificando seu caráter pluriétnico, ampliando o sentido de nação restrito e dominante desde a fundação da república (1825) e a revolução de 1952. A ampliação do conceito de nação pela via da sua redefinição com base numa ideologia indigenista pluralista e multicultural, se concretizou justamente no chamado Estado Plurinacional por obra da luta dos próprios movimentos indígenas nos anos 1980, 1990 e 2000 e consagrada na carta constitucional redigida, sobretudo, pelas forças massistas (governo/MAS, movimentos sociais afins e intelectuais do partido) em 2007-2008 na Assembleia Constituinte e aprovada em referendun em 2009.

Embora na realidade social boliviana a problemática sobre os indígenas e camponeses é complexa, podemos detectar a existência de uma diferenciação entre indígena propriamente dito, que não é camponês (a comuna indígena andina tradicional, economia comunal), e o

---

diferenciação é muito tênue) é suficiente para explicar o processo de campesinização levada a cabo pelo governo Morales, embora para as forças propriamente indígenas e camponesas de origem indígena existem diferenças importantes.

<sup>110</sup> A primeira proposta de redefinição da nação monoétnica pelas forças massistas na Assembleia Constituinte era “Estado Plurinacional Comunitário”, porém pela pressão da oposição o governo/MAS a retirou. Contudo, mesmo mantendo o termo “comunitário” não alteraria o conteúdo da proposta inicial dos redatores dessa matéria constitucional, cujos interesses de classe ocultos foram concretizados pelas forças massistas ao viabilizar a economia agrária camponesa e, ao mesmo tempo, a economia agrária capitalista dinamizadas pelas frações da burguesia agrária (capital agroindustrial e capital agroexportador) em aliança com a grande propriedade fundiária e o capital estrangeiro (agronegócio, capital petrolífero) do leste do país, como veremos mais à frente. Já a denominação “indígenas camponeses”, proposta inicialmente, tampouco prosperou, ficando na redação final “nações e povos indígenas originários camponeses”, cuja nomenclatura terminológica de classe e etnia tampouco altera o sentido da proposta mencionada (a revolução agrária camponesa). Schavelzon (2010, 2014) não consegue fazer uma leitura do processo constituinte com foco no conteúdo da luta de classes que expressava esse processo no interior da Assembleia, ficando numa análise formalista.

segmento camponês, cujas origens são indígenas. Este segmento camponês de origem indígena, pequeno produtor e que tem uma parcela de terra, que tem contato permanente com as cidades, ora se autodenomina indígena, ora camponês de origem indígena (camponês-indígena, com dupla identidade) dependendo da sua relação com a economia camponesa (relação com o sindicato rural, etc.) ou com a economia comunal dos seus ancestrais ou parentes próximos, cujo contato é permanente.

De qualquer maneira, o que nossa análise detectou foi esse duplo processo de inserção dos indígenas supramencionado. Haja vista essa diferenciação étnica e de classe, constatamos que a inserção universal indígena no Estado-Nação boliviano, num corpo político coletivo redefinido como *Estado Plurinacional* (portanto uma variante do Estado burguês periférico), o indígena desaparece. E como ele desaparece? Ele justamente desaparece – ao igual que todas as classes sociais - no Estado Plurinacional devido ao caráter *supraclassista* do Estado burguês, mesmo redefinido como Estado-Nação Plurinacional. Assim, a inserção universal do indígena é feito através de uma operação ideológica que não diferencia indígena-camponês ou camponês indígena e que, por outro lado, oculta, na hora de elaboração e execução da política de Estado, o atendimento de certos interesses secundários do campesinato, em detrimento dos indígenas. Noutros termos, mesmo atendendo certos interesses secundários dos indígenas (portanto, não os fundamentais), a política neodesenvolvimentista do Estado atende, e até, com certa prioridade, dependendo da conjuntura de crise política ou pressão das frações de classe dominantes sobre o Estado, certos interesses secundários dos camponeses.

Esse foi o caso da luta entre indígenas e camponeses no *Territorio Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuire* (TIPNIS). O governo Morales, empenhado em concretizar sua política neodesenvolvimentista e neoextrativista, apoia os camponeses que defendem a criação de estradas no meio desse território protegido sem consulta aos indígenas que moram no lugar. Para os camponeses, as estradas são cruciais para contribuir com a ampliação da fronteira agrícola e escoar seus produtos ao mercado (na verdade exigem nova distribuição de terras e assentamentos no TIPNIS). O governo está empenhado em construir as estradas, mesmo se fazendo novas consultas aos indígenas que moram no parque (em 2013 o governo se viu obrigado a fazer uma consulta devido à pressão sofrida pelo movimento indígena, depois do confronto violento entre indígenas e camponeses e as forças policiais que o governo utilizou para reprimir os primeiros). A justificativa de García Linera foi a de que as forças opositoras ao governo, financiadas por ONGs estrangeiras e, sobretudo, com apoio camuflado dos Estados Unidos, queriam derrubar o governo. Há, não entanto, uma justificativa pragmática da política estatal em relação a essa problemática defendida por Linera: utilizar

“temporariamente o extrativismo” com o fim de criar as condições para satisfazer o mínimo básico material das necessidades das pessoas. Essa é, na prática, a política neoextrativista do governo Morales e que se compatibiliza com o apoio aos camponeses.

Daí que – a nosso ver - o debate atual na Bolívia sobre a questão da *bolivianización* do índio ou da *indianización* da Bolívia se torna supérflua ao não discutir o fundamental, pois trata-se de um fenômeno dialético, não alterando o processo de inserção mencionado. Para Stefanoni (2010) o debate é importante, mas não acrescenta uma análise crítica alternativa, ficando mais próximo, numa postura apologética, das concepções de Linera e do governo/MAS sobre o assunto. Apesar de que para os próprios movimentos indígenas (das terras altas e baixas) existam diferenças, mas não excludentes ou contraditórias.

Entretanto, a maioria dos movimentos kataristas (das terras altas) defendeu a *indianización* do país, entendido como uma luta revolucionária para libertar o índio, como quer Fausto Reinaga (no seu livro *La revolución india* de 1970) e Felipe Quispe (do Movimento Índio Pachakuti, partido que surgiu no mesmo período que o MAS liderado por Morales) com suas posturas mais radicalizadas que esse partido. A postura radical destes autores (com sua concepção maniqueísta ou dupla do país: colonialista antiga, colonialista moderna, as duas Bolívias - índia e branca), que defendem a *indianización* da sociedade boliviana e da América Latina contra a civilização ocidental se assemelha à dos movimentos escravistas na história (inclusive aos dos movimentos escravistas no Brasil no período pré-republicano); qual seja, a defesa de uma das variantes de luta antiescravista: inversão da dominação ou a derrubada do branco do poder, colocando no seu lugar os negros, reproduzindo a ideologia escravista - isto é, transformar os antigos senhores em escravos. As outras duas variantes seriam, conforme Saes: reorganizar a comunidade primitiva, numa volta às comunidades de origens, e conquistar a situação de pequeno proprietário independente ou trabalhador “livre” (SAES, 1985, p. 271). Sobre essa problemática, vejamos um parágrafo sobre o assunto na análise de Saes para entender as lutas antiescravistas no Brasil do período pré-republicano:

Isso significa que, em toda revolta escrava, o interesse próprio a uma ordem (= fazer cessar o trabalho forçado) se articula a uma *ideologia de classe* (escravista, camponesa, burguesa) ou *negadora da sociedade de classes* (comunismo primitivo). Analisando o escravismo antigo Moses Finley concluiu que o objetivo dos escravos em revolta era voltar ao país natal ou reverter a situação anterior, reduzindo à escravidão os antigos senhores. A ideia de *liberdade* que movia tais escravos era portanto – lembrou Finley – a própria ideia *escravista* da liberdade (ideologia dominante): ser livre era ter o direito e a capacidade de se apropriar de outros indivíduos como escravos. Também a polêmica soviética sobre os verdadeiros objetivos da revolta de Espártaco indica a possibilidade de as revoltas escravas

exprimirem diferentes tendências ideológicas: se para Rakov os escravos revoltosos comandados por Espártaco e por Crixus queriam a instauração de uma economia camponesa (pequena propriedade independente), para Misulín tal revolta objetivava a instauração de um “socialismo de consumo” (regresso a uma espécie de organização gentilícia) (SAES, 1985, p. 272; grifo do autor).<sup>111</sup>

Sabemos que Reinaga defendeu posturas extremas sobre os indígenas (constatação de que existem vários Reinagas)<sup>112</sup>: primeiro caiu numa concepção mitológica, sobretudo em relação a etnia *aymara*, defendendo a primeira variante; logo defendeu posturas românticas sobre a cultura indígena (holismo indígena); e, finalmente, caiu em mitologias sobre o bem-estar homem-natureza, próximo das ideologias do bem-viver dos autores equatorianos e bolivianos (como Choquehuanca). Já os setores menos radicalizados, como o liderado por Vítor Hugo Cárdenas do *Movimiento Revolucionario Tupac Katari-Liberación*, uma variante de katarismo neoliberal (que se tornou vice-presidente no primeiro governo Sanchez de Lozada, 1993-1997) defendeu a bolivianização do índio (uma variante de nacionalização), semelhante à postura de Morales (índigena de origem aymara) e do MAS.

Finalmente, o ideólogo do “proceso de cambio” na Bolívia, García Linera, defende indistintamente as duas posturas (*bolivianización* e *indianización*) nos seus livros, discursos e conferências (LINERA, 2010, 2011, 2015). Para Silvia Rivera Cusicanqui (1984, 2008, 2012; RIVERA CUSICANQUI & SANTOS, 2014), historiadora, feminista e indigenista que adotou tanto a análise decolonialista (na linha de Gonzalez e Quijano) ou pós-colonialista quanto o movimento libertário no interior do indigenismo, além de ser crítica ferrenha do governo Morales por considerar que este adotou um indigenismo estatal e que ainda reproduz um novo tipo de colonialismo interno, como um novo modo de dominação, a problemática é mais complexa, conforme a autora, não defendendo uma ou outra postura. Uma discussão sobre o assunto apresenta Boaventura de Sousa Santos (2015) no livro *Revueltas de indignación y otras conversas*, onde o autor reproduz o diálogo realizado com Silvia Rivera Cusicanqui em outubro de 2013 em La Paz, cujo vídeo foi publicado em 2014 (RIVERA CUSICANQUI & SANTOS, 2014).<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> Sobre o trabalho de M. Finley, trata-se do artigo “Entre a escravatura e a liberdade” (In: ANNEQUIN, J. et al. *Formas de exploração do trabalho e relações sociais na antiguidade clássica*. Lisboa: Ed. Estampa, 1978); e sobre a polémica soviética refere-se a E. Staerman, o artigo “A luta de classes no final da república”, In: ANNEQUIN et al., citado.

<sup>112</sup> Ver Aguilar Agramont (2015). Este articulista do jornal *La Razón* comunica também que a Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia publicará 32 volumes da obra de Reinaga, indigenista boliviano que agora é incluído na concepção indigenista oficial ou *indigenismo estatal* (como diz Rivera Cusicanqui), cujos principais expoentes são David Choquehuanca (ministro das relações exteriores) e o vice-presidente A. G. Linera. No atual governo Arce, surgido da eleição realizada depois do golpe contra Morales em 2019, Choquehuanca, antropólogo e indigenista, se tornou vice-presidente da Bolívia.

<sup>113</sup> O link do vídeo, com duração de 2:09:42, é o seguinte: <https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>.

Voltemos a nosso tema inicial. O que está ocorrendo na Bolívia atualmente é uma segunda onda de campesinização, um processo socioeconômico como pressuposto do retardatário do desenvolvimento capitalista no campo na linha de observação de Marx (livro 3 de *O Capital*) sobre a renda fundiária e a capitalização do campo ou a conversão da terra em capital, conforme Harvey (2013).<sup>114</sup> Nesse processo o capital transforma tanto os meios de produção como a terra e a renda fundiária do modo de produção pré-capitalista, ou seja, a grande propriedade fundiária feudal ou renda feudal; quanto as classes sociais que fazem parte desse modo de produção, o camponês e o proprietário fundiário feudal, converte a ambos num processo de diferenciação de classe ou de criação de novas frações de classe: o primeiro como pequeno proprietário de terra livre e o segundo como nova fração burguesa, como burguesia agrária, subsumindo-se os dois segmentos sociais, num processo complexo de acumulação de capital, ao capital financeiro ou capital que rende juros. Essa transformação da condição de classe cria a possibilidade de tais classes se converterem, no primeiro caso, em campesinato rico, pequena e média burguesia agrária, e no segundo, em frações de burguesias agrárias, comercial, e até industrial.

Nesse sentido, o campesinato pobre e sem-terra (assalariado) e o campesinato proprietário (parcelar ou detentor de uma quantidade maior de terra), produtor (seja de uma economia familiar de subsistência e o campesinato rico) voltado para o mercado que, ao estarem interligados com as frações de burguesia agrária existentes (e no caso de não existirem, seriam criadas pelo Estado num processo de transformação de classes pelo alto<sup>115</sup>) no círculo de acumulação do capital, portanto, de exploração dos camponeses, aparecem como condição necessária do desenvolvimento do capitalismo, mesmo em países dependentes ou periféricos como a Bolívia. O círculo do processo de exploração de força de trabalho no campo e a acumulação de capital se fecha com:

- 1) O volume de investimentos de capital monetário feitos na terra para melhorar seu uso (criação de prédios, sistema de irrigação, utilização de tecnologia e insumos para a fertilização, busca de melhores terras, ocupação de novos espaços);
- 2) Utilização de mão de obra assalariada e semiassalariada (especialmente camponesa);
- 3) Criação de estradas e uso de transporte (tanto para escoar os produtos como para transportar os trabalhadores);

---

<sup>114</sup> Ver principalmente capítulo 11: “A teoria da renda”.

<sup>115</sup> Sobre esse processo na Bolívia, ver Duran Gil (2010).

- 4) Reforma agrária, programas de distribuição de terra e de assentamentos feitos pelo Estado;
- 5) Instaura-se o mercado imobiliário e a especulação (compra e venda de terras tanto da média e grande propriedade como da pequena e média propriedade) na busca pela valorização contínua da terra.

Assim, para Harvey, essa seria a “tendência crescente para se tratar a terra como um *bem financeiro*”, estando aí “a chave para a forma e a mecânica da transição para a forma puramente capitalista da propriedade privada da terra” (HARVEY, 2013, p. 447; grifo nosso).

Mais especificamente,

Se a terra for livremente comercializada, então ela se torna uma mercadoria de um tipo muito especial. Como a terra não é produto do trabalho, ela não pode ser um valor. A aquisição da terra “simplesmente assegura ao comprador um direito de receber uma renda anual”. Qualquer fluxo de renda (como uma renda anual) pode ser considerado como o juro sobre algum capital fictício, imaginário. Para o comprador, a renda aparece em sua contabilidade como o juro sobre o dinheiro investido na aquisição da terra, e em princípio não é diferente de investimentos semelhantes na dívida no governo, nas ações e nas quotas das empresas, na dívida do consumidor e assim por diante. O dinheiro investido é, em todos os casos, capital que rende juros. A terra se torna uma forma de capital fictício e o mercado imobiliário funciona simplesmente como um ramo particular – embora com algumas características especiais – da circulação do capital que rende juros. [...] Então, quando o comércio na terra é reduzido a um ramo especial da circulação do capital que rende juros, devo argumentar que a posse da terra atingiu sua verdadeira forma capitalista (Idem, p. 447-448).

O processo de campesinização está subliminarmente sugerido na nova constituição e reforçado pela implementação das políticas estatais neo-desenvolvimentistas, principalmente pela política agrária, por parte do governo Morales. Trata-se de um processo no qual o Estado Plurinacional cria as condições ideológicas necessárias para a reprodução das relações capitalistas de produção ao inserir, através da política agrária, a pequena produção camponesa-indígena voltada para o mercado interno e para economia familiar de subsistência, com vistas a contribuir com a capitalização do campo, contrariamente ao apregoado por Linera, que defende a tese do desenvolvimento da economia comunal indígena (GARCÍA LINERA, 2015). O que é feito através de um duplo modelo de utilização da terra:

- 1) Distribuição de pequenas e médias parcelas de terra ao campesinato pobre no programa de reforma agrária em regiões da periferia onde predomina o grande latifúndio (região leste, onde se concentra as melhores terras do país), mormente em terras fiscais ou em fazendas confiscadas pelo Estado que não cumpriram com a

função econômica e social – trata-se da economia familiar de subsistência e pequena produção voltada para o mercado, cujos proprietários tem alguma ajuda do Estado (créditos com juros baixos, tratores etc.);

- 2) Empresa agrícola e pecuária no campo, presente em nichos avançados de economia agrária capitalista modernizada predominantemente no leste do país, como pecuária, produção de grãos (soja, milho, cana de açúcar, algodão, trigo etc.), cuja produção é destinada para exportação e para a agroindústria (açúcar, álcool etc.); o que implicou a manutenção e consolidação do grande latifúndio sob controle do agronegócio, composto pelas frações burguesas agrárias poderosas, como a fração agroindustrial e agroexportadora e o capital estrangeiro, cuja presença e relação aparece oculta.

Nesse sentido, a reforma agrária levada a cabo pelo governo Morales revela justamente um modelo de capitalização do campo com base na produção camponesa de subsistência e pequena produção voltada para o mercado e, simultaneamente, a consolidação das situações de classe das frações burguesas agrárias que surgiram como consequência da revolução de 1952 e da reforma agrária de 1953. Assim, a nova carta constitucional, no que diz respeito à política agrária, aprovada em referendun em 2009, foi pactuada entre as forças masistas (predominantemente pelo governo/MAS e dirigentes políticos e sindicais articulados ao governo) e as forças poderosas do grande latifúndio, implicando a não partilha ou intocabilidade do grande latifúndio. A região foi conhecida no período 2006-2009 como “meia lua” (região rica onde ficam as melhores terras do país), chavão que aparece justamente no contexto de luta dos grandes proprietários fundiários contra o governo e contra os camponeses radicalizados empenhados em realizar a democratização da terra através de uma reforma agrária radical. A agudização dos conflitos entre esses setores derivou em tentativa de golpe por parte das forças poderosas do campo (grandes proprietários fundiários) chegou próximo da divisão do país e a uma guerra civil em 2008. Naquela ocasião o governo desbaratou um grupo armado insurgente a serviço dos donos de terra ou das frações burguesas poderosas articuladas ao campo, ficando conhecido como caso “terrorismo”, no qual estavam envolvidos grandes empresários e dirigentes políticos (como Costas, o governador de Santa Cruz) articulados às organizações político-partidárias da grande propriedade fundiária. No referendun de 2009 Morales foi ratificado como presidente e ao mesmo tempo foi aprovada a nova constituição, na qual consagra o grande latifúndio. A partir desse ano o jargão “meia lua” desaparece na linguagem corrente e diminui drasticamente na academia, fato curioso que se explica pelo pacto entre governo e as forças poderosas do campo. O autor que não só

sinalizou o pacto como o defendeu abertamente (durante o processo constituinte e depois) é justamente o intelectual e ideólogo do “*proceso de cambio*” e vice-presidente Álvaro García Linera: a revolução democrática e indigenista na Bolívia passa pela inclusão das elites de Santa Cruz no processo de cambio através de um pacto político com novas elites (= os segmentos massistas que controlam o aparelho de Estado) que dirigem essa revolução. Essa justificativa ideológica foi propalada através de coletivas de imprensa, artigos publicados sobre o assunto, palestras e conferências por esse dirigente do governo/MAS. Diferentemente da maioria dos autores que estudam esse governo, nossa análise não somente detectou essa problemática como comprovou, através da análise crítica da política estatal realizada pelo governo Morales desde 2006 até o momento (DURAN GIL, 2008a, 2008b, 2010).

A derrota militar (caso terrorismo) e eleitoral (no referendun de 2009 e a terceira reeleição de Moraes em 2014) das forças poderosas do campo é lembrada pelo governo e pelos movimentos sociais afins ao MAS como uma vitória. Na verdade, a derrota é relativa, pois as forças economicamente poderosas do campo conseguiram concretizar seus principais interesses de classe ao preservar e, sobretudo, consolidar o grande latifúndio. Assim, a reforma agrária e seus projetos de distribuição de terra e assentamentos, favorecendo o campesinato pobre, só pode ser feita na fronteira agrícola delimitada pelo médio latifúndio das terras altas e do grande latifúndio nas terras baixas (região leste do país). A política agrária estatal se complementa com a política agrícola em benefício dos camponeses parcelares afins do governo (um segmento forte que faz parte da base social de apoio do regime) e, sobretudo, com uma política de subsídios e créditos volumosos com juros baixos (que inclui auxílio da produção agrícola afetada pela seca ou excesso de chuvas, compra pelo Estado de produtos agrícolas que os produtores não conseguem exportar, etc.) a favor das forças poderosas do campo, comandadas pelas frações agrárias burguesas como a agroindústria e a grande produção pecuária (gado e exportação de carne bobina), articuladas ao capital agroexportador e ao agronegócio.

É comum ver nos jornais notícias sobre a proximidade crescente entre os integrantes do executivo (Morales, Linera, os ministros de *Desarrollo Rural* e de *Tierra* e Reforma Agrária, da economia, etc.) com os empresários do agronegócio e dos dirigentes da poderosa CAO (*Camara Agropecuaria del Oriente*, cujo poder econômico e político suplantou a CEPB – Confederação de Empresários da Bolívia), CAINCO (Câmara de Indústria e Comércio) e CADEX (Câmara de Exportadores de Santa Cruz).

Dois exemplos concretos da aproximação crescente entre governo e as forças poderosas do campo da região leste: 1) o governo promete não só acelerar o saneamento,

regularização de terras e a segurança jurídica (que inclui segurança policial e militar contra as invasões de terras pelo MST na região leste) da grande propriedade fundiária, mas também a expansão da fronteira agrícola com mais de um milhão de hectares para o cultivo intensivo e extensivo com ajuda do Estado (política estatal que foi recebida com agrado pelos dirigentes da CAO)<sup>116</sup>; 2) Na “Cumbre Agropecuaria Sembrando Bolivia” realizada em julho de 2015, o governo Morales concretiza sua promessa de ajuda em favor das forças economicamente poderosas do campo (agronegócio) da região leste com um pacote de projetos e leis para o desenvolvimento do setor; entre as leis estão: a redefinição e ampliação da função econômica e social da empresa capitalista modernizada que funciona no grande latifúndio (boa parte dele improdutivo e voltado para a especulação imobiliária) - um cadeado jurídico que impede reversão do latifúndio pelo Estado (caso não cumprir a função econômica e social) e a ameaça de invasão de terras pelo MST, o uso de biotecnologia para produção de produtos transgênicos, a manutenção do subsídio milionário do diesel para o setor, a criação de infraestrutura pelo Estado para auxiliar a escoação dos produtos para exportação (criação de estradas, ferrovias e inclusive portos no atlântico e o pacífico, cuja política externa e comércio exterior é agressiva sob o governo Morales) e empréstimos volumosos com juros baixos, entre outros.<sup>117</sup>

O discurso da revolução agrária do governo Morales, cujo maior expoente é Linera, para quem a Bolívia está vivendo uma experiência da expansão da economia comunal, sob o controle das comunidades indígenas, tende a comprovar a nossa hipótese segundo a qual está

---

<sup>116</sup> Ver entrevista do dirigente da CAO sobre o assunto, Julio Rodas, integrante da burguesia agroindustrial, cuja família é dona do poderoso *Grupo Rodas*: “Sí, es posible pensar en crecer en un millón de hectáreas” (*El Deber*, 2/03/2015). Claro, desde que o governo assegure segurança jurídica, biotecnologia, infraestrutura e condições favoráveis para a exportação de produtos agroindustriais e grãos (principalmente soja), afirma o dirigente. Naquela ocasião, Morales exigiu o investimento de US\$ 10 bilhões do setor privado (pois até então o setor estava investindo apenas US\$ 3 bilhões) para que o país cresça com sustentabilidade com base na revolução agrária e industrial (= diversificação da indústria petrolífera/gasífera/litífera), conforme o projeto desenvolvimentista do Estado Plurinacional.

<sup>117</sup> Cf. “CAO e governo liman pacote agrário” na Cumbre Agropecuaria Sembrando Bolivia (*El Deber*, 28/7/2015). É curioso que o governo conseguiu aglutinar nesse evento setores e forças diversas do campo com mesas de discussão relativas à política agrária: capital estrangeiro do grande setor agronegócio que estava presente (com seu tradicional lobby) indiretamente através de representantes de instituições intermediadoras internacionais; os setores economicamente poderoso do campo, representado pela CAO; os médios produtores nacionais, os pequenos produtores (campesinato rico) e o setor do campesinato pequeno produtor, representado pelos sindicatos agrícolas. Houve uma pressão dos pequenos produtores ricos que se colocaram contra o uso de biotecnologia e a produção de transgênicos, defendido pelo setor do agronegócio. Inicialmente o governo ficou numa postura oscilante e ambígua em relação ao uso de biotecnologia e produtos transgênicos, ora apoiando os setores agrários da pequena produção (incluído o campesinato pobre pequeno produtor), ora apoiando o agronegócio. Afinal o governo acabou apoiando o agronegócio que defendeu o uso da biotecnologia, inclusive contribuiu, junto com este setor, a afastar estrategicamente o termo transgênico dos debates e discussões e justificar o uso de biotecnologia como inevitável para a expansão da produção agrícola para exportação. Enfim, acabou prevalecendo os interesses do agronegócio, demonstrando mais uma vez a defesa, pelo Estado, das políticas agrária e agrícola a favor das classes capitalistas proprietárias do campo da região leste.

ocorrendo uma segunda onda de campesinização no país. E ela ocorre sob o manto ideológico da “revolução índia” como queria Reinaga. Uma análise crítica das políticas sociais voltadas para os indígenas, sejam estes denominados camponeses de origem indígena ou indígenas camponeses (conforme aparece essa nomenclatura claramente na constituição de 2009), confirmará, com mais profundidade, as nossas hipóteses. Contudo, ultrapassa os objetivos aqui propostos por requerer um espaço maior. De qualquer maneira, as hipóteses indicativas que adiantamos dizem respeito ao processo de cambio ou revolução indigenista que foi realizado em nome dos indígenas, cuja realidade caminha em sentido oposto, podendo ser desvendada pela política estatal implementada pelo governo Morales. As contradições desse pacto do governo Morales com o grande latifúndio e agronegócio reaparecerão em 2018 e no golpe contra o governo em 2019. Ocorre, nesse contexto, aquilo que se conhece como a “política de compromisso” (pacto) entre o regime do MAS e forças conservadoras do campo, aliadas com a política imperialista estadunidense, teria sido quebrado por parte destas forças: estas não reconhecem a política neodesenvolvimentista desse governo, fundamentalmente a favor do campo e do agronegócio, e partem para a luta política e aplicam o golpe de Estado em 2019.<sup>118</sup>

No seu empenho em dirigir o país com base nas pautas de luta surgidas nos anos 1980, 1990 e 2000 (condensadas na guerra da água e do gás), as forças masistas as monopolizaram politicamente e as capitalizaram eleitoralmente, em favor do MAS, e concretizaram algumas delas (digamos as mais importantes) de uma forma reformista em nome dos movimentos camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos e juntas *vecinales* (movimento de vizinhos de bairros). Os integrantes do executivo, junto com dirigentes da hierarquia do partido MAS e da hierarquia dos movimentos sociais próximos desse partido e governo, não só afastaram e expulsaram os setores mais radicalizados dos movimentos sociais (o que ocorreu no seio da Assembleia Constituinte) que lutaram por uma transformação profunda e de cunho revolucionário, mas também bloquearam o avanço dessas forças progressistas que lutavam pela democracia participativa (e a democracia comunal) no âmbito do partido, dos movimentos sociais e do governo. Mais especificamente, o regime masista aplicou uma variante de revolução nacionalista burguesa e não socialista (ou comunal indígena), com predomínio da democracia representativa, o que se explica, por um lado, pelo pacto realizado com as classes proprietárias do grande latifúndio (forças regionalistas), que foi tecido no processo constituinte, portanto antes dos conflitos emanados na chamada “meia lua” em 2008

---

<sup>118</sup> Uma análise mais detida dessa problemática vai ser retomada em outro momento.

e em 2018-19. Trata-se de uma variante de revolução nacionalista burguesa periférica - nas palavras de García Linera: a realização do “capitalismo andino-amazônico”. No seu livro *El Estado de derecho como tiranía*, Tapia (2010)<sup>119</sup>, que também detecta a apropriação (a nosso ver roubo) pelo MAS das pautas dos movimentos sociais radicalizados, configurando um processo político autoritário na direção do MAS, inclusive até “totalitário” (um claro exagero do autor), somente fala do pacto de unidade entre o MAS e os setores camponeses/indígenas aliados para possibilitar a redação das principais políticas reivindicatórias de cunho avançado no seio da Assembleia Constituinte, porém é diferente do pacto feito pelas forças masistas e as frações das classes economicamente dominantes da região leste do país, tese fendida por nós desde 2007.

A questão agrária, entre outras, pesou na movimentação oposicionista a Morales em 2018 e, sobretudo, no golpe contra Morales em novembro de 2019.<sup>120</sup>

### **2.2.1 Política econômica e expansão da indústria mineiro-extrativa**

A análise do conteúdo da política econômica deve complementar os traços essenciais da política agrária desenhados no último item do capítulo 2 desta Tese. Da mesma maneira que se detectam avanços (porém limitados) em relação à política social, sobretudo, no que diz respeito à política indígena/camponesa, que aparecem na constituição de 2009 em relação à defesa dos direitos comunais indígenas e camponeses, dos seus territórios e de sua administração autônoma, num país em que as maiorias sociais estavam cronicamente excluídas das decisões políticas e sociais cruciais, não temos dúvida de que significa um grande avanço. O mesmo podemos dizer sobre a política econômica e os logros sociais conquistados pela pressão das massas indígenas/camponesas e trabalhadoras no país mais pobre da América do Sul.

Não vamos a elencar quase todos os principais indicadores econômicos para demonstrar que houve um avanço, de melhoria social e econômica. Basta com colocar alguns para termos uma ideia desse avanço logrado no período pós-2006, quando Morales assume a presidência. Em comparação com 2005 e 2006 em relação ao desempenho da economia até 2019, o PIB do país oscila entre US\$ 30 e US\$ 34 bilhões (em 2006 era de US\$ 9,54 bilhões). O crescimento médio do PIB desde 2006 até 2015 gira em torno de 5%, com uma taxa de

---

<sup>119</sup> Deve ficar claro que nos diferenciamos desse autor conservador em vários aspectos e conteúdo de nossa análise sobre a evolução do processo socioeconômico na Bolívia no período pós-2006.

<sup>120</sup> Ver a nossa análise do golpe desse ano: “A crise de hegemonia na Bolívia” (DURAN GIL, 2019a) e “O golpe visto em profundidade” (DURAN GIL, 2019b).

desemprego baixa em média de 4% (a de 2006 chegou a 7,99%, sendo que a mais baixa foi de 3,23% em 2012). Uma inflação de 3% em 2015 (cuja média oscila muito, dependendo dos preços dos *commodities* e do preço do petróleo, situando-se em torno de 5% desde 2006). As reservas monetárias (superávit primário) são elevadas, de US\$ 15 bilhões em janeiro de 2015 (sendo a mais alta da América Latina, representando 50% do PIB; em 2005 era de US\$ 1,7 bilhões e foi crescendo paulatinamente). Já o salário mínimo em 2015 chegou a US\$ 241 (Bs 1,656), ligeiramente maior que o do Brasil (US\$ 224,50, de agosto de 2015), quadruplicando-se em relação ao período 2000-2006 (que era de US\$ 60), e a partir de 2013 os trabalhadores recebem o décimo quarto salário. Entretanto, a renda per capita do país é uma das mais baixas da região (US\$ 544 por mês em 2013).

Por outro lado, o investimento estrangeiro direto é baixo (3,5% nos últimos quatro anos), direcionado basicamente ao setor extrativo (gás/petróleo). O curioso são as remessas recebidas do exterior (enviadas pelos imigrantes bolivianos que moram sobretudo na Europa – Espanha, Estados Unidos; Argentina e Brasil) são relativamente altas comparadas com o tamanho da economia e com o investimento estrangeiro direto (que é pífio): chegou a US\$ 1,1 bilhão em 2014.

Em 2005 a taxa de pobreza extrema chegava a 38%, diminuindo para 18,8% em 2013 (o governo prevê diminuir em 8% em 2020). O orçamento de 2015 para a educação foi definido em 7,8% do PIB, para saúde 6,23%, defesa 1,7% e governo 1,4%. Graças ao acordo com o governo cubano (com o projeto “Sim eu Posso”) que, juntamente com o governo boliviano, o país eliminou o analfabetismo em 2008, tendo uma taxa de 3,5%, sendo declarado livre do analfabetismo pela UNESCO.

As universidades públicas e as forças armadas tiveram aumento significativo dos seus orçamentos provenientes dos royalties do gás/petróleo, mesmo assim as primeiras reivindicam o aumento de 20% do orçamento para 2015.

Por último, um conjunto de bônus sociais (para crianças em idade escolar, mulheres grávidas ou bônus pré-natal, mulheres com filhos lactantes até dois anos e para idosos acima de 60 anos)<sup>121</sup> ajudaram a diminuir a fome e a extrema pobreza (a desnutrição em crianças e

---

<sup>121</sup> Trata-se dos seguintes bônus, semelhantes aos auxílios estatais da Venezuela (que são mais consistentes, com participação das comunidades organizadas no país): bônus Juancito Pinto (de Bs 200 para crianças em idade escolar) que abarca mais de 2 milhões de estudantes; Juana Azurduy (de Bs 1820 pago em 33 meses para mulheres trabalhadoras com atendimento pré-natal e pós-parto até a criança cumprir dois anos de idade), abarcando mais de 1 milhão de pessoas; Renta Dignidade para a terceira idade (Bs 200), abarcando mais de um milhão de pessoas desde 2008; e novo bônus criado em 2015: subsídio universal pré-natal (Bs 300), a ser pago durante quatro meses a mulheres independentemente de serem trabalhadoras, com cobertura de aproximadamente 285 mil pessoas por ano. Em geral, o conjunto de bônus alcança a 41,6% da população (mais de 4,5 milhões), com um orçamento em 2014 de US\$ 458 milhões por ano conforme dados do Ministério de

mulheres grávidas e trabalhadoras, com melhorias à população más desprotegida como os anciãos). Em geral, tais bônus (ou bolsas famílias) contribuíram com a transferência de renda à população mais carente, com lógica redistributiva, injetando recursos estatais para dinamizar a economia ou o mercado interno. Isso explica a queda acentuada da taxa da extrema pobreza que caiu a 18,8% em 2013. O grosso da classe média ficou fora desse processo, não entanto ficou também beneficiada pela criação da demanda interna pelo aumento do consumo (bens de consumo não duráveis e duráveis, como compra de carro, casa própria etc.), cujo crescimento se detectou no aumento dos lucros dos supermercados e no mercado de cimento.

Agregue-se a isso que o Estado é o maior empregador e investidor (com cerca de 70% do investimento no país) com recursos oriundos sobretudo da renda gasífera/petrolífera/litífera. Nos últimos 3 anos o país parece um canteiro de obras no setor de construção de moradias, de estradas, aeroportos e na criação de infraestrutura no setor de mineração e da extração dos recursos naturais energéticos (construção de novas usinas e plantas de industrialização do gás, petróleo e lítio etc.).

De qualquer maneira, esses dados demonstram um desempenho macroeconômico e social relativamente positivo, um tanto inédito na história do país, sendo o governo Morales aplaudido pelo FMI, BM e a ONU, basicamente pelos índices positivos da economia. O que também demonstra o bom desempenho eleitoral do Morales ao ser reeleito em 2009 e 2014 com relativa folga. As forças masistas junto com os movimentos sociais que fazem parte da base social de apoio (camponeses, indígenas, trabalhadores urbanos, comerciantes a varejo etc.) proporam novamente a reeleição de Morales nas próximas eleições em 2017, apavorando parte da oposição. Mas o resultado já o conhecemos nos anos de 2018-19.

Acrescente-se a isso os índices positivos no combate ao narcotráfico pelo governo, com diminuição significativa do cultivo da folha de coca (com uma redução de 11% em quatro anos, ou seja, desde 2010) e com a apreensão de 200 toneladas de pasta base e cocaína no período 2006-2013 devido a repressão permanente e mais eficiente do que no período 1988-2005, no qual foi apreendida apenas 67 toneladas da droga. Esse esforço do governo Morales foi reconhecido pela ONU em agosto de 2015 através da *Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito* (UNODC), a contragosto dos Estados Unidos que sempre criticaram a política antidrogas boliviana. Inclusive, esse desempenho positivo da luta contra o narcotráfico foi feito sem a ajuda dos Estados Unidos e da DEA (pois em setembro de 2008

---

Economia e Finanzas em agosto de 2015. O que significa que cerca de 32% da população (de 10 milhões) obtêm ajuda econômica direta do Estado (Cf. [http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com\\_prensa&ver=prensa&id=3414&categoria=5&seccion=306](http://www.economiayfinanzas.gob.bo/index.php?opcion=com_prensa&ver=prensa&id=3414&categoria=5&seccion=306)).

foi expulso o embaixador estadunidense, P. Goldberg, por realizar atividades conspiratórias e golpistas contra o governo, seguida da expulsão da DEA em novembro do mesmo ano pelos mesmos motivos).

Outro indicador importante é a redefinição da política externa do governo em relação a Chile devido as relações conflituosas por causa da perda do litoral boliviano no Pacífico a favor desse país. O governo Morales decidiu resolver o conflito pela via da ação penal contra Chile em 2013 no tribunal internacional de Haya (Holanda) para conseguir uma saída ou porto soberano no Pacífico. Desde esse ano, as relações entre os dois países se tornaram ásperas, com certa retaliação por parte de Chile, tendo praticamente troca de farpas, controvérsias e acusações midiáticas permanentes entre os dois países. Nesse sentido, Morales conseguiu aglutinar uma equipe composta por honoráveis, ex-presidentes, diplomatas, advogados, deputados e senadores (etc.) de centro e de direita para que se incumbam da tarefa de elaborar a estratégia governamental, junto com a equipe de advogados internacionais, na luta diplomática e embate jurídico na Haya no final deste ano, com o fim de recuperar uma saída soberana no litoral. Isso rendeu ampla aceitação política e apoio de diversos segmentos sociais a favor do Morales, o que foi reforçado por este em todo momento através de um discurso nacionalista, colocando alta expectativa de vitória no pleito jurídico e diplomático contra Chile, não isento de interesses eleitoreiros (DURAN GIL, 2012). Contudo, sabe-se que o governo Morales perdeu a ação jurídica movida contra Chile no Tribunal Internacional de Haia em outubro de 2018, significando uma derrota política que foi aplaudida pela oposição.

Visto isso, a pergunta que impõe é: a que se deve esse fenômeno de boa ou relativa bonança da economia e o caráter imbatível do MAS no plano eleitoral? A resposta parece ser evidente, porém as aparências enganam. Para tanto, analisemos os traços essenciais da política econômica e o caráter de classe do governo Morales.

Partimos da hipótese segundo a qual a política econômica implementada pelo governo em questão tem traços neopopulistas, neodesenvolvimentistas e neoextrativistas, com certa influência monetarista e neokeynesiana. Mais especificamente, ela atende prioritariamente os interesses das frações de classe burguesa que dirigem, na forma de condomínio, o sistema hegemônico instaurado logo após as tentativas de golpe de 2008 pela oposição autonomista da região de Santa Cruz e consolidado após o referendun de 2009, que aprovou a nova carta constitucional. E quais são essas frações de classe que dirigem o sistema hegemônico? A complexidade do caso boliviano revela uma situação que pode induzir o analista político a incorrer em erro caso ele não preste atenção da mudança das contradições principais e secundárias, a sua inflexão e linhas de clivagens em relação à luta de classes.

Ao analisar as lutas do movimento camponês e indígena e os setores aliados na Assembleia Constituinte (2007-2008) no contexto de ataque da oposição autonomista regional (de Santa Cruz) contra esse órgão e o governo, tudo se passa como se as forças políticas que redigiram a nova constituição, conduzidas pelo executivo e pelo partido MAS, teriam derrotado a oposição, conforme sustenta García Linera em *Las tensiones creativas de la revolución* (2011). Na verdade, o que ocorreu não foi um empate de tipo catastrófico, como quer esse autor, bem pelo contrário, o que ocorreu foi o momento em que estava se redefinindo, no seio da Assembleia mesmo, a hegemonia política no interior do bloco no poder. As classes e frações de classe que compõem o bloco no poder são:

- 1) A pequena burguesia que controla o aparelho de Estado (executivo), parlamento (deputados e senadores) e os demais subaparelhos (corpo diplomático, empresas estatais), bem como o aparelho partidário (cúpula do MAS) desde 2006, ano em que Morales assume a presidência. Essa fração de classe está composta por camponeses/indígenas como Morales, Choquehuanca (Ministro de Relaciones Exteriores), Nemésia Achacollo (Ministra de Desarrollo Rural) e outros da mesma etnia; outro subgrupo de origem branca como García Linera (vice-presidente), J. R. Quintana (Ministro da Presidência), Hugo Moldiz (Ministro de Gobierno) e outro subgrupo majoritário de origem mestiça como Luis Arce Catacora (Ministro de Economía, atual presidente do país, que ganhou as eleições em 2020). O que queremos destacar aqui é que essa fração de classe de origem multiétnico, que dirige o “processo de cambio”, vai modificar sua condição de classe ao se tornar média burguesia e, sobretudo, burguesia de Estado;
- 2) As frações de classe burguesa aglutinadas no agronegócio, cujas frações burguesas integrantes são a burguesia agroindustrial, a burguesia agroexportadora e os grandes proprietários fundiários, sendo dirigidas pela segunda fração (a agroexportadora); as novas frações que compõem a burguesia mineira; a maioria destas frações compõem a burguesia interna;
- 3) As frações poderosas do capital petrolífero estrangeiro que participam do bloco no poder: grandes transnacionais como Repsol, British Petroleum, Total, Transredes (Shell), a Petrobras, entre outras;
- 4) O capital financeiro internacional, junto com as frações econômica poderosas bancárias, grande burguesia comercial (importadora/exportadora) e suas grandes firmas de seguros.

Trata-se de um sistema plurifracional (SAES, 2014) de classe que participa do exercício hegemônico sob direção da pequena burguesia e burguesia de Estado. Esse seria o traço essencial peculiar do Estado Plurinacional Boliviano sob o governo Morales, sendo o elemento fundamental dos grandes conflitos sociopolíticos no país. As principais políticas estatais (econômica e social) são elaboradas com vistas a atender prioritariamente os interesses dessas frações de classe que participam, em condomínio, do sistema hegemônico. O campesinato indígena (ou indígenas camponeses) e os movimentos populares afins ao governo são as classes apoio do bloco no poder, cujos interesses secundários são atendidos, contrariamente ao que sugere García Linera, que os indígenas camponeses deteriam a hegemonia política no país, cuja economia comunal estaria num processo de transição ao socialismo. Ou então, que o governo Morales seria um governo dos movimentos sociais, como diria igualmente esse autor.

Ora, o que ocorre na realidade é que os indígenas camponeses não comandam nem controlam, para começar, no interior do próprio partido MAS, muito menos no executivo ou no parlamento, embora existam segmentos dos movimentos populares que teriam mais poder de pressão sobre o partido, o governo e o parlamento (estes fazem parte da base social de apoio do governo como veremos a seguir). Ao atender seus interesses secundários dos indígenas camponeses (proteção das terras e territórios indígenas, outorga de autonomia indígena, bônus sociais etc.), o Estado desorganiza essas frações de classe social dominadas e as reorganiza para estabelecer um controle social, redundando na sua desmobilização (é o caso das federações *cocaleras* do Trópico de Cochabamba, a CSUTCB, a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia “Bartolina Sisa”*, os *Ponchos Rojos*, etc., que estão entre os segmentos sociais que fazem parte da base social de apoio do governo). A desorganização por parte do Estado também está ocorrendo com os diversos segmentos dos movimentos populares: trabalhadores de diferentes ramos da indústria, mineiros cooperativizados, associação de moradores ou *juntas vecinales*, diversos sindicatos como o dos trabalhadores da educação pública, que passaram à oposição, e especialmente os sindicatos tradicionais mais combativos como a FSTMB e a famosa COB, que estão sob controle do governo/MAS, um tanto desorganizados ou paralisados, se opondo intermitentemente ao governo, mas sem romper com ele. Já os casos da CONAMAQ, do CIDOB e da APG, oscilam entre a oposição e o apoio ao governo, mais com tendência ao apoio (como a primeira) e com a tendência à oposição e ruptura, como as duas últimas por causa da política abusiva do governo empenhado em explorar, sem consulta aos indígenas, as jazidas de gás e petróleo justamente em áreas indígenas protegidas.

Percebe-se assim que o atendimento de alguns interesses secundários das massas indígenas/camponesas por parte do Estado significa o não atendimento de seus interesses fundamentais, mas o atendimento em caráter prioritário dos interesses fundamentais das frações de classe que participam no sistema hegemônico. Se não, como entender a ação abusiva do governo (para Tapia, seria uma prática tirânica e até um tanto fascista) numa ação desesperada no aprofundamento da extração dos recursos nacionais no menor tempo possível? Harvey diria que a lógica de acumulação de capital pela via da despossessão (ou espoliação) se introjetou nos dirigentes políticos dos governos dependentes, reproduzindo o imperialismo no interior das formações sociais periféricas. O mesmo diria Quijano e Rivera Cusicanqui e os autores apegados à teoria decolonial, que os dirigentes do MAS/governo praticam um neocolonialismo interno como forma de dominação.

Ao menosprezar a democracia participativa e dar “golpe” na constituição que ajudou a redigir, bloqueando a consulta aos indígenas em relação a exploração de novas jazidas de gás/petróleo em territórios indígenas protegidos (esse também é caso da construção de estradas no TIPNIS), o governo demonstra não só a lógica de ação do executivo de não perder tempo no debate democrático na consulta<sup>122</sup> (e sim de agir rápido e com eficiência, que é uma lógica de ação do capital), mas também o funcionamento do Estado como instituição: a elaboração das regras, normas e leis jurídicas na esfera pública (como a constituição), que enquadram os agentes sociais, acabam não sendo cumpridas pelos próprios agentes que elaboraram a norma, demonstrando que os agentes sociais cumprem de fato os valores sociais aos quais eles são enquadrados na sociedade capitalista: os valores do burocratismo, que é um dos valores da estrutura social capitalista (SAES, 1998b, 2012, 2014b).

Nesse sentido, o caso boliviano – na nossa interpretação – tem traços semelhantes e ao mesmo tempo diferentes do caso venezuelano. Vejamos agora os principais aspectos da política econômica.

Primeiro, ela tem como base a nacionalização dos recursos energéticos, gás, petróleo e lítio, cuja luta pela recuperação desses recursos remonta a “guerra do gás” (outubro de 2003) e ao referendo vinculante de julho de 2004 no qual ganha a proposta de recuperação desses produtos pela via da nacionalização e estatização, bem como também a recuperação da estatal *Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), que estava praticamente morta por obra dos governos neoliberais. O governo Morales simplesmente cumpre o mandato popular,

---

<sup>122</sup> Essa prática liberal autoritária, de menosprezo da democracia, é antiga. A encontramos em autores liberais no seu ataque ao parlamento inglês no século XVIII-XIX, com a justificativa técnica segundo a qual o processo decisório das matérias da política estatal elaboradas no parlamento é moroso demais, sendo o executivo mais rápido e eficiente na sua elaboração e execução.

produto das lutas draconianas nos anos 1990 e 2000, ao decretar em maio de 2006 a recuperação de tais recursos, considerando-os como propriedade absoluta do Estado em “boca de poço”, exercendo o Estado o direito proprietário, através da estatal YPFB, sobre a totalidade dos hidrocarbonetos, aumentando os royalties de 18% (as chamadas regalias) a 82% da exploração.<sup>123</sup> As empresas petrolíferas estrangeiras não só devem cumprir a nova legislação como fazer novos contratos, caso contrário seriam expulsas do país. Destaque-se que a lei da nacionalização já estava pronta em maio de 2005, tendo sido elaborada no parlamento sob o governo Mesa, porém Mesa a rejeitou por considerar seu caráter estatizante, não assina o decreto-lei e renuncia ao cargo.<sup>124</sup>

Para Morales, o Estado estaria recuperando a propriedade, a posse e o controle total e absoluto desses recursos, dando a impressão, no momento de divulgar na imprensa o decreto de nacionalização, de se tratar de uma medida revolucionária, passando a imagem de que o governo é realmente revolucionário e socialista em relação aos anteriores. Embora tal medida tenha um caráter desse tipo num país espoliado de seus recursos naturais e energéticos ao longo do século XX, principalmente no período neoliberal (1985-2005), não podemos nos limitar a essa caracterização. Na verdade, o que fez o governo foi, primeiro concretizar um decreto que já estava pronto e que foi produto da luta e pressão das massas populares radicalizadas que exigiam uma nacionalização mais aprofundada seguida da estatização - isto é, maior controle do Estado na cadeia produtiva, começando pela prospecção, a extração, produção, comercialização, refino e industrialização e exportação, limitando a participação do capital estrangeiro no setor ou destinando seletivamente sua participação em setores que o Estado não teria interesse. A estatização defendida pelo movimento popular na guerra do gás exigia isso, além do não pagamento de indenização às empresas estrangeiras como a Petrobras, tal como ocorreu no processo de nacionalização no governo Torres e a Assembleia

---

<sup>123</sup> Esse aumento de impostos parece excessivo se não explicarmos o caráter extorsivo e espoliador dos recursos energéticos pelo capital estrangeiro através da legislação neoliberal (elaborada nos dois governos de Sánchez de Lozada) sobre a concessão total desses recursos, do solo e subsolo ou jazidas, como propriedade das transnacionais petrolíferas, além do controle de toda a cadeia produtiva (prospecção, exploração/extração, comercialização, refino e exportação). Então, o imposto de 18% era somente sobre a exploração. O governo cria uma legislação específica, porém um tanto confusa, sobre impostos que *incidem mais na exploração*: 82% para os campos com produção acima de 100 milhões de pés cúbicos diários (18% de royalties, 32% de Impuesto Directo a los Hidrocarburos e 18% destinado a YPFB). A maioria das firmas transnacionais paga 18% em geral. Já as empresas que exploram campos com produção abaixo de 100 milhões de pés cúbicos diários pagam 50% de imposto pela exploração.

<sup>124</sup> A lei 3058 de 17/5/2005, no seu Art. 5º reza: “se recupera la propiedad de todos los hidrocarburos en Boca de Pozo para el Estado Boliviano. El Estado ejercerá, a través de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), su derecho propietario sobre la totalidad de los hidrocarburos”. Na mesma legislação, produto do referendium vinculante de 2004, indicava que, além do aumento de impostos, a estatal YPFB deveria se dividir em duas: uma empresa com caráter autárquica que se responsabilizaria pela administração dos contratos; e outra com caráter misto, encarregada de explorar e comercializar gás e petróleo.

Popular em 1969-1971 (DURAN GIL, 2014). Tratava-se, então, de realizar uma nacionalização recuperando a memória da luta operária nas experiências de 1952 e 1969, ou, quando muito, seguir o modelo venezuelano e iraniano, pois as massas populares radicalizadas entendiam que era o momento propício de avançar nessa luta e que as forças massistas poderiam contribuir na criação das condições políticas e ideológicas para realizar essa façanha. Mas o que ocorreu foi o contrário.

Segundo, o governo Morales aplicou uma nacionalização branca ao se contentar somente com a renda gasífera/petrolífera através do aumento relativo dos royalties, mesmo que tenha feito esforços em direção a diversificação e industrialização de alguns produtos (criação de novas usinas). O controle majoritário ou total da cadeia produtiva através da YPFB estava descartado. A nova legislação impositiva tem um caráter ambíguo e confuso, não só abre a brecha para a manipulação, por parte dos dois lados (as transnacionais e o Estado) da definição do cálculo impositivo dos volumes de exploração de acordo com o tipo de jazida e, sobretudo, manipulação dos ganhos ou lucros reais por parte das empresas petrolíferas: maqueamento da contabilidade, ocultação dos lucros reais, distorção no cálculo impositivo, desfalque ao fisco, o que revela ser uma prática antiga do capital.<sup>125</sup> Esse caráter obscuro, ambíguo contraditório da legislação impositiva tende também a beneficiar as ações jurídicas de contestação, por parte das transnacionais petrolíferas, do cálculo impositivo que seria feito de maneira imprecisa, ambígua e até “abusiva” por parte do Estado (alegariam os últimos), dando margem para ações jurídicas em cortes internacionais onde o capital tem controle ou maior pressão a seu favor. Por isso é que o governo é cuidadoso (diríamos “medroso”) com os contratos com as transnacionais, inclusive o caso da Petrobras foi habilmente negociado entre ambas as partes, para não fechar as fontes dos recursos (impostos, para um, matéria prima a preço de banana, para o outro) ao não “matar” a galinha dos ovos de ouro.

Depois da nacionalização do gás/petróleo, quase todas as transnacionais permaneceram na Bolívia e nenhuma foi embora (nem a Petrobras). A resposta para esse

---

<sup>125</sup> No final de 2014, a mídia boliviana divulgou que o lucro das firmas petrolíferas transnacionais chegou a US\$ 5,6 bilhões, num país pobre isso significa um saqueio. Entretanto, devemos desconfiar dessa cifra, pois geralmente tais firmas ocultam o volume monetário do verdadeiro lucro para evadir impostos. O que se complica ainda mais quando um governo que defende os interesses econômicos do grande capital fica conivente com essa situação. É o caso do governo Morales que silenciou sobre o golpe fiscal dado pelas firmas monopolistas petrolíferas (talvez essa tenha sido a regra desde 2006, ano da nacionalização). As contas apresentadas pelas transnacionais são obscuras e contraditórias. É o que demonstra uma análise jornalística que denunciou o caso. A Petrobras, BG, Repsol e Total teriam tributado apenas 5% do total cobrado pelo fisco, chegando a US\$ 230 milhões de US\$ 7,5 bilhões declarados. Todavia, as pessoas comuns teriam pago nesse ano US\$ 400 milhões de imposto pelo consumo de gasolina: “El gobierno no aclara US\$ 5.600 en costos que las trasnacionales recuperan como ingresos” (Bolpress, 23/3/2015: <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2015032307>).

curioso fenômeno está no próprio caráter da nacionalização. Ela não ameaçou nem inviabilizou a operação das transnacionais no país. Inclusive, atraiu ainda outras firmas médias e grandes que chegaram ao país (a Sinopec chinesa, a Gazprom da Rússia, da Coreia do Sul, a estatal iraniana, entre outras). Assim, dado que é um negócio ainda rentável e altamente lucrativo, as grandes firmas estrangeiras que estavam no país aumentaram o volume de exploração e outras chegaram atraídas pela alta rentabilidade e lucro, pois a Bolívia possui a segunda maior reserva gasífera da América Latina depois da Venezuela, e cujo aumento dos royalties pelo governo Morales não impediu nem assustou a permanência das firmas estrangeiras que já estavam operando no país como das novas que chegaram. Inclusive, o Estado incentiva permanentemente às firmas estrangeiras ampliar os contratos de exploração e os investimentos, a aumentar a produção. E isso se explica por dois motivos:

- 1) Depois da nacionalização as empresas estrangeiras perceberam que a Bolívia tem uma grande oferta de gás/petróleo em “boca de poço” para o mercado internacional, ou seja, estão lá, ofertados para serem extraídos com impostos baixos, a maioria deles concentrados na exploração;
- 2) A indústria extrativa petrolífera na Bolívia é ainda controlada pelo grande capital monopolista do setor, cujo maior negócio – a extração e comercialização – estão nas suas mãos, sem contar que ele também detém o monopólio da tecnologia na área e vende a preços exorbitante ao Estado.

A lógica de extração de maior volume de gás no menor tempo possível é a mesma lógica de acumulação de capital também no menor tempo possível, configurando aquilo que Harvey denomina acumulação pela espoliação. Do lado do capital petrolífero, para manter a fonte de extração dessas matérias primas energéticas, simplesmente investe o mínimo necessário para o funcionamento da indústria extrativa na Bolívia. O que pode ser comprovado pelos índices de investimento do capital estrangeiro direto no país tanto no período neoliberal como no pós-2006, inclusive em alguns anos o investimento foi negativo. O curioso é que as remessas enviadas do exterior (basicamente de bolivianos imigrantes que moram na Espanha, Itália, França, Estados Unidos, Argentina e Brasil) tem uma média de cerca de um bilhão de dólares por ano.

Essa lógica de acumulação de capital mencionado acima parece também dominar a pequena burguesia dirigente do “processo de cambio”, empenhada em criar as condições ideológicas e jurídicas para a exploração dos recursos energéticos no menor tempo possível

através de sua política neodesenvolvimentista e neoextrativista. A pergunta que se impõe é: depois de quase dez anos da nacionalização do gás/petróleo o governo Morales tem conseguido transformar o padrão de estrutura econômica do país com base na renda gasífera e petrolífera? Conseguiu dar os primeiros passos para a diversificação econômica e a industrialização com base na indústria mineiro-extrativa? Nossa resposta é negativa, mesmo que o governo tenha se esforçado em construir algumas usinas de industrialização do gás (com significativo investimento público) em Santa Cruz, Cochabamba e Tarija, com o fim de inserir valor agregado e exportar produtos industrializados aos países vizinhos e não gás condensado ou matéria prima bruta. Contudo, o governo não consegue ir além disso, ficando refém da oscilação do preço do petróleo no mercado mundial cuja tendência está em queda livre devido a sobre oferta do produto e a volta das exportações de petróleo do Irã. Talvez os dilemas da economia boliviana de enclave mineiro e dos esforços na diversificação industrial estejam nessas variáveis. Como o capital estrangeiro no setor petrolífero (e no setor industrial) não está interessado em alavancar um processo de industrialização de tipo associado, como se dera no período da substituição de importações (mesmo com relativo sucesso) no Brasil, Argentina e México. Esse capital está interessado na espoliação dos recursos energéticos, mineralógicos e bioenergéticos no menor tempo possível (acumulação por espoliação), com mínimo investimento para manter funcionando as economias de enclave mineiro-extrativo, garantindo a fonte de extração desses recursos. Então, quais seriam as alternativas dessas economias de enclave? A Venezuela mostrou, e ainda demonstra, que existe um caminho alternativo, porém não consegue sair da lógica da reprodução neoextrativista e rentista.

E a Bolívia sob governo Morales?

A nossa hipótese e a de que tal governo escolheu o caminho do neoextrativismo. Acabou reproduzindo a lógica da acumulação de capital no menor tempo possível, lógica essa que também vigorou no período quando o país era predominantemente um exportador de concentrados de estanho e outros minérios.<sup>126</sup> Por ocasião da análise da lógica de acumulação de capital por parte das classes dominantes bolivianas no ciclo extrativo mineiro, sustentado o seguinte:

A lógica de acumulação determinada por um tipo particular de prática dos principais agentes econômicos estrangeiros (principalmente das frações dominantes do capital americano), que temos denominado maximização da extração de lucros imediatos, também se aplica às principais classes dominantes e frações dominante bolivianas. Entretanto, tal prática adota uma forma diferente: uma prática econômica peculiar determinada pelas condições do processo de acumulação num país dominado pela

---

<sup>126</sup> Cf. Duran Gil (2003), ver item 3.3 “Caráter da prática econômica das classes dominantes bolivianas” (pp. 247-270).

economia mineiro-extrativa. Para explicar a peculiaridade dessa prática nos baseamos na seguinte hipótese explicativa: a prática de acumulação de lucros no menor tempo possível segue a lógica de funcionamento da indústria mineiro-extrativa de acordo com a combinação de três fatores importantes: 1) o investimento para o funcionamento de uma unidade produtiva; 2) a variação da oferta/demanda dos metais no mercado mundial; e 3) o fator político: o Estado – isto é, as possibilidades de direcionamento da política econômica favoráveis à reprodução das condições essenciais desse tipo de economia, independentemente do fator negativo (“instabilidade política”) alegado pelos agentes econômicos internos e pelo capital estrangeiro (DURAN GIL, 2003, p. 247).

Por isso o empenho da pequena burguesia dirigente, que virou burguesia de Estado, de reproduzir a lógica de extração de matérias primas (gás/petróleo e atualmente lítio) no menor tempo possível, dado o caráter contingente da economia extrativa, semelhante ao processo de acumulação da economia estanífera:

Assim, dado o caráter contingente do ciclo extrativo, a maximização do lucro no menor período de tempo aparece como um elemento inerente ao funcionamento e reprodução desse tipo de economia. A racionalidade do processo de extração de mais-valia e de lucro seria sobredeterminada por esse caráter contingente: a combinação dos três fatores mencionados se patenteia no princípio “minimização dos riscos e maximização do lucro” (Idem, p. 247).

Essa seria uma das explicações do comportamento da burguesia de Estado (forças masistas e, por extensão, das demais frações burguesas na Bolívia) que dirige a economia extrativista favorecendo o capital estrangeiro espoliador. Inclusive, ela insiste, não tendo escrúpulos, em explorar áreas ou territórios que foram declarados parques nacionais ou reservas indígenas, como o caso da firma francesa Total, que construiu uma grande usina de extração no médio do território guarani no interior do departamento (estado) de Santa Cruz. Até o momento os indígenas estão mobilizados e atrincherados na própria usina impedindo que a firma desenvolva seus trabalhos. Nas coletivas de imprensa, Morales insiste em manter sua política extrativa intensiva mesmo em territórios indígenas.<sup>127</sup>

A forma como são atendidos os principais interesses econômicos e políticos da burguesia de Estado (os segmentos sociais masistas) que controla o aparelho estatal é predominantemente através do funcionamento das empresas nacionalizadas e estatizadas, especialmente mediante a direção e controle da cúpula desses aparelhos econômicos (gerenciamento), altos salários e privilégios, manejo de recursos econômicos elevados e desvios de verbas através de práticas corruptas etc. Desde 2006 até 2015 houve um significativo crescimento das empresas estatais e autárquicas, principalmente na expansão do aparelho econômico, na criação de novas firmas estatais no setor de industrialização do gás e

---

<sup>127</sup> “Guaranies piden diálogo al gobierno en una carta” (*El Deber*, 21/08/2015), solicitam realização de consulta democrática ao povo guarani urgente para se posicionarem sobre a exploração da firma francesa Total.

seus derivados (polietileno, adubo, refinação de gasolina e diesel), no setor metalúrgico (indústria do ferro e aço El Mutun), criação de hidrelétricas e geração de energia eólica para exportação de energia.

Até 2011 existiam 21 empresas estatais<sup>128</sup> que fazem parte do aparelho econômico, conforme informa o livro oficial *Las empresas estatales en el nuevo modelo económico de Bolivia (2012)*. O ministro de economia, Luis Arce (que virou presidente do partido MAS em 2020, depois do golpe de Estado, em nas eleições em 2020 virou presidente do país) justificou que o tipo de economia que vigora na Bolívia desde 2006 se denomina *Nuevo Modelo Económico, Social, Comunitario y Productivo* (destaque para o termo comunitário para designar, por parte do funcionário estatal, que tem um compromisso com a economia comunitária indígena, porém, como vimos tal economia ou está em vias de extinção ou sobrevive de forma dramática), que é considerado como antítese do neoliberalismo que vigorou no país durante 20 anos. Na lógica dos agentes estatais, o funcionamento das empresas públicas, com forte intervenção do Estado, serve para alavancar a produção e diminuir a pobreza com redistribuição de renda, vejamos:

La intervención del Estado en la economía es una de las características del nuevo modelo. Así, el fortalecimiento y construcción de empresas estatales se constituye en el motor de la nueva arquitectura económica. El Estado Plurinacional de Bolivia tiene un enfoque productivo porque asume que el camino más aconsejable para reducir la pobreza, el desempleo y la desigualdad consiste en incrementar la base productiva acompañada de una sólida redistribución del ingreso (ARCE CATAFORA, 2012).

Uma análise mais detida do texto em tela revela que o lucro das empresas estatais é relativamente pequeno em relação aos gastos: cerca de US\$ 257 milhões (Bs 1.777) no período de 2006-2011 (uma média de US\$ 42,8 milhões por ano), sendo curiosamente insignificante em relação às remessas enviadas pelos imigrantes bolivianos (cerca de US\$ 1,0 bilhão por ano). O que revela a importância para a geração de emprego (mais de 11 mil trabalhadores, cujo grosso se concentra nas empresas extrativas, principalmente COMIBOL (Corporação Mineradora da Bolívia) com cerca de 6 mil trabalhadores, mais da metade do total). O informe não fala dos salários, pois seu objetivo é mostrar que as empresas estatais são rentáveis e bem administradas. A pergunta é: aonde são destinados os excedentes? Ao pagamento de bônus assistencialistas?<sup>129</sup>

---

<sup>128</sup> Entre as principais empresas estão as chamadas estratégicas: YPFB, COMIBOL, VINTO (usina de refino de minérios) e MUTUN (paralisada, porém que vai ser reabilitada em 2022). Já as de serviço são 7: ENDE, BOA (aviação), TAP, BOLIVIA TV, ENABOL, DAB e ABE.

<sup>129</sup> Um estudo realizado pela consultora Human Value, que faz parte da British Petroleum, revelou que na Bolívia os melhores salários para a cúpula das firmas petrolíferas transnacionais pagam os melhores salários (um

Por fim, também a transferência de recursos públicos destinados a programas sociais, como o *Fondo Indígena*, dirigidos pela pequena burguesia de origem indígena, voltado principalmente para a implementação de projetos de desenvolvimento em regiões rurais diretamente com populações indígenas no interior do país. Em 2014 os fiscais do governo descobriram um desfalco milionário pelos seus dirigentes, alastrando-se o problema até hoje, alguns foram processados e encarcerados e outros tiveram de devolver parte do dinheiro.

Finalmente, a proximidade entre os dirigentes políticos integrantes da burguesia de Estado e os representantes econômicos do grande capital petrolífero foi permanente. Esse é o caso de Morales e García Linera que participam ano a ano nos eventos do setor de gás e petróleo organizado pela poderosa *Cámara Boliviana de Hidrocarburos y Energía*, o principal órgão de representação de interesses do setor, com sede em Santa Cruz de la Sierra. Linera geralmente se apresenta como palestrante ao apresentar conferências junto com conferencistas estrangeiros.<sup>130</sup> No último evento, intitulado *VIII Congreso Bolivia Gas & Energía 2015: Desafíos energéticos para la próxima década. ¿Crisis u Oportunidad?*, realizado na cidade indicada nos dias 20 e 21 de agosto, Linera informou um aspecto crucial da política estatal: as prefeituras e governos regionais poderão participar na exploração do gás/petróleo<sup>131</sup>, contrariamente a postura do governo/MAS em 2006, pois naquela ocasião estava em conflito as autonomias indígenas e as autonomia regional defendida pela oposição. Os governos regionais que estavam na oposição, como o de Santa Cruz, defendiam a continuidade do açambarcamento da renda petrolífera através da captura, por parte das frações burguesas que controlavam o aparelho estatal regional, dos royalties do gás/petróleo. O movimento popular lutou contra essa situação na guerra do gás e contra os sucessivos governos que ficavam coniventes com esse açambarcamento do excedente por parte das frações burguesas de Santa Cruz. Inclusive, as massas populares em 2008, que se posicionaram contra esse roubo, defenderam arduamente o governo cujo conflito quase derivou numa guerra civil.

---

gerente ganha em média US\$ 8 mil, já o salário mais alto chegou a US\$ 25.000 em novembro de 2014). No setor petrolífero nacionalizado ou estatal os gerentes ganham em média US\$ 7.300 (“Altos ejecutivos, el salario top en Bolivia es \$us 25.500”, *El Deber*, 4/11/2014). O que não fica diferente nos outros setores das empresas estatais, principalmente as de médio e grande porte.

<sup>130</sup> Essa proximidade de García Linera também é feita com a poderosa CAO, Cámara Agropecuaria del Oriente, o principal órgão de representação de interesses do agronegócio boliviano, que também tem sede em Santa Cruz de la Sierra. No início de 2015, Linera, junto com Morales, foi convidado de honor à celebração dos 100 anos do órgão.

<sup>131</sup> “Gobernos subnacionales podrán participar en exploración de gás” (*La Razón*, 20/8/2015); “Alcaldías darán dinero para fondo de incentivos al sector petrolero” (*La Razón*, 22/8/2015).

O governo/MAS e Garcia Linera estão de acordo com essa política que as massas denunciaram. E não só isso: os governos regionais, junto com as prefeituras e municípios se tornarão quase “sócios” das transnacionais. Os governos e municípios criaram um fundo de incentivo para possibilitar o investimento em novas explorações no país. O dinheiro sairá do *Impuesto Directo a los Hidrocarburos* (IDH) e do orçamento geral do Estado (Tesouro Geral da Nação). Trata-se de um incentivo monetário (= injeção de capital) para ajudar as transnacionais a realizar novas explorações de gás/petróleo com o fim de aumentar as receitas dos municípios e governos regionais num contexto de crise provocado pela queda do preço internacional do petróleo. É uma espécie de incentivo monetário semelhante ao feito pelo governo Rouseff às montadoras de automóveis para que estas não demitam em massa os trabalhadores brasileiros.

Temos assim mostrado que o atendimento, por parte do Estado, dos principais interesses econômicos e políticos de forma prioritária das classes e frações de classe burguesa que participam do sistema hegemônico se faz através da política econômica. Assim, a pequena burguesia que dirige o aparelho estatal e que participa do sistema hegemônico, converteu-se em burguesia de Estado num contexto de funcionamento de uma variante de capitalismo de Estado na Bolívia, expressando uma situação peculiar deste país em relação à Venezuela e Equador.

Por fim, o governo Morales não conseguiu modificar o padrão da estrutura econômica boliviana, cujos traços essenciais permanecem há mais de um século, como sendo mineiro-extrativo e agrário-indígena/camponês.

O caso boliviano mostra uma variante de desenvolvimento capitalista com base na economia neoextrativista e na capitalização do campo - cujos agentes de transformação são os camponeses (os indígenas foram transformado em classe social) e o conjunto de burguesias agrárias - , tendo o Estado um papel crucial na criação das condições ideológicas necessárias para reproduzir as relações sociais capitalistas.

Por último, o conteúdo das principais políticas de Estado (agrária, gasífera/petrolífera, social etc.), seu desenvolvimento e tendência, bem como as contradições políticas emanadas do regime estatal plurinacional (reeleição de Morales, agudização de conflitos internos nos movimentos populares que apoiavam o governo e que passam a oposição, crescimento da oposição autonomista contra o regime: principalmente os latifundiários do departamento da chamada “meia-lua”, surgimento e fortalecimento de setores da polícia e do exército que passam à oposição contra o governo por não serem atendidas suas demandas e os conflitos não resolvidos, como a punição pelo governo Morales contra a corrupção e articulação de

setores da polícia com o narcotráfico, punição contra corrupção de desvio de dinheiro através de negociatas na compra de armamento, entre outros. Esses setores da oposição foram capitalizados politicamente e incentivados pelos Estados Unidos sob o governo Trump para derrubar o governo Morales em 2019, cuja queda também contribuíram vários erros e aspectos políticos contraditórios desse governo (Cf. DURAN GIL, 2019a e 2019b).

Sabemos que no processo eleitoral de 2020, o partido MAS ganhou amplamente a eleição nacional, sendo eleito presidente Luis Arce, recuperando o partido o poder executivo e legislativo, com maioria no parlamento. O que implica uma nova fase da política estatal do regime do MAS/Estado Plurinacional e sua análise correlata, tomando em conta a tendência de médio e longo prazo e as contradições do conteúdo das principais políticas estatais, cujo estudo ficará para próximo capítulo ou para uma próxima oportunidade.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste texto temos analisado os traços essenciais da relação Estado dependente, capitalismo e democracia na América Latina com foco nos casos da Venezuela e Bolívia no período que se inicia em 1999. O que foi feito através de dois capítulos. No primeiro, foi apresentado uma discussão sobre o Estado dependente e suas problemáticas teóricas correlatas, Partindo do avanço teórico da teoria marxista do Estado na linha teórica do marxismo estruturalista mediante seus representantes, o Nicos Poulantzas de *Pouvoir politique et classes sociales* de 1968 e Décio Saes, chegamos a conclusão que se trata de uma teoria marxista de Estado definida, que pode ser utilizada para ser operacionalizada nos casos da Venezuela e a Bolívia no período indicado e que serve para ser aplicada a outros Estados da periferia do capitalismo. Para constatar o avanço dessa teoria do Estado, buscamos apresentar um debate segundo a qual não existe uma teoria definida de Estado em autores marxistas contemporâneos, como os autores do “debate alemão”, bem como Mészáros e Harvey. O que nos levou a discutir uma outra problemática que detectou a inexistência de uma teoria definida de Estado dependente, para logo propor uma alternativa de análise teórica e empírica com base na teoria de Estado elaborada por Poulantzas e Saes.

Já no segundo capítulo temos analisado os traços essenciais da relação Estado dependente, desenvolvimento capitalista e democracia na Venezuela e Bolívia no período delimitado. Para tanto, a nossa análise detectou o caráter essencial da articulação da economia rentista e neoextrativista de enclave com o Estado dependente, denominado por nós como capitalismo de Estado, que evidenciam elementos sócio-históricos que impedem o avanço a uma industrialização mesmo que retardatária e hiper-retardatária por diversos motivos, principalmente pela natureza dos conflitos de classes instaurados na Venezuela e na Bolívia, num contexto de operação nos setores chaves da economia, nesses países, do capital monopolistas estrangeiro (direcionando pelo capital financeiro internacional) e a intervenção do imperialismo estadunidense, que, junto com o capital monopolista oriundo desse país, bloqueia e interdita qualquer tipo de industrialização retardatária consistente ou forte nesses países. Os grandes problemas e dilemas desse países, no sentido da implementação de desenvolvimento capitalista endógeno ou alternativo, estariam, de um lado, nessa dupla intervenção (capital estrangeiro monopolista e o imperialismo sobretudo o estadunidense); e de outro, no próprio conteúdo de classe da política estatal instaurada na Venezuela e na Bolívia.

Nesse sentido, ao longo do texto temos buscado demonstrar duas hipóteses, através de uma análise crítica: não existe uma teoria marxista definida sobre o Estado capitalismo em autores importantes como Mézáros e Harvey e muito menos uma teoria marxista definida do Estado dependente; na Venezuela e na Bolívia foram instaurados, no período pós-1999, variantes de capitalismo de Estado que, mesmo sendo uma avanço em relação ao Estado neoliberal, atravessam, cada um, problemas socioeconômicos e políticos sérios – que repercutem nas lutas pela superação da democracia representativa e que denunciam o caráter da política assistencialista estatal - que não devem ser negligenciados nos estudos de casos e que, ao mesmo tempo, podem alertar ao movimentos populares que buscam lutar pela vaga do socialismo na América Latina.

A análise do atual período (2021 em diante) no contexto de pandemia provocada pelo covid-19, pela intervenção da política polivalente estadunidense contra Venezuela, e pelo momento de pós-golpe na Bolívia, requer uma análise detida e cuidadosa que ficará para uma próxima empreitada analítica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYERBE, L. F. **A revolução cubana**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- AYERBE, L. F. Crise de hegemonia e a emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. **Lua Nova**, São Paulo, nº 83, 2011, pp. 179-216.
- AGUILAR AGRAMONT, R. “Fausto Reinaga, vigente porque el ‘tema del indio’ aún no fue resuelto”, **La Razón**, 29/03/2015. Disponível em: [http://www.la-razon.com/suplementos/animal\\_politico/Indigenismos-indianismos-Reinaga\\_0\\_2241975893.html](http://www.la-razon.com/suplementos/animal_politico/Indigenismos-indianismos-Reinaga_0_2241975893.html). Acesso em: 29/03/2015.
- ALAVI, H. “L’Etat dans le sociétés post-coloniales”, **Les Temps Modernes**, Paris, Nº 314-315, set/out., 1972.
- AMIN, S. **O Desenvolvimento Desigual**. Ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- AMIN, S. **Capitalismo periférico y comercio internacional**. Buenos Aires: Ediciones Periferia, 1974.
- ANDERSON, P. As antinomias de Antonio Gramsci”. **Crítica Marxista**, nº 1, São Paulo, Editora Joruês, 1986.
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ANTUNES, R. **A desertificação neoliberal (Collor, FHC, Lula)**. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- ANTUNES, R. O governo Lula e a desertificação neoliberal no Brasil. **Resistir**. Disponível em: [www.resistir.info](http://www.resistir.info), 21/05/2005.
- ÁLVAREZ, V. El neo-rentismo socialista. **Rebellion.org**. Disponível em: <http://www.aporrea.org/ideologia/a196163.html> e [www.rebellion.org](http://www.rebellion.org), 7/10/2014. Acesso: 8/10/2014.
- ALTHUSSER, L. **A favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado** – Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a Reprodução**. 2ª Ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- ALTHUSSER, L. **Sur la reproduction**. Paris: PUF, 1995.
- ALTHUSSER, L. Le courant souterrain du matérialisme de la rencontre. In: ALTHUSSER, L. **Écrits philosophiques et politiques**. Paris: Ed. Stock/Imec, 1994. Tome I.
- ALTHUSSER, L; BADIOU, A. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. 1ª ed. São Paulo: Global, 1979.
- ALTHUSSER, L. & BALIBAR, E. **Para leer El Capital**. 21ª. Ed. México: Siglo XXI, 1988.
- ALTHUSSER, L. et al. **Discutir el Estado**. Posiciones frente a uma tesis de Louis Althusser. Buenos Aires: Folios Ediciones, 1983.
- BALIBAR, E. Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico. In: BALIBAR, E. **Cinco estudos do materialismo histórico**. Portugal: Editorial Presença, 1975. Vol. II.
- BARAN, P. & SWEEZY, P. **Capitalismo monopolista**. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 3ª ed.
- BEIGUELMAN, P. **Formação política do Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1967.
- BERNARDO, J. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras, 1998.
- BERNARDO, J. **Economia dos conflitos sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Bernardo,%20Jo%C3%A3o/Economia%20do%20Conflitos%20Sociais.pdf> Acesso em: 12/03/2015.
- BETTELHEIM, Ch. **A transição para a economia socialista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

- BETTELHEIM, Ch. **Planificação e crescimento acelerado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- BETTELHEIM, Ch. **A luta de classes na União Soviética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Primeiro período (1917-1923). Vol. 6.
- BRUNET, F. El Estado, la política, las clases sociales y el capital. **Nueva Sociedad**, Caracas, Noviembre-Diciembre 1986.
- BOCCARA, P. **Estudos sobre o capitalismo monopolista de Estado**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- BORGES, L. F. P. Breve histórico da social-democracia: o debate sobre a democracia. In: **Democracia e educação: uma análise da crítica às políticas educacionais no Brasil (1995-2002)**. (Cap. II). Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2006. Disponível em: [http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde\\_arquivos/8/TDE-2006-07-18T12:31:18Z-1116/Publico/TeseLFPB.pdf](http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2006-07-18T12:31:18Z-1116/Publico/TeseLFPB.pdf) Acesso: 10/03/2015.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci et l'Etat. Pour une théorie matérialiste de la philosophie**. Paris: Fayard, 1975.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. Sobre o conceito de crise do Estado e sua história. In: POULANTZAS, N. (org.). **Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. (dir.). **La Gauche, le pouvoir, le socialisme: hommage à Nicos Poulantzas**. Paris: PUF, 1983, 376 p.
- CARTA MAIOR. Álvaro Garcia Linera: Às esquerdas da Europa e do mundo. Conferência no IV Congresso do Partido da Esquerda Europeia de 13 a 15 de dezembro de 2013. São Paulo, 25/12/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/alvaro-Garcia-Linera-as-esquerdas-da-Europa-e-do-mundo/6/29876>. Acesso: 25/04/2014.
- CARRILLO, S. **Eurocomunismo y Estado**. Madrid: Editorial Crítica, 1977.
- CARVALHO, C. E. “Esquerda conflitiva” e política econômica: notas sobre Argentina, Bolívia e Venezuela. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: UNESP e Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais Unesp/Unicamp/PUC-SP, 2008.
- CARVALHO, C. E. A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, nº 66, 2009.
- CASANOVA, P. G. (coord.). **El Estado em América Latina**. México: Siglo XXI, 1990.
- CARDOSO, C. F. S. Sobre los modos de producción coloniales de América Latina. In: ASSADOURIAN, C. S., et al. **Modos de Producción en América Latina**. 2ª ed. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1974.
- CARDOSO, C. F. S. e BRIGNOLI, H. P. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre Estado e dependência. **Cadernos CEBRAP**, São Paulo, Nº 11, 1973.
- CASAR, M. A. En torno al debate marxista sobre el Estado. **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. XLIV, Nº 4, Octubre-Diciembre 1982, pp. 1187-1202.
- “CHE” GUEVARA, E. **Contra el burocratismo**. Caracas: Ediciones Correo del Orinoco, 2012.
- CHESNAIS, F. & LÉVY, D. & WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Cemarx/Xamã, 2003.

- CODATO, A. Poulantzas 1, 2 e 3. In: CODATO, A. & PERISSINOTO, R. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.
- COUTINHO, C. A democracia como valor universal. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Vol. 9.
- COUTINHO, C. **A dualidade de poderes**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- COUTINHO, C. et al. Mesa redonda: a estratégia da revolução brasileira. In: **Crítica Marxista**, nº1, 1ª ed., São Paulo, Juruê, 1986.
- COUTINHO, C. Democracia e socialismo. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- COUTINHO, L. Desigualdades regionais: uma revisão da literatura. In: **Revista de Administração de Empresas**, vol. 13, nº. 3, 1973.
- COVA MADURO, A. et al. **Una lectura sociológica de la Venezuela actual II**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=GESFmE-ciDUC&pg=PA62&lpg=PA62&dq=venezuela+se+declara+socialista&source=bl&ots=ZBh1yhL9yO&sig=P2QsemhlrshxfV0QWlApbaX7aMk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CEYQ6AEwB2oVChMlnqny4SvxwIViAuQCh3hegD9#v=onepage&q=venezuela%20se%20declara%20socialista&f=false>. Acesso: 20/08/2014.
- DELGADO RAMOS, G. C. (Coord.). **Ecología política del extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental**. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20131218030905/EcologiaPolitica.pdf>. Acesso em: 25/05/2015.
- DEMIROVIC, A.; HIRSCH, J.; JESSOP, B. (Mit einer Einleitung von). **Nicos Poulantzas – Staatstheorie**. Politischer Überbau, Ideologie, Autoritärer Etatismus. Hamburg: VSA-Verlag, 2002. 35 pp. Disponível em: <https://www.vsa-verlag.de/uploads/media/www.vsa-verlag.de-Poulantzas-Staatstheorie.pdf>. Acesso em: 5 Out. 2019.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. O imperialismo na era neoliberal. **Crítica Marxista**, nº 18, Editora Revan, 2004, pp. 11-36.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. Une théorie marxiste du néolibéralisme. **Actuel Marx**, Vol. 40, 2006, pp. 24-38. Disponível em: <http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2006n.pdf>. Acesso: 26/09/2014.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- DUMÉNIL, G. **América Latina na mundialização neoliberal**. Mimeo. Fevereiro de 2005. Disponível em: <http://www.jourdan.ens.fr/levy/>. Acesso: 12/08/2015.
- DURAN GIL, A. **Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978)**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, IFCH/UNICAMP, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279910>.
- DURAN GIL, A. Bolívia e Equador no contexto atual. In: AYERBE, L. F. (Org.). **Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul**. São Paulo: UNESP e Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais Unesp/Unicamp/PUC-SP, 2008a.
- DURAN GIL, A. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, Vol. 33, 2008b.
- DURAN GIL, A. A dialética do latifúndio e minifúndio: caráter da política agrária boliviana nos últimos 60 anos. In: **Anais do V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**, Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), Buenos Aires, 2010. Disponível em: <http://www.academica.com/000-036/863.pdf>.
- DURAN GIL, A. A dialética do latifúndio e minifúndio: a política agrária boliviana nos últimos 50 anos. **Cadernos PROLAM/USP** (Online), v. 15, 2017, pp. 56-76.

- DURAN GIL, A. La política exterior boliviana post 2005. In: SERBIN, A. et al (coord.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2012.
- DURAN GIL, A. A política agrária boliviana sob o governo Morales. **Revista História & Luta de Classes**, v. 16, 2013.
- DURAN GIL, A. O caráter das crises políticas durante o governo Torres e a Assembleia Popular na Bolívia (1970-1971). **Lutas Sociais**, Vol. 18, 2014.
- DURAN GIL, A. A crise de hegemonia na Bolívia. **A Terra é Redonda**, São Paulo, p. 1-10, 16 nov. 2019.
- DURAN GIL, A. Bolívia: o golpe visto em profundidade. **Outras Palavras**, São Paulo, p. 1 - 8, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/bolivia-o-golpe-visto-em-profundidade/>.
- DURAN GIL, A. Desenvolvimento capitalista e Estado burguês na América Latina. In: MEJÍA, J. C. A.; GRANATO, L. (Org.). **La cuestión del Estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. 1ª Ed. Medellín: Ediciones UNAULA, 2021, pp. 81-120.
- ENCISO PATIÑO, R. **El modo de producción soviético y el socialismo del siglo XXI en Venezuela**. Caracas: Ministerio para el Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010. Disponível em: <http://www.mpcomunas.gob.ve/el-modo-de-produccion-sovietico-y-el-socialismo-del-siglo-xxi-en-venezuela/>. Acesso: 28/01/2015.
- EVANS, P. **A Triplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ENCISO PATIÑO, R. Lucha de clases y rentismo petrolero en venezuela: riesgos y dificultades para la transición del capitalismo al socialismo algunas claves para comprender la situación actual, afianzar la soberanía nacional y avanzar al socialismo. In: PINHEIRO, J. (org.). **Marx: crise e transição – contribuições para o debate hoje**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/marx-crise-e-transicao\\_ebook.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/marx-crise-e-transicao_ebook.pdf). Acesso: 27/01/2015.
- EVANS, P. Reiventing the Bourgeoisie: State Entrepreneurship and Class formation in Dependent Capitalism Development. **American Journal of Sociology**, Supplement, Volume 88, 1983.
- EVANS, P. et al. (eds.). **Bringing the State Back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. (a).
- EVANS, P. et al. (eds.). **States versus Market in the World-System**. Beverly Hills: Sage, 1985. (b).
- EVANS, P. **Embedded Autonomy. States and Industrial Transformation**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- EVERS, T. **El Estado en la Periferia Capitalista**. 3ª ed. México: Siglo XXI, 1985.
- EVERS, T. et al. Movimientos barriales y Estado. Luchas en la esfera de la reproducción en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. XLIV, nº 2, Abril-Junho de 1982, pp. 703-756.
- FAJNZYLBER, F. **Industrialización e internacionalización en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de América Latina**. México: Editorial Nueva Imagen, 1983.
- FAJNZYLBER, F. **Industrialization in Latin America: from de “black box” to the “empty box”: a comparison of contemporary industrialization patterns**. Santiago: United Nations, Economic Commission for Latin America and Caribbean, 1990.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13ª ed. São Paulo: Globo 1998.

- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERRER, A. **La economía Argentina: las etapas de su desarrollo y problemas actuales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- FRANK, A. G. **Le développement du sous-développement**. Paris: Maspero, 1969.
- FORNILLO, B. La Bolivia de hoy: ¿neodesarrollismo o socialismo comunitario? **3ras. Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericanos: Movimientos Sociales, Estados y Partidos Políticos en América Latina: (re)configuraciones institucionales, experiencias de organización y resistência**, Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, Argentina, 28 al 30 de Noviembre de 2012. Disponível em: <http://www.todoamerica.info/sites/default/files/FORNILLO%20-%20LA%20BOLIVIA%20DE%20HOY%20%C2%BFNEODESARROLLISMO%20O%20SOCIALISMO%20COMUNITARIO.pdf>. Acesso: 8/06/2014.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 36ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25ª Ed. São Paulo: Graal, 2012.
- FOUCAULT, M. **L'Archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 9ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1969.
- FURTADO, C. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959.
- FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 3a. ed., 1965.
- FURTADO, R. F. A. **Ensaio sobre a Venezuela. Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2008.
- GARCÍA LINERA, A. **Forma valor y forma comunidad**. Conchocoro: 1995.
- GARCÍA LINERA, A. **A potencia plebeia – Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GARCÍA LINERA, A. **Las tensiones creativas de la revolución**. La quinta fase del Proceso de Cambio. Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia. La Paz, 2011. Disponível em: [http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/tensiones\\_revolucion.pdf](http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/tensiones_revolucion.pdf). Acesso: 30/04/2014.
- GARCÍA LINERA, A. **Socialismo comunitário**. Un horizonte de época. La Paz: Vicepresidencia de la República del Estado Plurinacional de Bolivia, 2015 (a). Disponível em: [http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/socialismo\\_comunitario-2.pdf](http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/socialismo_comunitario-2.pdf). Acesso em: 6/07/2015.
- GARCÍA LINERA, A. **Conferencia inaugural** en el VI Foro Internacional de Filosofía, Estado, Revolución y construcción de Hegemonía, Venezuela, 28 de noviembre de 2011. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K9sUyrQi3p0>. Acesso em: 25/05/2014.
- GARCÍA LINERA, A. **Charla Magistral**. Comunidad, Socialismo y Estado Plurinacional. Universidad de Chile, 2 de Julio de 2015 (b). Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia. Disponível em: <http://www.vicepresidencia.gob.bo/spip.php?page=videos-prensa>. Acesso: 8/07/2015.
- GENOVESE, E. **Économie Politique de l'Esclavage**. Paris: Maspero, 1968.
- GENOVESE, E. **Senhores e Escravos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GERSCHENKRON, A. **El atraso económico en su perspectiva histórica**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.
- GONZALES CASANOVA, P. (coord.). **El Estado en América Latina**. Teoría y Práctica. México: Siglo XXI, 1980.
- GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

- GRENON, M. & ROBIN, R. "A propos de la polémique sur l'Ancien Régime et la Révolution: pour une problématique de la transition", *La Pensée*, nº 187, Paris, junho de 1976.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 1ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. 1ªed. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- GUDYNAS, E. Los tres momentos críticos de Ecuador en Lima. **Rebellion.org**. 17/12/2014. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=193235&titular=los-tres-momentos-cr%EDticos-de-ecuador-en-lima->. Acesso: 20/12/2014.
- GUDYNAS, E. Entrevista con Eduardo Gudynas - Extractivismo, gobiernos "progresistas" y alternativas del Buen Vivir. 12/3/2015. Disponível em: <http://www.planv.com.ec/historias/entrevistas/gobiernos-progresistas-son-otro-tipo-bicho-politico>. Acesso: 12/3/2015.
- GUDYNAS, E. **Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza**. Cochabamba: CEDIB, 2015. Disponível em: [http://www.academia.edu/12686212/Extractivismos.\\_Ecolog%C3%ADa\\_econom%C3%ADa\\_y\\_pol%C3%ADtica\\_de\\_un\\_modo\\_de\\_entender\\_el\\_desarrollo\\_y\\_la\\_Naturaleza](http://www.academia.edu/12686212/Extractivismos._Ecolog%C3%ADa_econom%C3%ADa_y_pol%C3%ADtica_de_un_modo_de_entender_el_desarrollo_y_la_Naturaleza). Acesso: 28/05/2015.
- GUDYNAS, E. Cuando los extractivismos reconfiguran democracias y derechos Tensiones y contradicciones bajo el progresismo realmente gobernante. **Revista Herramienta**, nº 54, 2014. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-54/cuando-los-extractivismos-reconfiguran-democracias-y-derechos-tensiones-y-c>. Acesso: 28/05/2015.
- HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- HABERMAS, J. **Teoría de la Acción Comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987. 2 Tomos.
- HABERMAS, J. A nova intransparência. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, Nº 18, setembro, 1987, pp. 103-114.
- HABERMAS, J. O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, Nº 18, setembro, 1995, pp. 87-101.
- HALL, P. A. (ed.). **The Political Power of Economic Ideas. Keynesianism across Nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- HALL, P. A. & SOSKICE, D. (eds.). **Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HALL, S. Nicos Poulantzas: State, Power, Socialism. **New Left Review**, Vol. I, nº 119, January-February 1980.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª Ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 1ª Ed. São Paulo: Anna Blume, 2005 [2001]. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf>. Acesso: 15/06/2014.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 4ª Ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **Os limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HARVEY, D. **Seventeen Contradictions and the End of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- HEALY, K. **Caciques y patronos. Una experiencia de desarrollo rural en el sud de Bolivia**. 3ª ed. Cochabamba: CERES, 1987.
- HERNANDEZ, M. Entrevista a Ricardo Antunes - "El gobierno Dilma será de los grandes capitalistas". 9/12/2014, em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=192969>. Acesso: 10/12/2014.

- HIRATA, H. Capitalismo de Estado, burguesia de Estado e modo de produção tecnoburocrático. **Discurso**, Revista do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1980, pp. 49-68. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/discurso/article/viewFile/37881/40608>. Acesso: 21/05/2015.
- HIRSCH, J. **Materialistische Staatstheorie**. Hamburg: VSA-Verlag, 2005.
- HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – I. **Crítica Marxista**, nº 24, 2007a.
- HIRSCH, J. Forma política, instituições políticas e Estado – II. **Crítica Marxista**, nº 25, 2007b.
- HIRSCH, J. Poder e antipoder. Sobre o livro de John Holloway Mudar o mundo sem tomar o poder. **Revista Lutas Sociais**, Vol. 17/18, primeiro semestre de 2007c. Disponível em: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17\\_18\\_hirsch.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v17_18_hirsch.pdf)
- HIRSCH, J. **Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- HIRST, Paul Q. (ed.). **The Pluralist Theory of the State**. London/New York: Routledge, 1993.
- HOBSBAWM, E. Apresentação. In: HOBSBAWM, E. et al. **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Volume 5.
- HOBSBAWM, E. O marxismo hoje: um balanço aberto. In: HOBSBAWM, E. et al. **História do Marxismo**. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Volume 11.
- HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S. **State and Capital. A marxist debate**. Austin: University of Texas Press, 1979.
- JESSOP, B. El gobierno de lo ingobernable: acuerdo en la crisis. **Revista Mexicana de Sociología**, nº 3, Julio-Septiembre de 1982, pp.789-813.
- JESSOP, Bob. **Marxiste Theory and Political Strategy**. London: Macmillan, 1985.
- JESSOP, B. “A globalização e o Estado nacional”. **Crítica Marxista**, nº 7, São Paulo, Xamã, 1998.
- JESSOP, Bob. **The Future of the Capitaliste State**. Cambridge: Polity Press, 2002.
- JESSOP, Bob. Pouvoir et stratégies chez Poulantzas et Foucault. **Actuel Marx**, Nº 36, Paris, P.U.F, 2004, pp. 89-107.
- JESSOP, B. **Poulantzas’s State, Power, Socialism as a Modern Classic**. 2006. Disponível em: <http://mercury.soas.ac.uk/hm/pdf/2006confpapers/papers/Jessop.pdf>. Acesso em: 27/6/2010.
- JESSOP, Bob. **State Power**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- JESSOP, B. Althusser, Poulantzas, Buci-Glucksmann: desenvolvimentos ulteriores do conceito gramsciano e Estado integral. **Crítica Marxista**, nº 29, 2009a. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo173artigo4.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo173artigo4.pdf)
- JESSOP, B. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista Sociologia e Política**, Vol. 17, nº 33, Curitiba, junho 2009b. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/28737/18844>
- JESSOP, R. (B.). **El futuro del Estado capitalista**. Madrid: Catarata, 2008.
- LACLAU, E. Feudalismo e capitalismo en América Latina. In: ASSADOURIAN, C. S., et al, **Modos de Producción en América Latina**. 2ª ed. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1974,
- LANDER, E. Venezuela: crisis terminal del modelo petrolero rentista? **Rebellion.org**. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/191388.pdf>. Acesso: 31 de outubro de 2014.
- LIMA, G. S. C. **Uma análise sobre a teoria marxista do Estado: a problemática da hegemonia política**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/4271/1/AnaliseTeoriaMarxista.pdf>

- LIMA, G. S. C. Alysson Mascaro. Estado e forma política. **Resenha**, 2015. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/05/Resenha-Mascaro-G-Cintra.pdf>. Acesso em: 27/07/2015.
- MACHADO, D. La restauración conservadora del correísmo. 27/10/2014. Disponível em: <http://www.deciomachado.blogspot.com.br/2014/10/comunicacion-estrategica-marketing.html>.
- MALLOY, J. & CONAGHAN, C. **Unsettling Statecraft. Democracy and Neoliberalism in the Central Andes**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994.
- MANDEL, E. **El capitalismo tardío**. México: Era, 1979.
- MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.
- MARINI, R. M. Luz y sombra: Perspectiva del eurocomunismo. Archivo de Ruy Mauro Marini. Publicado em **El Universal**, México, miércoles, 11 de abril de 1979. Acesso: 9/5/2014. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>.
- MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Ediciones Era, 1973.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARINI, R. M. et al. El Estado en América Latina (mesa redonda). **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, nº 82, Oct.-Dic., 1975.
- MARTIN, J. (org.). **The Poulantzas Reader: Marxism, Law and the State**. London: Verso, 2008
- MARTINS, L. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARRAMAO, G. Entre bolchevismo e social-democracia: Otto Bauer e a cultura política do austromarxismo. In: HOBSBAWM, E. J. et al. **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Volume 5.
- MARTORANO, L. Retomar o debate sobre o Estado. Resenha sobre livro de Mészáros A montanha que devemos conquistar. Reflexões sobre o Estado. 2015. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/05/resenha-Mezzaros-LCM.pdf>. Acesso em: 27/07/2015.
- MASCARO, A. **Estado e forma política**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 10ª ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.
- MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. 2ª Ed. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo/Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **La crisis estructural del capital**. Caracas: Ministério para el Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2009. Disponível em: <http://www.mpcomunas.gob.ve/la-crisis-estructural-del-capital/>. Acesso: 28/01/2015.
- MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar. Reflexões sobre o Estado**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MILIBAND, R. **Marxismo e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICA, MINISTERIO DE DESARROLLO PRODUCTIVO Y ECONOMÍA PLURAL. **Las empresas estatales en el nuevo modelo económico de Bolivia**. La Paz: MEFP, 2012. Disponível em: [http://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/Materiales UCS/Libros/Libro\\_empresas.pdf](http://medios.economiayfinanzas.gob.bo/MH/documentos/Materiales UCS/Libros/Libro_empresas.pdf). Acesso: 9/7/2015.
- MOKRANI CHÁVEZ, D. & URIONA CRESPO, P. Bolivia: Informe de coyuntura y balance anual de 2012. **OSAL**, CLACSO, Buenos Aires, Año XIV, Nº 33, mayo, 2013.

- MONEDERO, J. C. El Estado moderno como relación social: la recuperación de un concepto politológico del Estado. In: JESSOP, B. (Robert). **El futuro del Estado capitalista**. Madrid: Catarata, 2008.
- MONEDERO, J. C. Venezuela y la reinención de la política: el desafío del socialismo en nuevos escenarios. **OSAL**, CLACSO, Buenos Aires, Año XIV, N° 33, mayo, 2013.
- MORAGA, H. G. **O Estado nas Sociedades Dependentes**. Lisboa: Ed. Presença/Livraria Martins Fontes, 1977.
- MOTTA, L. E. Nicos Poulantzas, 30 anos depois. **Revista Sociologia e Política**, Vol. 17, n° 33, Curitiba, junho 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000200017&script=sci\\_arttext#c7](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782009000200017&script=sci_arttext#c7)
- MUÑOZ JARAMILLO, F. (ed.). **Balance crítico del Gobierno de Rafael Correa**. Quito: Universidad Central del Ecuador, 2014. 536 pp. Disponível em: <https://redsosamazonas.files.wordpress.com/2015/07/libro-balance-critico-compressed.pdf>. Acesso: 4/08/2015.
- NADER, V. & BRITO, G. Falência do PT gera instabilidade política (Entrevista a Ricardo Antunes), **Correio da Cidadania**, 16/03/2015. Disponível em: [http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10596:anchete160315&catid=25:politica&Itemid=47](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10596:anchete160315&catid=25:politica&Itemid=47). Acesso: 22/05/2015.
- NAVARRETE CARDONA, S. Entrevista con el sociólogo Boaventura de Sousa Santos, El neoextractivismo está acabando con América Latina. **El Expectador**, 3/11/2014. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=191554>. Acesso: 5/11/2014.
- NETO, J. M. B. Rui Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. In: **Crítica Marxista**, n° 33, 2011.
- OFFE, C. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, H. A. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, Vol. 53, n° 2, 2010.
- OLIVEIRA NETA, L. B. & DURAN GIL, A. A crise econômico-financeira de 2008-2009 e o seu impacto nas relações econômicas do Brasil com a China. **Relatório Técnico Científico Final** Apresentado ao “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFU”, 2013.
- POULANTZAS, N. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: Maspero, 1968. 2 Vol.
- POULANTZAS, N. & MILIBAND, R. **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- POULANTZAS, N. **Fascismo e Ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- POULANTZAS, N. **A crise das ditaduras – Portugal, Grécia, Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- POULANTZAS, N. The Capitalist State: a reply to Miliband and Laclau. **New Left Review**, Vol. 1, n° 95, January-February 1976.
- POULANTZAS, N. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, N. (org.). **Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- POULANTZAS, N. Towards a Democratic Socialism. **New Left Review**, Vol. 1, n° 109, May-June 1978.
- POULANTZAS, N. **L’Etat, le pouvoir, le socialisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- POULANTZAS, N. **Estado, poder, y socialismo**. 7ª Ed. México: Siglo XXI, 1987.

- POULANTZAS, N. & WEBER, H. Entrevista com Nicos Poulantzas: o Estado e a transição ao socialismo”. **Teoria & Política**, ano 1, nº 4, 1982.
- PINHEIRO, J. Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana. In: PINHEIRO, J. (org.). **Marx: crise e transição – contribuições para o debate hoje**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: [http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/marx-crise-e-transicao\\_ebook.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/marx-crise-e-transicao_ebook.pdf). Acesso: 27/01/2015.
- PIVA, J. D. **Em luta pela terra sem mal**. A saga guarani contra a escravidão na Bolívia. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.
- PRIETO, H. Entrevista con el sociólogo venezolano Edgardo Lander, "El proceso de transformación de la sociedad venezolana en lo fundamental fracasó". **Contra Punto**, 11/08/2015. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=202011&titular=%22el-proceso-de-transformaci%F3n-de-la-sociedad-venezolana-en-lo-fundamental-fracas%F3%22->. Acesso em: 11/8/2015.
- PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RAFAEL CORREA – Entrevista. La vía del Ecuador. **New Left Review**, nº 77, Nov-Dic. 2012. Disponível em: <http://newleftreview.es/77>. Acesso: 8/7/2014.
- RILEY, D. Los herederos de Berstein. **New Left Review**, nº 76, Sep/Oct. 2012. Disponível em: <http://newleftreview.es/76>.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Oprimidos pero no Derrotados: la Lucha Campesina Entre los Aimas y Quechuas en Bolivia**. Ginebra: UNRISD, 1984.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Gestión pública intercultural. Pueblos originarios y estado**. La Paz: Azul Editores, 2008. Disponível em: <http://www.bivica.org/upload/pueblos-originarios.pdf>. Acesso em: 26/04/2014.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Violencias (re)encubiertas en Bolivia**. Santander: Otramérica, 2012.
- RIVERA CUSICANQUI, S. & BARRAGÁN, R. “Presentación”. In: RIVERA CUSICANQUI, S. & BARRAGÁN, R. (Comp.). **Debates Post Coloniales: una introducción a los estudios de la subalternidad**. La Paz: Ed. Aruwiyiri/Rotterdam: SEPHIS, 1997.
- RIVERA CUSICANQUI, S. & SANTOS, B. S. **Conversa del Mundo - Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos**. Vídeo publicado em 12/03/2014. Duração: 2:09:42. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjgHfSrLnpU>. Acesso em: 13/06/2015.
- REINAGA, F. **La revolución india**. La Paz: PIEB, 1970.
- SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.
- SAES, D. Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado. In: **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Coleção Trajetória 1. Campinas, Gráfica do IFCH, 1994 (a).
- SAES, D. Marxismo e História. **Crítica Marxista**, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1994 (b).
- SAES, D. O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira. In: MORAES, J. Q. de (org.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998a. Vol. III, pp. 11-122.
- SAES, D. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, nº 7, 1998b.

- SAES, D. O conceito de Estado burguês. In: **Estado e democracia: ensaios teóricos**. 2ª ed. Campinas: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1998c.
- SAES, D. Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil. In: COSTA, S. (org.). **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: A. Garibaldi, 1999.
- SAES, D. **República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SAES, D. O lugar dos conceitos de 'estrutura' e 'instituição' na pesquisa em educação. **Cadernos CERU**, São Paulo, USP, Série 2, v. 23, nº 1, junho de 2012.
- SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, M. (org.). **Ditadura: o que resta da transição**. São Paulo: Boitempo, 2014a.
- SAES, D. A corrente althusseriana e o desenvolvimento do materialismo histórico. **Novos Rumos**, Marília, v. 51, nº 1, 2014b, pp. 1-14. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8218/5278>
- SAES, D. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. **Novos Rumos**, Marília, v. 52, nº 1, 2015, pp. 1-19. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/8481/5428>
- SAES, D. Althusserianismo e dialética. In: PINHEIRO, J. (org.). **Ler Althusser**. Marília: Oficina Universitária/São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser\\_ebook.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser_ebook.pdf)
- SAES, D. A orientação materialista na pesquisa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e História: uma proposta de orientação com partido. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, nº 2, abr. 2019, pp. 59-70. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminar/article/view/33468>
- SAINT-PIERRE, H. L. **A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- SANCHEZ, R. La triste noche de la restauración conservadora en Ecuador. **Rebellion.org**. 24/12/2014. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=193590&titular=la-triste-noche-de-la-restauraci%F3n-conservadora-en-ecuador->. Acesso: 10/01/2015.
- SANTOS, B. S. Carta abierta al Presidente Rafael Correa. "Señor Presidente, expulsar a la CONAIE de su casa es injusto y políticamente insensato". **Rebellion.org**. 15/12/2014. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=193205&titular=%22se%F1or-presidente-expulsar-a-la-conaie-de-su-casa-es-injusto-y-pol%EDticamente-insensato%22->. Acesso: 22/12/2014.
- SANTOS, B. S. **Revueltas de indignación y otras conversas**. La Paz: ALICE/CES/OXFAM/MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS-ESTADO PLURINACIONAL BOLIVIA/CIDES-UMSA, 2015. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/BSS\\_Revueltas.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/BSS_Revueltas.pdf). Acesso em: 3/03/2015.
- SCHAVELZON, S. **A Assembleia Constituinte da Bolívia: Etnografia de um Estado Plurinacional**, 2010. Tese de doutorado, defendida 25/10/10, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=199561](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=199561). Acesso: 15/07/2014.
- SCHAVELZON, S. Cosmopolítica constituinte da complexidade na Bolívia: a Constituição 'aberta' e o surgimento do Estado Plurinacional. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, Vol. 18, nº 1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/12361/8610>. Acesso em: 28/11/2014.
- SKOCPOL, T. **State and Social Revolutions: A comparative analysis of France, Russia and China**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

- SKOCPOL, T. Political Response to Capitalist Crisis: Neo-Marxist Theories of the State and the Case of the New Deal. **Politics & Society**, Vol. 10, Number 2, 1980, pp. 155-201.
- SKOCPOL, T. **Social Revolutions in the Modern World**. New York: Cambridge University Press, 1994.
- SONTTAG, H. R. Hacia una teoría política del capitalismo periférico. In: SONNTAG, H. R. & VALECILLOS, H. (comp.). **El Estado en el capitalismo contemporáneo**. 9ª ed. México: Siglo XXI, 1990,
- SOUZA, A. M. **Estado e dependência no Brasil (1889-1930)**. São Paulo: Annablume, 2002.
- SOUZA, R. B. R. O Estado e a transição em Mézáros: rompendo a camisa de força da democracia burguesa. Revista **Lutas Sociais**, Vol. 18, nº 32, Jan/Jun 2014.
- SPRIANO, P. Marxismo e historicismo em Togliatti. In: HOBBSBAWM, E. et al. **História do marxismo**. 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Volume 10.
- STEFANONI, P. **¿Que hacer con los índios...? Y otros traumas irresueltos de la colonialidad**. La Paz: Plural Editores, 2010.
- SVAMPA, M.; STEFANONI, P.; FORNILLO, B. **Balance y Perspectivas – Intelectuales en el primer gobierno de Evo Morales**. La Paz: Ediciones Le Monde Diplomatique/Bolivia, 2010.
- SVAMPA, M.; STEFANONI, P. Entrevista a Álvaro García Linera: “Evo simboliza el quiebre de un imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas”. **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO), Año VIII, Nº 22, septiembre 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>.
- SWEEZY, P. & BETTELHEIM, Ch. **Sociedades de transição: luta de classes e ideologia proletária**. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- TAPIA, Luis. **El Estado de derecho como tiranía**. La Paz: CIDES/UMSA, 2011.
- TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- TERAN MANTOVANI, E. El sentido comunal de la crítica al extractivismo. **Rebellion.org**, 22/05/2015. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=199073>. Acesso em: 23/05/2015.
- THERBORN, G. The Rule of Capital and the Rise of Democracy. **New Left Review**, nº 103, may-jun., Londres, 1977.
- THERBORN, G. El parto de la democracia latinoamericana. In: **Autodeterminación**, Centro de Estudios Latinoamericanos (CELME), nº 2, La Paz, 1987. pp. 7-58.
- TSE-TUNG, M. **On Contradiction**. 1937. Disponível em: [https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1\\_17.htm](https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_17.htm) Acesso em: 25/01/2015.
- VADELL, J. A. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Vol. 19, Nº Suplementar, nov. 2011.
- VERGOPOULOS, K. L’Etat dans le capitalisme peripherique. **Revue Tiers Monde**, Paris, Nº 24, 1983.
- ZENTENO, R. B. (org.). **Las clases sociales en América Latina: problemas de conceptualización**. 10ª Ed. México: Siglo XXI, 1987.
- ZIBECHI, R. Correa contra los movimientos sociales. Temor a la sociedad organizada. **Rebellion.org**. 20/12/2014. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=193427&titular=temor-a-la-sociedad-organizada->. Acesso: 21/12/2014.

## **JORNAIS E MÍDIA ELETRÔNICA**

ABI – Agência Boliviana de Informação

Aporrea, Venezuela

Bolpress, Bolívia

Carta Capital, Brasil

Correio da Cidadania, Brasil

El Deber, Bolívia

El Diálogo, Bolívia

Granma, Cuba

La Razón, Bolívia

Ministerio del Poder Poder Popular para la Comunicación y la Información, Venezuela

Folha de São Paulo, Brasil

Rebellion, Espanha

Telesur, Venezuela

Vicepresidencia de la República del Estado Plurinacional de Bolivia